

# Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

PRIMEIRO TRIMESTRE 2019

EDIÇÃO BRASILEIRA

Military Review

PRIMEIRO TRIMESTRE 2019

## Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala p12

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

## Várias Vozes Contando a Mesma História p41

Cap Jason Welch, Exército dos EUA

## Jogando um "Jogo de Duplas Intenções" por Décadas p63

Thomas F. Lynch III

<http://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/>

<https://www.facebook.com/MilitaryReviewLATAM>

[https://twitter.com/MilReview\\_LATAM](https://twitter.com/MilReview_LATAM)

PB-100-19-1/2/3

Headquarters, Department of the Army

PIN: 204348-000

Approved for public release; distribution is unlimited



ARMY UNIVERSITY  
PRESS

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

### 3 **Aprendendo a Vencer em Condições de Inferioridade Numérica**

O General Donn A. Starry e o Desafio de Liderança Institucional durante um Período de Reforma e Modernização

**Maj R. Z. Alessi-Friedlander, Exército dos EUA**

*Este artigo examina as contribuições do Gen Donn Starry durante um período de reforma da Força para ilustrar que um Exército em transição requer que se defina e busque resolver um problema específico e que seus líderes conjuguem a teoria e a prática.*

### 12 **Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala**

Como o Exército dos EUA Pretende Lutar e Vencer as Próximas Guerras

**Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro**

*Depois das Guerras do Afeganistão e do Iraque, o novo Manual de Campanha 3-0, Operations, publicado em outubro de 2017, redirecionou o foco do Exército dos EUA para as operações de combate em larga escala contra Estados dotados de poderio bélico equiparado. Mas, quais são as reais perspectivas do combate convencional no atual contexto geopolítico?*



#### **Foto da Capa:**

Militares do 2º Batalhão, 4º Regimento de Infantaria, avançam durante um exercício de tiro real no JRTC, em Fort Polk, Louisiana. (JRTC, Exército dos EUA)

## 28 **As Forças Armadas Libanesas Implementam Instrumentos do Poder Nacional como Linhas de Esforço no Engajamento em um Campo de Refugiados Palestinos**

**Maj Jean Dagher, Exército Libanês**

*Um oficial libanês apresenta um útil e detalhado relato sobre como seu país utilizou os componentes diplomático, informacional, militar e econômico dentro de um modelo operacional como linhas de esforço ao lidar com uma crise no campo de refugiados de Nahr al-Bared.*

## 41 **Várias Vozes Contando a Mesma História**

**As Operações de Comunicação Social na África em Apoio aos Comandos Unificados**

**Cap Jason Welch, Exército dos EUA**

*Um oficial de comunicação social do Exército dos EUA ilustra como os oficiais de sua área podem ir além de seus papéis tradicionais de liderança militar, a fim de se comunicarem de modo eficaz em nome do comando que representam no ambiente desafiador da África.*

## 51 **O Retorno do Urso? O Engajamento Militar Russo na América Latina: o Caso do Brasil**

**Augusto César Dall'Agnol  
Boris Perius Zabolotsky  
Fabiano Mielniczuk**

*Os autores analisam o histórico de interações entre o Brasil e a Rússia, fornecendo uma visão clara da natureza de seu relacionamento.*

## 63 **Jogando um “Jogo de Duplas Intenções” por Décadas**

**O Paquistão, os Estados Unidos e o Talibã**

**Thomas F. Lynch III**

*O Talibã afegão ainda é um problema estratégico para os Estados Unidos que precisam buscar meios imperfeitos para atingir seu objetivo mais urgente: a negação de um refúgio ativo para terroristas internacionais no Afeganistão ou no Paquistão. Nesse sentido, o autor discute o desalinhamento entre as políticas norte-americanas e paquistanesas para o Afeganistão e a região do Sul da Ásia.*

# Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Primeiro Trimestre 2019 Tomo 74 Número 1  
Professional Bulletin 100-19-1/2/3  
Authentication no. 1833001

Comandante, Centro de Armas Combinadas:  
General de Divisão Michael D. Lundy

Editora-Chefe da Military Review: Coronel Katherine Guttormsen  
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley  
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo  
Gerente de Produção: Tenente-Coronel Andrew White  
Administração: Linda Darnell

## Edições Ibero-Americanas

Assistente Editorial: Danielle Powell  
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

## Edição Hispano-Americana

Tradutor/Editor: Emilio Meneses  
Tradutor/Editor: Ronald Williford

## Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer  
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

## Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Alessandro Visacro  
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Carlos Eduardo Osses Seguel

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) [usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil](mailto:usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil).

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

## 80 Como o Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto se Adaptou às Operações de Combate em Larga Escala?

**Cel David Doyle e  
Ten Cel Aaron Coombs, Exército  
dos EUA**

*O comandante do Grupo de Operações do Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto discute como são preparadas as grandes unidades e seus comandantes para as operações de combate de larga escala ao criar um ambiente de treinamento de ação decisiva com cenários escalonáveis e flexíveis, que desafiam e estressam os comandantes e lhes forçam a pensar além das operações de contrainsurgências.*

# Aprendendo a Vencer em Condições de Inferioridade Numérica

## O General Donn A. Starry e o Desafio de Liderança Institucional durante um Período de Reforma e Modernização



Maj R. Z. Alessi-Friedlander,  
Exército dos EUA

*A crítica é necessária e útil; é frequentemente indispensável; mas nunca pode tomar o lugar da ação [...] É aquele quem realiza ações que realmente conta na luta pela vida, e não o homem que assiste e diz como a luta deve ser conduzida, sem compartilhar do estresse e do perigo.*

—Theodore Roosevelt

**H**á muitos paralelos entre o que o Exército dos EUA está vivendo hoje e o que enfrentou há 40 anos. Ao efetuar a transição da Guerra do Vietnã rumo a um futuro mais modernizado e profissional, o Exército do início dos anos 70 buscou definir, resolver e, então, implementar uma solução para um



O Gen Ex Donn Albert Starry (31 de maio de 1925–26 de agosto de 2011) serviu como Comandante do TRADOC entre 1977 e 1981 e como Comandante do U.S. Readiness Command entre 1981 e 1983. (Foto cedida pela Wikipédia)

problema militar específico: vencer contra um inimigo quantitativamente superior em um campo de batalha com uma letalidade, intensidade e densidade sem precedentes. Ao longo deste último período significativo de reforma do Exército (1973-1986), a influência do Gen Ex Donn A. Starry foi extremamente importante, oferecendo à atual Força muitas lições sobre a dificuldade, bem como o potencial impacto, de uma forte liderança institucional.

Este artigo defende duas ideias. Primeiro, para um Exército em transição, é extremamente útil definir e buscar resolver um problema específico. Por proporcionar ao Exército um objetivo claro, um problema bem definido e específico confere um foco nítido, um sentido de urgência e a oportunidade de criar e manter o ímpeto. Segundo, um Exército em transição deve exigir de seus líderes o imperativo de combinar a teoria e a prática, pois realizar qualquer uma das duas isoladamente gera o risco de favorecer as demandas de hoje acima das necessidades de amanhã (ou vice-versa). A experiência e as contribuições de Starry ao longo desse período de reforma e modernização ilustram ambas as lições.

## Para onde foi o Exército Pós-Vietnã: A Transição e o Problema do Combate Convencional de Média Intensidade

Em 1973, o Exército dos EUA passava por um ponto de inflexão. Ao mesmo tempo que retirava tropas do Vietnã, enfrentava sua transição para uma Força composta exclusivamente por voluntários, uma redução do orçamento de defesa, uma estrutura de força cada vez menor e a necessidade de dissuasão da ameaça em rápida evolução por países do Pacto de Varsóvia nas planícies da Europa Central. Após mais de uma década nos arrozais e selvas do Vietnã, o Exército dos EUA se viu completamente despreparado para um potencial ataque pelo Exército Vermelho e seus aliados.

Esse Exército em transição enfrentou outros óbices consideráveis. Primeiro, o Exército enfrentava problemas de baixo moral e disciplina, assim como a falta de coesão das unidades<sup>1</sup>. Segundo, o comando do Exército buscava efetuar a reforma em um ambiente mais transparente, no qual os necessários custos do combate terrestre estavam sujeitos a críticas maiores e mais imediatas, especialmente para os tipos de conflito arbitrários e com objetivos limitados em que o Exército se viu envolvido após a Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup>. Terceiro, as experiências dos

comandantes mais antigos do Exército durante a Guerra do Vietnã destacaram o que foi considerado como deficiências dos comandantes de pequeno escalão oriundos da convocação militar<sup>3</sup>. Por último, uma década de foco no combate de menor intensidade no Vietnã havia, na opinião do alto comando, deteriorado a proficiência técnica e tática do Exército no combate de armas combinadas e de maior intensidade<sup>4</sup>.

Em preparação para esse período de reforma e modernização, o Exército efetuou uma significativa reorganização. O Comando do Exército Continental foi subdividido em elementos operacionais e institucionais: Comando de Forças (*Forces Command — FORSCOM*) e Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*), respectivamente<sup>5</sup>. Caberia ao comando do TRADOC — incluindo seu comandante, Gen Ex William E. DePuy; seu subchefe de instrução, Gen Bda Paul F. Gorman; e o comandante da Escola de Blindados (Armor School), Gen Bda Donn A. Starry — a responsabilidade principal por direcionar a subsequente mudança institucional.

Em outubro de 1973, a quarta parte do conflito árabe-israelense ilustrou, de maneira marcante, a densidade, intensidade e letalidade do campo de batalha moderno. A chamada Guerra do Yom Kippur proporcionou um terreno fértil para a descoberta de lições relevantes e a subsequente criação de uma nova doutrina, armas e métodos de treinamento<sup>6</sup>. O Exército organizou e realizou seus próprios estudos, além de contribuir para esforços analíticos conjuntos e interagências<sup>7</sup>. Além disso, o Exército enviou algumas

**O Maj Zach Alessi-Friedlander, do Exército dos EUA**, é o Chefe do Elemento de Controle e Análise da 82ª Divisão Aeroterrestre. Concluiu o bacharelado em História da Arte pela Columbia University e o mestrado pelo U.S. Army Command and General Staff College, onde participou do Art of War Scholars Program (Programa de Pesquisadores da Arte da Guerra). Serviu duas vezes em apoio à Operação *Iraqi Freedom* e à Operação *New Dawn*, e uma vez em apoio à Operação *Enduring Freedom*. Como capitão mais antigo, participou do primeiro Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group (Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército dos EUA), no qual pesquisou os desafios de implementação do comando de missão.



delegações menos formais a Israel. Diferentemente das equipes formais de estudo, que tinham um foco quantitativo, essas delegações, incluindo uma visita do General Starry em abril de 1974, conseguiram explorar aspectos qualitativos e menos tangíveis da guerra<sup>8</sup>.

Não obstante, a opinião do General DePuy sobre o que o Exército precisava fazer permaneceu clara e inalterada: voltar aos fundamentos<sup>9</sup>. Profundamente influenciado por suas próprias experiências como comandante combatente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã, DePuy acreditava que o Exército precisava de militares e comandantes bem treinados e focados na missão, que empregassem habilmente as táticas certas e os melhores equipamentos, a fim de alcançarem seus objetivos e minimizarem suas baixas<sup>10</sup>. Contudo, o TRADOC ainda tinha de definir o problema militar diante do Exército de uma maneira mais específica e convincente. Da mesma forma que os israelenses, o Exército dos EUA na Europa tinha de combater uma defesa em posições avançadas em um campo de batalha com uma letalidade sem precedentes, contra um inimigo com superioridade numérica<sup>11</sup>.

Controlador aéreo avançado do 10º Esquadrão de Operações de Apoio Aéreo verifica carta antes das operações de comboio noturno em 22 Jun 16 em Fort Riley, Kansas. Controladores aéreos avançados do 10º Esquadrão de Operações de Apoio Aéreo conduziram o planejamento de missão e simularam a coordenação com recursos aéreos de combate, ao executarem comboios noturnos e navegação terrestre durante o exercício de campanha. (Foto da S1 Jenna K. Caldwell, Força Aérea dos EUA)

Entretanto, os adversários árabes dos israelenses haviam empregado uma imitação da doutrina soviética, que também vinha evoluindo e que enfatizava os princípios de massa, impulso e operações contínuas<sup>12</sup>. A tarefa mais difícil, potencialmente mais destrutiva e, portanto, de máxima prioridade para um comandante tático seria defender-se contra um ataque de penetração (*breakthrough attack*) soviético de múltiplos escalões, seguido de um rápido aproveitamento do êxito<sup>13</sup>.

O Exército dos EUA também precisava construir uma narrativa para acompanhar e estimular o sentido de urgência necessário para efetuar a mudança institucional. A narrativa final — “vencer a primeira batalha da próxima guerra ao combater em uma situação de inferioridade numérica” — conta com três elementos principais que merecem uma análise mais aprofundada<sup>14</sup>. Primeiro,

o Exército dos EUA estaria em uma situação de inferioridade numérica e, assim, precisava compensar esse fato com uma superioridade qualitativa; o General Gorman desenvolveu essa linha de raciocínio em repetidos ciclos junto ao General Starry durante o início de 1974<sup>15</sup>. A essa premissa, Starry acrescentou a necessidade imperiosa de vencer a primeira batalha. Diferentemente de guerras passadas, o Exército não poderia mais se dar ao luxo de sofrer dificuldades inicialmente e ir aprendendo gradualmente durante a prova decisiva do combate. Por fim, para um Exército em transição, mas que ainda necessitava da prontidão imediata para um problema difícil, vencer, a essa altura, significava, na verdade, sobreviver e impedir que seu suposto adversário do Pacto de Varsóvia alcançasse a vitória rápida e decisiva que sua própria doutrina exigia<sup>16</sup>. A pedido de Starry, o TRADOC vinculou, sabiamente, essa nova narrativa com o problema militar que buscavam resolver, para criar uma solução doutrinária para a Guerra Árabe-Israelense de 1973 [ou Guerra do Yom Kippur]<sup>17</sup>. A guerra serviu, assim, como uma poderosa ferramenta retórica para promover o plano de reforma do Exército dos EUA.

Starry desempenhou um papel central na concepção da solução doutrinária que surgiu ao longo dos dois anos seguintes. Ele e os demais formuladores de doutrina acreditavam que os conceitos existentes no Exército para as defesas móvel e de área, bem como operações de segurança em camadas, eram complicados e inconvenientes demais para o ritmo ágil e a alta letalidade do campo de batalha moderno. Os defensores do Exército dos EUA, em condições de inferioridade numérica, não teriam tempo suficiente para conduzir múltiplas ultrapassagens de escalão em direção à retaguarda. Esses elementos também precisariam concentrar suficiente quantidade de poder de fogo nos locais e momentos decisivos, especialmente nos pontos de penetração soviética<sup>18</sup>. A versão revisada da doutrina fundamental (*capstone*) do Exército dos EUA, Manual de Campanha 100-5, *Operações (FM 100-5, Operations)*, descreveu como ele precisava combater. Ele conduziria uma “Defesa Ativa”: uma defesa em profundidade altamente sincronizada, na qual elementos amigos maximizariam o emprego dos fogos disponíveis, conduzindo, ao mesmo tempo, uma “marcha do papagaio” para trás, trocando quantidades mínimas de espaço por tempo. O objetivo era destroçar as forças inimigas que avançavam, negando-lhes a vitória rápida e decisiva que buscavam<sup>19</sup>.

DePuy, Gorman e Starry acreditavam que o conceito de “Defesa Ativa” era a única forma de sobreviver à letalidade, intensidade e densidade do campo de batalha moderno e de negar ao inimigo seus objetivos. Entretanto, essa doutrina desviou a instituição de diversas linhas de pensamento consagradas. Primeiro, conforme discutido anteriormente, o manual expressou uma forte preferência pelo valor da defesa em relação ao do ataque. Além disso, a abordagem sendo desenvolvida em relação à integração das armas combinadas valorizava mais o poder de fogo que a manobra, e o papel da tecnologia aparentemente adquiriu mais importância que fatores mais subjetivos, como a dimensão humana<sup>20</sup>. Por fim, diferentemente das doutrinas fundamentais anteriores do século XX, o novo FM 100-5 dava preferência a um rigoroso controle e sincronização em lugar do controle descentralizado e da busca agressiva pela iniciativa<sup>21</sup>.

## O Choque entre Teoria e Prática: A Incompatibilidade da Defesa Ativa com a Realidade do Campo de Batalha Moderno

Durante sua gestão como comandante da Armor School, Starry, da mesma forma que DePuy e Gorman, havia ficado cada vez mais frustrado com a inércia da burocracia. Embora houvessem trabalhado com o devido zelo — consultando aliados do Exército na OTAN, realizando conferências e experiências com comandantes de campanha e coordenando estreitamente com o Comando Aerotático da Força Aérea dos EUA —, os autores do novo FM 100-5 também haviam acelerado o processo, na tentativa de apressar o trâmite da nova doutrina pela burocracia<sup>22</sup>.

Starry deixou a função de comandante da Armor School em 1976, assumindo o comando do V Corpo de Exército, um dos dois corpos de exército norte-americanos estacionados na Alemanha Ocidental. Tinha, agora, a oportunidade de implementar a nova doutrina, em cuja formulação havia desempenhado um papel tão crucial, contra a problemática para a qual ela havia sido concebida. Essa foi uma responsabilidade que ele levou extremamente a sério. Como comandante do V Corpo de Exército, buscou aplicar os princípios da “Defesa Ativa”, incluindo o emprego de um rigoroso cálculo do campo de batalha (*battlefield calculus*) [consideração de todos os fatores conhecidos no processo decisório e de planejamento militar — N. do T.]<sup>23</sup>.

Contudo, ao fazê-lo, Starry reconheceu a incompatibilidade entre os conceitos descritos na versão de 1976 do FM 100-5 e a realidade do campo de batalha para a qual ele precisava preparar suas tropas. Mesmo que conduzida habilmente, a abordagem matemática e baseada em fórmulas da “Defesa Ativa” não pareceu suficiente para estabelecer as condições para derrotar um ataque de penetração e o subsequente aproveitamento do êxito por parte dos soviéticos. O que é mais importante: Starry reconheceu que não poderia superar o problema apresentado pelos prováveis escalões de reforço soviéticos subsequentes. Além disso, de seu ponto de vista como comandante de corpo de exército, ele agora era capaz de reconhecer a tridimensionalidade de um campo de batalha ampliado e integrado. O comando nesse escalão exigia uma perspectiva, horizonte de planejamento e sentido de profundidade e complexidade decididamente diferentes dos necessários no nível tático<sup>24</sup>.

Em decorrência desse reconhecimento, Starry começou a aprimorar a definição original do problema à qual ele havia contribuído durante seu período no TRADOC. Retomou seu estudo da Guerra Árabe-Israelense de 1973, viajando novamente para Israel a fim de visitar, mais uma vez, o terreno dos combates e consultar os comandantes das Forças de Defesa de Israel (FDI) por eles responsáveis. O caos e a imprevisibilidade do combate ficaram cada vez mais evidentes durante esse período de estudo e reflexão: verdades difíceis e perenes, que o cálculo do campo de batalha da “Defesa Ativa” pretendia eliminar<sup>25</sup>.

Enquanto a “Defesa Ativa” propunha um combate voltado à defensiva, rigorosamente controlado, altamente sincronizado e com poder de fogo intenso, Starry começou a entender que as FDI haviam triunfado mediante o emprego de uma abordagem praticamente oposta. As FDI defendiam uma doutrina centrada na manobra, com uma preferência pela ofensiva, um forte comprometimento com o poder da tecnologia (mas como um meio facilitador nas mãos de decisores humanos) e um sistema fluido e descentralizado de comando, em que a busca pela iniciativa era a prioridade<sup>26</sup>.

Assim, Starry usou seu tempo no comando do V Corpo de Exército para testar a doutrina vigente do Exército dos EUA. Em consequência, ele adquiriu um entendimento apurado do problema militar enfrentado

pelo Exército e uma melhor ideia do que seria necessário para resolvê-lo. Essa experiência e a sabedoria dela extraída lhe seriam de grande serventia na função seguinte: Comandante do TRADOC.

## **Empreendimentos Ambiciosos: Batalha Ar-Terra e a Promessa de um Exército Moderno**

A publicação da versão de 1976 do FM 100-5 foi recebida com opiniões divididas. Enquanto alguns aplaudiram seus conceitos, outros reagiram com indignação diante de sua abordagem operacional estéril e de mentalidade defensiva. No entanto, a versão obrigou a instituição a iniciar um diálogo sobre o papel do Exército na defesa da nação. O Exército precisava revisar sua doutrina fundamental, e Starry sabia disso<sup>27</sup>.

As reformas do treinamento efetuadas por DePuy e Gorman concederam ao Exército o tempo e espaço para considerar questões mais abstratas e conceituais<sup>28</sup>. A crescente confiança na proficiência tática e técnica de elementos do Exército permitiu que a instituição se concentrasse nas complexidades e incertezas do que Starry denominou o “Combate do Corpo de Exército [ou, posteriormente, Combate Central]”<sup>29</sup>. Além disso, enquanto a doutrina, no caso de DePuy, havia servido como força motriz para outros esforços de modernização (mais notadamente, o desenvolvimento do treinamento e material bélico), Starry introduziu um novo modelo de modernização no pensamento do TRADOC. A seu ver, o ponto de partida para avanços na doutrina, desenvolvimento de treinamento, necessidades de material bélico e estruturas organizacionais seria um conceito operativo corretamente avaliado<sup>30</sup>.

Com base em seu reconhecimento de que apressar o trâmite da versão anterior do FM 100-5 pela burocracia havia contribuído para a falta de comprometimento institucional para com os princípios da “Defesa Ativa”, Starry conduziu um processo de elaboração que incluiu, de um modo mais efetivo, a participação de várias partes interessadas do Exército<sup>31</sup>. A versão de 1982 do FM 100-5 reverteu muitas das tendências evidenciadas na versão de 1976. Primeiro, o manual restabeleceu a inclinação da instituição pela ofensiva. A “Defesa Ativa” foi substituída pela “Batalha Ar-Terra”, um ataque em profundidade e em expansão, que dependia do imperativo de obter, manter e explorar a iniciativa. Segundo, o manual também transferiu a ênfase da versão anterior

no poder de fogo de volta para a manobra. Terceiro, a “Batalha Ar-Terra” restabeleceu a primazia da dimensão humana (sobre a tecnologia) e descreveu um sistema mais fluido e descentralizado de comando e tomada de decisão<sup>32</sup>.

Este último ponto foi central para o espírito da nova doutrina do Exército. Valendo-se das lições da história (em contrapartida a uma ênfase insípida na análise e raciocínio quantitativos) e das ideias dos teóricos militares Carl von Clausewitz, Basil Liddell Hart, John Keegan e Ardant du Picq, a nova versão do FM 100-5 enfatizou a natureza fundamentalmente psicológica do combate: a tecnologia era importante, mas tais dispositivos eram ferramentas nas mãos de decisores humanos vulneráveis ao caos, acaso e imprevisibilidade intrínsecos à guerra. A guerra era e sempre seria uma disputa de vontades. A nova doutrina fundamental do Exército colocava ênfase na busca e exploração implacáveis da iniciativa, com o intuito de destruir a determinação de resistir do inimigo<sup>33</sup>.

Starry havia sido um participante central na criação da “Defesa Ativa”, mas, em seu esforço disciplinado para implementar essa doutrina, reconheceu as falhas e limitações do conceito. Sua mentalidade aberta possibilitou a adaptação institucional que se seguiu. Suas experiências lhe deram a motivação para elevar e ampliar o pensamento do Exército. Além de introduzir o modelo conceitual, a versão de 1982 do FM 100-5 descreveu, formalmente, os níveis da guerra e introduziu, pela primeira vez, o conceito de arte operacional, isto é, a ponte entre a estratégia militar e as ações táticas do Exército<sup>34</sup>.

## **Valor Atual: O que a Experiência e os Esforços de Starry Devem Significar para o Exército da Atualidade**

Ao olhar para o futuro, o Exército dos EUA de 2017 respondeu a uma complexidade e incerteza supostamente sem precedentes com um conceito operativo e uma doutrina fundamental que reduzem riscos em lugar de empenhar o Exército em combater e vencer um problema devidamente priorizado e definido<sup>35</sup>. O Exército dos EUA possui, hoje, um conceito e uma doutrina que não têm como estar errados, mas, com isso, será que podem, realmente, ser o conceito e doutrina certos do combate para o qual a Força deve se preparar? O “Conceito Operativo do Exército dos

EUA de 2014: Vencer em um Mundo Complexo” (*U.S. Army Operating Concept: Win in a Complex World*) e a Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0, Unified Land Operations)* cobrem qualquer possível contingência. Entretanto, ao transformarem tudo em prioridade, há algo que seja, realmente, prioritário? Em que o Exército deve concentrar seus esforços de desenvolvimento?

O Exército em reforma no qual Starry exerceu um papel tão central optou por enterrar as lições do Vietnã<sup>36</sup>. A atual geração de oficiais do Exército está plenamente ciente dessa escolha, especialmente considerando os desafios enfrentados pelo Exército durante a condução de operações de contrainsurgência no Afeganistão e no Iraque. Entretanto, essas cicatrizes institucionais podem impedir o Exército de tentar definir e solucionar o problema para o qual ele deve estar preparado.

O Exército prejudicará a si mesmo caso confunda o caráter óbvio do problema diante dele nos anos 70 e 80 (um ataque convencional de grande vulto por países do Pacto de Varsóvia) com os desafios de definir e solucionar tal problema. O Exército da atualidade não deve se iludir: a evolução da “Defesa Ativa” para “Batalha Ar-Terra” envolveu trabalho árduo, ansiedade institucional, paixão, profissionalismo e o choque entre teoria e prática. A problemática atual é menos óbvia, mas a experiência de Starry aponta para a necessidade de priorizar esses problemas e, então, organizar e orientar os esforços da instituição de forma condizente.

Uma grande parte do atual pensamento do Exército dos EUA gira em torno de duas problemáticas: ameaças de contrainsurgência ou contraterrorismo de menor risco e menor intensidade e ameaças representadas por adversários em ascensão, com poder de combate equiparado ou quase equiparado, como China e Rússia. Embora a doutrina fundamental e o conceito operativo do Exército precisem ser coerentes com a diretriz estratégica do governo dos EUA, reconhecidamente mais clara nos anos 70 e 80, o atual pensamento bipolar e difuso da Força diluiu e prejudicou seus esforços para efetivamente reformar e modernizar<sup>37</sup>. O historiador David Johnson afirma que a ameaça híbrida é, possivelmente, o problema mais adequado para que o Exército canalize sua energia intelectual e de desenvolvimento. Dedicar sua atenção a tal área intermediária obrigaria o Exército a

concentrar esforços no desenvolvimento de doutrina, armas, treinamento, educação e desenvolvimento de líderes em resposta aos desafios de uma problemática específica. Também estabeleceria as condições para que o Exército se voltasse, conforme necessário, para o problema da contrainsurgência/contraterrorismo, de menor risco e intensidade, ou para o problema de adversários com poder de combate equiparado ou quase equiparado, de maior risco e intensidade<sup>38</sup>.

Os esforços de Starry ao longo de uma década de importantes reformas e modernização devem servir de inspiração para o Exército de 2017. O esforço intelectual

necessário para definir, resolver e, então, implementar a solução para um problema relevante, difícil e importante é óbvio. Starry desempenhou um papel central em impelir uma verdadeira mudança institucional; contribuiu para identificar o problema a ser resolvido, explicar a narrativa e a visão conceitual correspondentes e criar um sentido de urgência para efetuar a necessária adaptação institucional<sup>39</sup>. Foi o exemplo ideal do “homem na arena” de Roosevelt<sup>40</sup>. Deu um passo adiante, como líder tanto institucional quanto operacional, e se empenhou completamente em garantir que o Exército estivesse preparado para combater e vencer. ■

## Referências

**Epígrafe.** Theodore Roosevelt, “The Duties of Privilege”, *American Idea: The Best of the Atlantic Monthly*, eds. Robert Vare e Daniel B. Smith (New York: Doubleday, 2007), p. 555. O ensaio original de Roosevelt foi publicado na revista *Atlantic* em 1894.

1. George C. Herring. *America’s Longest War: The United States and Vietnam, 1950-1975*. (New York: Random, 1986), p. 243. Os indícios mais extremos de baixo moral, disciplina e coesão de unidades podem ser observados nos aumentos súbitos dos índices de tentativas de assassinato de oficiais por alistados insatisfeitos (mais de 2 mil registros de incidentes nos anos 70), assim como na taxa aparentemente desenfreada de abuso de drogas (em 1970, o Comando de Assistência Militar no Vietnã estimou que 65 mil militares estivessem usando drogas).

2. Mark Lorell, Charles Kelley Jr., e Deborah Hensler, *Casualties, Public Opinion, and Presidential Policy During Vietnam* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1985), p. vi. Os autores do estudo concluíram que as “baixas entre os efetivos norte-americanos são o custo mais visível e menos tolerável do envolvimento direto dos EUA em guerras limitadas prolongadas. O crescente número de baixas tende a minar o apoio do público e a servir como foco da insatisfação do público com outras questões”.

3. Paul F. Gorman, *Cardinal Point: An Oral History: Training Soldiers and Becoming a Strategist in Peace and War* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute [CSI], 2011), p. 54. Veja, por exemplo, os comentários do Gen Paul Gorman, subchefe de instrução no TRADOC durante esse período de reforma, sobre suas experiências como comandante de uma brigada de infantaria no Vietnã:

[A maioria dos líderes em uma] companhia típica havia ingressado no Exército no mesmo ano que os alistados, sargentos ‘instantâneos’ tirados dos centros de treinamento, submetidos a um curso apressado e agraciados com a divisa. Eram enviados diretamente para a selva; os tenentes recém-saídos do programa de formação de oficiais da Reserva ou cursos para aspirantes a oficial. [...] Tinham todos

a mesma idade e o mesmo nível de ignorância. [...] Quem chegasse como substituto copiava os que estavam lá antes. Os padrões deterioram. Há um retrocesso.

4. Gen William E. DePuy, “Keynote Address, TRADOC Leadership Conference”, *The Selected Papers of General William E. DePuy*, eds. Richard Swain, Donald Gilmore e Carolyn Conway (Fort Leavenworth, KS: CSI, 1994), p. 113-20.

5. Jean R. Moenk e Brooks E. Kleber, *Operation STEADFAST Historical Summary: A History of the Reorganization of the U.S. Continental Army Command, 1972-1973* (Fort McPherson, GA: Historical Offices of U.S. Army Forces Command and Training and Doctrine Command, 1 Oct. 1974).

6. Romie L. Brownlee e William J. Mullen III, *Changing an Army: An Oral History of General William E. DePuy, USA Retired* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 1988), p. 190. DePuy defendeu que a guerra de 1973 foi “uma ótima desculpa ou trampolim, digamos, para revisar e atualizar nossa própria doutrina. Algumas das evidências procedentes daquela [guerra] eram espantosas”.

7. O Gen Ex Creighton Abrams incumbiu o TRADOC de conduzir o estudo formal do Exército sobre a Guerra Árabe-Israelense de 1973. A equipe de estudo, encabeçada pelo Gen (BG) Morris Brady e denominada *Special Readiness Study Group — SRSG* (Grupo Especial de Estudo de Prontidão), publicou seu relatório com 162 recomendações e múltiplos volumes: SRSG, “Analysis of Combat Data – 1973 Mideast War”, 8 vols. (Fort Leavenworth, KS: U.S. Army Combined Arms Center, July 1974), boxes 1-2, 1973 War, TRADOC Military History and Heritage Office (TMMO) Historical Documents Collection (Secret Information used is Unclassified); WESG, “WESG Report 237 – Data from the October 1973 Middle East War”, vols. 1-7 (Arlington, VA: WESG, 1974-1975), boxes 2-4, 1973 War, TMMO Historical Documents Collection (Secret Information used is Unclassified). O Exército também participou de duas equipes de estudo formalmente organizadas e dirigidas pelo Gabinete do Secretário de Defesa. A primeira consistiu no *Weapons Systems Evaluation Group — WESG* (Grupo de Avaliação de Sistemas de Armas), que era baseado em Israel e reunia dados sobre as interações

entre sistemas de armas em oposição. A segunda foi uma visita conjunta e interagências ao Egito; Lt. Gen. John J. Hennessey, "The United States Military Visit to Egypt, 14-23 July 1974", 31 Jul. 1974, box 2, folder 1, Orwin C. Talbott Papers, U.S. Army Heritage and Education Center (USAHEC)).

8. See Robert T. Davis II, *The Challenge of Adaptation: The U.S. Army in the Aftermath of Conflict, 1953-2000* (Fort Leavenworth, KS: CSI, 2008), p. 54. Além das delegações abordadas neste artigo, houve inúmeras outras visitas e equipes de estudo com diversos graus de formalidade e escopo, incluindo equipes separadas enviadas pela Armor School (Cel Prillaman) e TRADOC (Gen Div Talbott), do Exército; Força Aérea dos EUA; e Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA; assim como uma visita por S. L. A. Marshall.

9. William E. DePuy, carta a Creighton Abrams, 14 Jan. 1974, box 1, Orwin C. Talbott Papers, USAHEC; DePuy, carta a Gen Abrams, 31 Jul. 1974, oversize box 1, 1973 War, TMMO Historical Documents Collection (information used is Unclassified); DePuy, carta ao Gen Fred Weyand, 18 Aug. 1976, box 8, 1973 War, TMMO Historical Documents Collection; DePuy, "Implications of the Middle East War on U.S. Army Tactics, Doctrine, and Systems", Feb. 1975, Box 4, William E. DePuy Papers, USAHEC. Uma análise dos comunicados executivos mais significativos de DePuy com respeito às lições da Guerra Árabe-Israelense de 1973 demonstra uma marcante continuidade de pensamento. Em três cartas ao Comandante do Exército dos EUA e em sua "apresentação itinerante", ele enfatizou, continuamente, a necessidade de aprimorar o treinamento, equipamentos e táticas do Exército.

10. Paul H. Herbert, *Deciding What Has to Be Done: General William E. DePuy and the 1976 Edition of FM 100-5, Operations* (Fort Leavenworth, KS: CSI, 1988), p. 11-24; Henry G. Gole, *General William E. DePuy: Preparing the Army for Modern War* (Lexington, KY: University Press of Kentucky, 2008), p. 13-66 e p. 143-212.

11. Richard M. Swain, "Introduction", *The Selected Papers of General William E. DePuy*, p. x.

12. Keegan, carta (com anexo) a DePuy, 13 Nov. 1973, box 5, folder K, William E. DePuy Papers, USAHEC. O estudo da evolução da doutrina soviética foi um considerável foco de ênfase no TRADOC durante esse período. Por exemplo, em novembro de 1973, o Gen Bda George Keegan Jr., chefe da seção de Inteligência do Estado-Maior do Departamento da Força Aérea, forneceu a DePuy e seu estado-maior o primeiro volume (sobre "A Ofensiva") de uma nova série de traduções de obras militares soviéticas significativas e representativas; Andrus Viilu et al., *An Assessment of the Impact of the October 1973 War on Soviet Doctrine, Tactics, and Materiel, Volume I: Executive Summary* (Washington, DC: General Research Corporation, July 1975) (Secret Information used is Unclassified). Além disso, o Exército dos EUA também estava investigando que lições os soviéticos extrairiam da Guerra de 1973 e como elas afetariam o desenvolvimento de sua doutrina e armas. Uma cópia desse relatório foi fornecida a DePuy pelo chefe da seção de desenvolvimento de combate do estado-maior em 22 Set 75, box 7, 1973 War, TMMO Historical Documents Collection.

13. Donn A. Starry, carta ao Capt. Edgar G. Kleckley, 25 February 1980, 1—4, box 20, folder 1, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

14. DePuy, "Implications of the Middle East War on U.S.

Army Tactics, Doctrine, and Systems".

15. Paul Gorman, "How to Win Outnumbered", anexo de carta a Donn A. Starry, 8 Jan. 1974, box 2, folder 7, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

16. J. G. R. Allen, carta a Donn A. Starry, 7 Mar. 1975, box 3, folder 5, Donn A. Starry Collection, USAHEC; Donn Starry, carta a J. G. R. Allen, 26 Mar. 1975, box 3, folder 5, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

17. Donn A. Starry, "Rationale for Changes in Tactics, Gunnery, ATT, ATP", mensagem por canal de retorno a William E. DePuy, 8 Jul. 1974, box 2, folder 12, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

18. Starry, carta a Kleckley, p. 1-4.

19. Field Manual (FM) 100-5, *Operations* (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], 1976). Chap. 3, "How to Fight", é a mais clara expressão do novo conceito operativo do Exército. Os capítulos 4 e 5 abordam a condução da ofensiva e defensiva, respectivamente.

20. Walter E. Kretchik, *U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror* (Lawrence, KS: University Press of Kansas, 2011), p. 197-200; Brian McAllister Linn, *The Echo of Battle: The Army's Way of War* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 204.

21. Clinton J. Ancker, "The Evolution of Mission Command in U.S. Army Doctrine, 1905 to the Present", *Military Review* 93, no. 2 (March-April 2013): p. 46-47.

22. John L. Romjue, *From Active Defense to AirLand Battle: The Development of Army Doctrine, 1973-1982* (Fort Monroe, VA: Historical Office, U.S. Army Training and Doctrine Command, 1984), p. 3-6; Donn A. Starry, carta ao Maj. Wilder M. Snodgrass, 25 Nov. 1975, box 3, folder 12, Donn A. Starry Collection, USAHEC. No auge desse processo, Starry escreveu: "Devido à letargia burocrática em Leavenworth [...] o [novo FM 100-5] foi redigido por um grupo de poder informal, enquanto a estrutura formal esperava pelo momento de entrar em cena. Agora, para evitar que todos os estados-maiores procurem defeitos, o General DePuy irá diretamente ao General Weyand e o publicará, bloqueando, assim, as falanges burocráticas intermediárias".

23. Donn A. Starry, "The Corps Battle", Briefing Script, 1977, box 60, folder 7, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

24. Matthias A. Spruill e Edwin T. Vernon, *An Oral History of General Donn A. Starry*, ed. Lewis Sorley (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army Military History Institute, 1986), p. 265.

25. Saul Bronfeld, "The Impact of the Yom Kippur War on the U.S. Army", *The Journal of Military History* 71, no. 2 (April 2007): p. 465-98.

26. Donn A. Starry, carta ao Dr. Richard Swain (U.S. Army School of Advanced Military Studies), 7 Jun. 1995, p. 10. Starry afirmou "[a principal lição da experiência das FDI na Guerra de 1973] foi a de que, embora os números importem, o combate tende, às vezes, para o lado que, em algum momento, obtém a iniciativa e a mantém até o final, quase independentemente dos números. [...] A melhor ilustração à mão é o ataque da Divisão do Gen Bda Musa Peled às Colinas de Golã no segundo dia da Guerra do Yom Kippur. Nesse caso, em vez de enviar a divisão de reforço de forma paulatina para preencher lacunas na linha, [Peled] insistiu em tomar a iniciativa, atacando o flanco da sobrepujante força síria".

27. Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 200-4; Linn, *The Echo of*

Battle, p. 205-10.

28. Anne W. Chapman et al., *Prepare the Army for War: A Historical Overview of the Army Training and Doctrine Command, 1973-1998* (Fort Monroe, VA: TRADOC, 1998), p. 69-73.

29. Donn A. Starry, "Commander's Notes, No. 2: Me, the Central Battle, and HQ TRADOC", 2 May 1978, box 59, folder 1, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

30. Starry, "Commander's Notes, No. 3: Operational Concepts and Doctrine", 20 Feb. 1979, box 59, folder 1, Donn A. Starry Collection, USAHEC.

31. Benjamin M. Jensen, *Forging the Sword: Doctrinal Change in the U.S. Army* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2016), p. 84-86.

32. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 1982). O manual se divide em quatro partes principais: (1) "O Exército e Como Ele Combate"; (2) "Operações Ofensivas"; (3) "Operações Defensivas"; e (4) "Operações Conjuntas, Interações e Combinadas". Análises históricas sobre importantes mudanças de ênfase da doutrina constam de Kretchik, *U.S. Army Doctrine*, p. 204-8; e, com respeito ao sistema descentralizado de comando, veja Ancker, "The Evolution of Mission Command in U.S. Army Doctrine", p. 47-48.

33. Quanto à integração da teoria, especialmente no que tange aos elementos morais do combate, veja Romjue, *From Active Defense to AirLand Battle*, p. 55 e p. 70. Uma das mais claras expressões da importância da dimensão humana na versão de 1982 do FM 100-5 aparece no capítulo 8, "Fundamentos da Ofensiva", em que os formuladores de doutrina incluem uma epígrafe de Carl von Clausewitz como prefácio de uma subseção sobre os objetivos da ofensiva: "[...] quando se fala em destruir as forças do inimigo [...] nada nos obriga a restringir essa ideia a forças físicas: o elemento moral também precisa ser considerado"; veja FM 100-5 (1982), p. 8-4.

34. FM 100-5 (1982), p. 2-3.

35. Army Doctrine Publication 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. GPO 2011), p. 1. O conceito operativo do Exército descreve o modo pelo qual ele "obtem, mantém e explora a iniciativa para conquistar e manter uma posição de relativa vantagem nas operações terrestres continuadas, mediante operações ofensivas, defensivas e de estabilização simultâneas, com o intuito de prevenir ou deter o conflito, prevalecer na guerra e criar as condições para uma resolução de conflitos de modo favorável". TRADOC Pamphlet 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win in a Complex World* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 31 Oct. 2014), p. vi. Da mesma forma, a "ideia

central" do atual conceito operativo do Exército busca reduzir riscos e oferecer respostas a qualquer possível contingência: "O Exército, como parte de equipes conjuntas, interinstitucionais e multinacionais, oferece várias opções à liderança da nação; integra múltiplos parceiros; e opera em múltiplos domínios para confrontar adversários com diversos dilemas e alcançar resultados sustentáveis'.

36. O livro de Harry Summers, *On Strategy: The Vietnam War in Context* (Washington, DC: U.S. GPO, 1981), ofereceu a grande parte do Exército o argumento catártico de que precisava para superar, psicologicamente, seus insucessos no Vietnã. Em resumo, Summers afirma que o Exército perdeu porque não lhe permitiram atacar o verdadeiro centro de gravidade do inimigo (Vietnã do Norte) e lhe fizeram concentrar-se na reconstrução nacional no Vietnã do Sul. Uma análise histórica sobre o impacto do livro consta de Linn, *The Echo of Battle*, p. 194-95.

37. Ronald Reagan, *National Security Strategy of the United States* (Washington, DC: The White House, January 1987), p. 6-7; e Barack Obama, *National Security Strategy* (Washington, DC: The White House, February 2015). Compare, por exemplo, a discussão sobre as principais ameaças aos interesses dos EUA nas Estratégias de Segurança Nacional de 1987 e 2015. Na primeira, de 1987, o Pacto de Varsóvia/União Soviética constitui a ameaça evidente e prioritária, ao passo que, na segunda, tudo, incluindo o terrorismo, potenciais crimes cibernéticos, os impactos nocivos da mudança climática e as ameaças de poder de combate equiparado ou quase equiparado têm quase o mesmo peso.

38. David E. Johnson, *The Challenges of the "Now" and Their Implications for the U.S. Army* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2016).

39. J. P. Kotter, *Leading Change* (Boston, MA: Harvard Business School Press, 1996). Starry empregou muitos dos métodos descritos no modelo de mudança organizacional composto de oito etapas do cientista social Kotter. Especificamente, seu modelo para a mudança emprega as seguintes etapas: (1) estabelecer um sentido de urgência, (2) criar uma coalizão de orientação, (3) desenvolver uma visão e estratégia, (4) comunicar a visão de mudança, (5) fortalecer uma coalizão de base ampla, (6) gerar ganhos de curto prazo, (7) consolidar ganhos e produzir mais mudanças (8) fixar novas abordagens na cultura.

40. Theodore Roosevelt, "The Man in the Arena", (discurso, Sorbonne, Paris, França, 23 abr. 1910), acesso em 12 abr. 2017, <http://teodore-roosevelt.com/images/research/speeches/maninthearena.pdf>.

# Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala

## Como o Exército dos EUA Pretende Lutar e Vencer as Próximas Guerras

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

**D**urante muitos anos, tanto a Academia Militar das Agulhas Negras quanto a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ensinaram, em suas aulas de tática, que “a melhor arma contra um carro de combate era outro carro”. No entanto, essa assertiva, tomada ao pé da letra, é errônea. Aeronaves de ataque constituem a maior ameaça contra formações blindadas. O caça de apoio aéreo aproximado *A-10 Thunderbolt II*, com seu poderoso canhão antitanque *GAU-8A* de 30 mm, ou o helicóptero *AH 64-D Apache Longbow*, cujo diversificado arsenal inclui o míssil guiado a laser *Hellfire*, por exemplo, adquiriram notoriedade por serem implacáveis destruidores de tanques<sup>1</sup>. Na Segunda Guerra Mundial, o caça-bombardeiro britânico *Typhoon Mk 1B*, dotado de oito foguetes de 60 libras, além de quatro canhões de 20 mm instalados nas asas, mostrou-se extremamente eficaz em missões de ataque ao solo<sup>2</sup>. Convém lembrar que a controvérsia envolvendo os generais Rommel, Rundstedt e Guderian acerca do

posicionamento das reservas blindadas alemãs para se anteporem à invasão da costa setentrional francesa, em 1944, girava em torno da capacidade de o poderio aéreo aliado impedir o movimento das divisões *Panzer* para o norte.

Mesmo se desconsiderarmos os vetores aéreos, dificilmente poderíamos ter no próprio carro de combate a melhor opção contra blindados. Os alemães, que, com justo reconhecimento, se tornaram célebres por sua excelência tática na guerra de movimento, dificilmente concordariam com essa ideia. Eles preferiam empregar o canhão antiaéreo *FLAK 18* de 88 mm com “alça zero”, fazendo judicioso uso do terreno, para criar uma forte barreira antitanque, enquanto seus blindados ficavam livres para avançar em profundidade, atacando os pontos mais vulneráveis do dispositivo inimigo<sup>3</sup>. O atrito gerado pelo engajamento direto entre unidades blindadas era tido como contraproducente, a exemplo da derrota sofrida na batalha de Kursk, travada em julho de 1943



Militares da Guarda Nacional do Estado de Arkansas com a 1036ª Companhia de Engenharia de Jonesboro, Arkansas, detonam um sistema de carga linear de abertura de brecha M58 no National Training Center, em Fort Irwin, Califórnia, 16 Aug 15. (Foto do Maj W. Chris Clyne, 115º D Com Soc Mv)

na frente russa — o maior confronto de tanques da Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup>. Anos depois, as lições extraídas da Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, corroboraram a visão tática dos alemães.

Então, por que nossas escolas se mantiveram fiéis, por tanto tempo, ao axioma mencionado no primeiro parágrafo?

Quando a Força Expedicionária Brasileira foi enviada para lutar na Itália, nosso Exército foi redesenhado aos moldes do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), que, naquela época, não contava com nenhuma arma anticarro eficaz. A maior parte do arsenal disponível, como o canhão M3 de 37 mm<sup>5</sup>, por exemplo, era inofensiva diante dos espessos 100 mm da blindagem frontal de um temível *Panzer VI Tigre*<sup>6</sup>. Como os aliados preferiam empenhar seus meios aéreos em conformidade com a “Doutrina Trenchard”, isto é, bombardeando os centros industriais e os núcleos urbanos da Alemanha nazista<sup>7</sup>, restavam-lhes poucas alternativas a não ser empregar o próprio carro de combate como arma antitanque.

Esse pequeno exemplo se presta tão somente para demonstrar o quanto as circunstâncias são importantes no processo de formulação doutrinária. Não devemos ignorar o contexto mais amplo que envolve a criação e a aceitação de um conjunto de princípios teóricos, segundo os quais pretendemos reger o emprego do instrumento militar, sob pena de nos apegarmos, de forma intransigente, a dogmas insustentáveis e, por vezes, incoerentes — ainda que, não raro, essa seja uma tendência natural.

Tal advertência torna-se particularmente relevante no momento em que o teor do novo Manual de Campanha 3-0, *Operações (FM 3-0, Operations)*, mais importante publicação doutrinária do Exército dos EUA, começa a reverberar no âmbito do Exército Brasileiro. Ou seja, tão importante quanto saber “quais ideias são expressas” no novo manual é saber “por que essas ideias são expressas”.

Devemos atentar, também, para aquilo que cada leitor busca encontrar em suas páginas, de acordo com suas próprias convicções e preconceitos, por meio de uma leitura seletiva, orientada para conclusões previamente determinadas. Nesse sentido, vale reiterar o que

observou o historiador Robert Baumann: “as pessoas se mostram mais receptivas às novas evidências que se ajustam a pontos de vista já aceitos do que às evidências que os contradizem”<sup>8</sup>. Na psicologia, essa predisposição mental, inerente a todo ser humano, denomina-se “viés de confirmação”<sup>9</sup>.

Cabe lembrar que, no início do século XX, o Exército Brasileiro encontrava-se, genuinamente, empenhado na correção das graves deficiências apresentadas durante a Campanha de Canudos<sup>10</sup>. A “reforma militar” em curso buscou seu referencial na doutrina alemã, cujos preceitos representavam a quintessência da guerra moderna. Na verdade, o exército de Scharnhorst, Gneisenau, Clausewitz e Moltke tornou-se modelo não só para o Brasil, mas para a maioria dos países ao redor do planeta.

Entretanto, em face das surpreendentes inovações tecnológicas postas à prova nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial e da derrota alemã em novembro de 1918, o Exército Brasileiro viu-se, mais uma vez, diante do desafio de modernizar-se. Em 1920, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Militar Francesa, chefiada pelo General Maurice Gamellin. Durante as duas décadas seguintes, esse pequeno grupo de oficiais esteve à frente de significativas mudanças introduzidas na Força Terrestre. Mas, por um capricho da história, quando a Wehrmacht invadiu a França desbordando a Linha Maginot, em maio de 1940, Gamellin era o Comandante-Chefe Aliado<sup>11</sup>. O notável sucesso da *Blitzkrieg* tornou evidente o renascimento da guerra de movimento e a obsolescência da doutrina francesa centrada nas operações defensivas.

Com o desenrolar da guerra na Europa e o engajamento dos EUA na defesa do Hemisfério Ocidental, o Brasil foi atraído para a órbita de influência norte-americana. A partir da criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, em 1943, a doutrina vigente no Exército dos EUA tornou-se o principal referencial teórico para os soldados brasileiros. É digno de nota que, dentre todas as nações do globo — incluindo os tradicionais aliados dos EUA, como Inglaterra, França, Canadá e Austrália — o Brasil tenha o maior número de oficiais estrangeiros diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior, sediada em Forte Leavenworth. Ao todo, 315 alunos brasileiros graduaram-se naquele estabelecimento de ensino entre os anos de 1943 e 2018.

Todavia, mesmo tendo a principal potência militar do planeta como referência em termos doutrinários, o célere e irreversível processo de incorporação de novas tecnologias tem dificultado sobremaneira a manutenção de um ritmo adequado de evolução teórica e conceitual. Muitos preceitos, sobretudo aqueles relacionados ao combate convencional, têm sido frequentemente adquiridos em decorrência de abstrações doutrinárias, que buscam mitigar mais de sete décadas de ausência de tropas em um campo de batalha de média e alta intensidade. Entretanto, o sentido de urgência dado ao desejo de suprir essa lacuna não deve comprometer a evolução da Força Terrestre no médio e longo prazo. Ao contrário, exige uma abordagem crítica que vai muito além da mera “importação” de soluções pré-formatadas. Assim sendo, o presente artigo visa a oferecer uma modesta contribuição às discussões em torno da edição de outubro de 2017 do manual de campanha FM 3-0, analisando as reais perspectivas das operações de combate em larga escala no atual contexto geopolítico.

## **Um Histórico de Mudanças: Síntese da Evolução Doutrinária do Exército dos EUA**

Ao contrário do que aconteceu com o Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai, engajando-se em questões nacionais relevantes como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o Exército dos EUA, ao término da Guerra de Secessão (1861-1865), voltou-se para dentro de si mesmo, dedicando-se a temas estritamente profissionais e experimentando um significativo amadurecimento institucional. Seu papel nas chamadas Guerras Índias (1870-1900) e, por conseguinte, na “marcha para o oeste” jamais transcendeu a expressão militar.

Contudo, quando as duas guerras mundiais eclodiram na primeira metade do século XX, o Exército dos EUA, assim como todos os outros exércitos do planeta, não se encontrava verdadeiramente pronto para o tipo de combate travado nas planícies da Europa, nas ilhas do Pacífico e nos desertos do norte da África. O número excessivo de baixas durante a ofensiva Meuse-Argonne em 1918, a perda das Filipinas em 1941 e a derrota sofrida no passo de Kasserine em 1942 ilustram o quão inapropriados eram os preceitos que regiam as forças norte-americanas no início de

sua participação nos dois conflitos<sup>12</sup>. Assim sendo, a evolução doutrinária que se fazia necessária se deu no decurso das próprias guerras.

Nos anos 1950, a criação da “Divisão Pentômica” (divisão de infantaria com unidades subordinadas de base cinco) foi a resposta doutrinária do Exército dos EUA ao advento das armas nucleares<sup>13</sup>. Na década seguinte, o programa de reestruturação da Força denominado ROAD (*Reorganization Objective Army Division*) buscou uma solução mais flexível, que se adequasse tanto a um campo de batalha convencional quanto nuclear. Foi de acordo com o “modelo ROAD” que o exército norte-americano travou a Guerra do Vietnã.

Naturalmente, a traumática experiência vivida nas selvas do Sudeste Asiático constituiu um ponto de inflexão na história do Exército dos EUA. A longa e cruenta luta na península da Indochina tornou evidente graves problemas, incluindo liderança precária, racismo, uso abusivo de drogas, treinamento insatisfatório e indisciplina — fatores que contribuíram para o colapso moral na linha de frente e, por conseguinte, para o cometimento de crimes de guerra, em especial, o ataque indistinto à desafortunada população nativa. Autoridades civis e militares adotaram uma postura pragmática diante do fracasso no Vietnã: simplesmente, mostraram-se determinadas a não incorrer no mesmo erro permitindo que soldados norte-americanos fossem enviados para combater em outra guerra irregular como aquela<sup>14</sup>. Também estava claro que o fragilizado exército que se retirou da Indochina, em 1973, não possuía condições de sobrepujar as forças do Pacto de Varsóvia em um eventual combate convencional em larga escala travado nas planícies da Europa. Naquele mesmo ano, a luta renhida entre árabes e israelenses, no deserto do Sinai e nas colinas de Golã, serviu de alerta quanto aos potenciais riscos e desafios de um confronto direto entre forças regulares de maior envergadura. Estava claro que algo precisava ser feito.

Inaugurando um período de enormes mudanças, foi criado, ainda em 1973, o Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command* — TRADOC). Em 1976, era publicada nova edição do Manual de Campanha 100-5, *Operações* (*FM 100-5, Operations*) dando ênfase àquilo que ficou conhecido como “Defesa Ativa”. Em 1982, foi apresentada nova versão do manual, cujo teor revisado abandonava a

proposição defensiva anterior e trazia como grande inovação doutrinária o conceito de “Batalha Ar-Terra”<sup>15</sup>.

Em 1991, quando tropas norte-americanas lutaram pela libertação do Kuwait, a doutrina da “Batalha Ar-Terra” representou o combate de armas combinadas em seu estado da arte. Soldados bem treinados, conduzidos por líderes competentes, dispunham da mais moderna tecnologia de combate. Décadas de vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento resultaram nos mais avançados sistemas de armas e equipamentos de emprego militar: carros de combate *Abrams*, viaturas blindadas *Bradley*, helicópteros de ataque *Apache* e de assalto *Black Hawk*, caças *F-18 Hornet*, bombardeios *stealth F-117* e uma infinidade de outros meios, incluindo veículos aéreos não tripulados, informações satelitais, equipamentos optrônicos de visão noturna e sofisticados recursos de pontaria e guiagem a *laser*. Além disso, sistemas de redes robustos integraram computadores ao processo decisório, assegurando tanto o aumento da capacidade de comando e controle dos comandantes táticos quanto o emprego sincronizado das unidades de combate<sup>16</sup>. A campanha cognominada Operação *Desert Storm* foi a mais rápida e mais completa vitória militar da história dos EUA<sup>17</sup>.

Entretanto, a despeito do sucesso, os líderes militares norte-americanos admitiam que suas forças armadas necessitavam sofrer reformulações. A doutrina da “Batalha Ar-Terra” fora concebida com o propósito de sobrepujar as forças do Pacto de Varsóvia, no teatro de guerra europeu. Nessa hipótese, as tropas norte-americanas dispunham de unidades pré-posicionadas e da infraestrutura da Europa ocidental: portos, aeroportos, depósitos, armazéns, hospitais, extensa malha rododiferroviária, bases militares, etc. A Guerra do Golfo de 1991

#### O Cel Alessandro Visacro

foi declarado Aspirante a Oficial da arma de Infantaria pela turma de 1991 da Academia Militar das Agulhas Negras. Exerceu as funções de oficial subalterno no 29º BIB e no 26º BI Pqdt. Comandou a 3ª Cia F Esp e o 1º BFEsp. Foi oficial de operações do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 17º contingente brasileiro, no Haiti, e Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Especiais. Atualmente, o Coronel Visacro exerce a função de oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, no Fort Leavenworth, Kansas.



O navio Arca da Paz (T-AH 866) do Exército de Libertação Popular (Marinha) da República Popular da China foi um dos 42 navios e submarinos que representaram 15 nações parceiras durante o Exercício RIMPAC 2014. A China enviou esse navio em missão de ajuda humanitária à Venezuela. (Foto da Marinha dos EUA, 2º Sargento Shannon Renfro)

evidenciou que, no mundo pós-Guerra Fria, os EUA deveriam estar aptos a desdobrarem, com rapidez, tropas em qualquer parte do planeta, projetando força a partir de seu próprio território.

O cerne do problema residia no fato de que o Exército dos EUA possuía, basicamente, dois tipos de unidades: as leves (infantaria), capazes de se desdobrar com a rapidez necessária, porém dotadas de um poder relativo de combate tal que as impedia de conduzir operações independentes; e as pesadas (blindadas), cujo grande poder relativo de combate assegurava-lhes a capacidade de operar de forma isolada; no entanto, partindo da América do Norte, consumiam um tempo excessivo para se encontrarem prontas em uma longínqua zona de guerra. Era preciso, portanto, dispor de estruturas intermediárias, isto é, forças combinadas de médio porte — rápidas o bastante para atenderem a qualquer contingência e suficientemente fortes para, sozinhas, engajarem qualquer tipo de inimigo<sup>18</sup>. Surgiu assim a Brigada Stryker (*Striker Brigade Combat Team — SBCT*), capaz de projetar força em qualquer ponto do globo em um prazo de 96 horas e operar de forma independente por até dez dias, incluindo 72 horas de efetivo combate<sup>19</sup>.

Com as perspectivas de uma “nova ordem mundial” hegemônica advinda do colapso da União Soviética e do fim da Guerra Fria, além de exponenciais avanços no campo da ciência e tecnologia (guerra centrada

em redes, armas inteligentes, *drones*, etc.), os EUA esperavam alcançar vitórias rápidas, decisivas e com uma incidência mínima de baixas e danos colaterais. A ferramenta conceitual com a qual os militares norte-americanos acreditavam ser possível obter tais resultados denominava-se “Operações Baseadas em Efeito”<sup>20</sup>. Uma campanha fulminante, aplicando poder de combate reduzido, porém avassalador, deveria obedecer à teoria do “Choque e Pavor” de Harllam Ullman e James Wade<sup>21</sup>. Essas foram as premissas que guiaram as tropas norte-americanas durante os 21 dias da exitosa ofensiva que destituiu Saddam Hussein do poder no Iraque, em 2003<sup>22</sup>.

Entretanto, as ações empreendidas na Ásia Central e no Oriente Médio em nome da “Guerra Global Contra o Terror” deram início a longas campanhas de contrainsurgência. A despeito da notável proficiência tática exibida nos campos de batalha, seus resultados imediatos não foram apenas insatisfatórios, mas, do ponto de vista político e estratégico, representaram um verdadeiro desastre.

Depois de 15 anos de esforços militares no Afeganistão, a guerrilha Talibã controlava uma área maior do que aquela que possuía quando as primeiras equipes de forças especiais norte-americanas ingressaram no país. Além disso, a produção de ópio e, por conseguinte, o tráfico de heroína aumentaram significativamente. Tampouco se extirpou a ameaça

representada por islamitas radicais e outras organizações extremistas<sup>23</sup>. De acordo com John Arquilla, em 2001, ocorreram cerca de 2 mil incidentes passíveis de serem qualificados como atentados terroristas em todo o mundo. Essas ações deixaram um saldo de, aproximadamente, 14 mil mortos e feridos. Em 2015, o total de ataques chegou a 15 mil e o número de vítimas alcançou a cifra de 80 mil pessoas<sup>24</sup>.

Na verdade, as iniciativas militares lideradas por Washington em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro conflagraram todo o volátil Oriente Médio, com a ingênua presunção de disseminar a democracia ocidental. Os levantes populares da chamada Primavera Árabe, em pouco tempo, se degeneraram em luta fratricida. Ondas de refugiados, provenientes dos conflitos na Líbia e na Síria, inundaram a Turquia, o Líbano, a Jordânia e, em menor medida, a Europa. Além de revelar a tragédia humanitária, o fluxo migratório para o Velho Mundo tem causado enorme impacto demográfico, cultural, político e econômico, cujas consequências, até o momento, não podem ser corretamente avaliadas. Ademais, o imbróglio criado pela efêmera ascensão do Estado Islâmico e a sobrevivência do combalido regime do ditador Bashar al-Assad, em Damasco, permitiu a reinserção da Rússia como ator de destaque na região. Como se não bastasse, o Irã — principal antagonista norte-americano no Oriente Médio — tornou-se o maior beneficiário das guerras do Afeganistão e do Iraque. Afinal, o que, de fato, se conseguiu com ambas as intervenções foi a deposição de autocracias anti-xiitas radicais em Cabul e Bagdá, restaurando a histórica área de influência do Império Persa.

Mas, ao retornarem da “Longa Guerra”, os soldados dos EUA se depararam com um cenário geopolítico significativamente distinto daquele que existia há 15 anos, quando iniciaram sua luta contra a Al Qaeda e outras organizações filiadas, representantes do salafismo jihadista internacional<sup>25</sup>. A hegemonia norte-americana tornara-se contestada por Estados nacionais que demonstram capacidade crescente de se oporem ao poderio bélico norte-americano em termos regionais ou que estão, efetivamente, determinados a reduzir a sua influência em áreas críticas ao redor do mundo. Ou seja, Rússia, China, Irã e Coreia do Norte — explicitamente nominados nas páginas do novo manual e, doravante, considerados “ameaças com poder

de combate equiparado ou quase equiparado”<sup>26</sup>. De acordo com o General Michael Lundy, comandante do Centro de Armas Combinadas e responsável pela mais recente versão do FM 3-0: “como o Exército e as forças conjuntas se mantiveram focadas na contrainsurgência e no contraterrorismo, nossos adversários observaram, aprenderam, adaptaram, modernizaram-se e conceberam estratégias que nos colocam em uma posição de relativa desvantagem em lugares onde nós, talvez, tenhamos de lutar”<sup>27</sup>.

Segundo o Major Alessi-Friedlander, do Exército dos EUA, “[h]á muitos paralelos entre o que o Exército dos EUA está vivendo hoje e o que enfrentou há 40 anos. [...] Após mais de uma década nos arrozais e selvas do Vietnã, o Exército dos EUA se viu completamente despreparado para um potencial ataque pelo Exército Vermelho e seus aliados”<sup>28</sup>. Decerto, essa perspectiva sugere um retorno às tradicionais formas de beligerância, isto é, o “*American way of war*”, em detrimento da complexa e, aparentemente, infrutífera luta contra atores armados não estatais.

Ao tentarem formular o “novo” problema que tinham diante de si, os doutrinadores norte-americanos identificaram algumas condicionantes que deveriam, necessariamente, guiar-lhes na busca de uma solução apropriada, quais sejam:

- darem início a uma campanha militar em situação de desvantagem;
- verem-se desafiados, simultaneamente, em todos os domínios (terrestre, naval, aéreo, espacial e cibernético);
- operarem em um ambiente regido por “atividade hipercaótica”, cujo ritmo acelerado dos acontecimentos estabelecerá novos padrões de tempo e uma dinâmica, consideravelmente, mais rápida e intensa; e
- engajarem-se em um campo de batalha exponencialmente mais letal do que as ruas de Bagdá ou as remotas montanhas do Hindu Kush.

Assim sendo, o cerne do novo FM 3-0 enfatiza, de forma objetiva, o combate convencional em larga escala, abrangendo todos os cinco domínios mencionados anteriormente, além dos esforços no ambiente informacional. Pretende-se que a ação decisiva contra uma ameaça dotada de poderio bélico equivalente resulte da hábil combinação entre operações ofensivas, defensivas e de estabilidade, instrumentalizadas por meio de

manobras conjuntas sofisticadas e interdependentes, denominadas “Combate em Múltiplos Domínios” (*Multi-Domain Battle*).

## Ameaças com Poder de Combate Equiparado

O fato de Rússia, China e Irã desafiarem a hegemonia norte-americana retrata uma dinâmica multipolar muito próxima do cenário previsto por Samuel Huntington em sua controversa obra *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*<sup>29</sup>. De qualquer forma, as preocupações do governo de Washington não parecem infundadas diante da redefinição do arranjo geopolítico global.

A **Rússia** tenta restaurar o prestígio, o poder e a influência perdidos ao término da Guerra Fria. Em agosto de 2008, Moscou, sob alegação de apoiar o movimento emancipacionista da Ossétia do Sul, lançou uma rápida e decisiva ofensiva terrestre contra a Geórgia, no Cáucaso. No ano de 2014, em resposta à aproximação da Ucrânia com a União Europeia, o Kremlin interveio militarmente em favor dos separatistas na bacia do rio Donetz, anexando a estratégica península da Crimeia, no Mar Negro, cujo porto de Sebastopol é de importância capital para a frota russa. Desde setembro de 2015, o governo de Vladimir Putin vem se envolvendo na guerra civil síria, o que lhe permitiu resgatar parte de sua relevância no Oriente Médio, além de obter vantagens expressivas, como o arrendamento do porto de Tartus, no Mar Mediterrâneo, pelos próximos 49 anos<sup>30</sup>. As atividades cibernéticas russas, como o ataque contra a Estônia em 2007 e a suposta interferência nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, denotam



não apenas um nível avançado de capacidades, como também a predisposição para utilizá-las<sup>31</sup>. Ademais, a Rússia tem renovado os investimentos em sua indústria de defesa, como demonstram a aquisição do caça-bombardeiro *Sukhoi Su-34* e o desenvolvimento do carro de combate *T-14 Armata* e das aeronaves *Su-57* e *MiG-35*<sup>32</sup>. Acredita-se que, em algumas tecnologias críticas emergentes, como velocidade hipersônica, por exemplo, os russos já estejam à frente dos norte-americanos<sup>33</sup>.



O Presidente da China, Xi Jinping, cumprimenta o Presidente boliviano Evo Morales no Grande Salão do Povo, em Pequim (Beijing), 19 Jun 18. A China pretende realizar investimentos expressivos na economia boliviana, sobretudo, em sua infraestrutura energética. A Bolívia é o único país sul-americano que abrange, concomitantemente, as regiões andina, platina e amazônica. (Kyodo via AP Images)

eventual teatro de guerra (não por acaso, o componente terrestre do Comando do Pacífico recebeu a incumbência de implementar a doutrina do “Combate em Múltiplos Domínios”). A China também é acusada de envolvimento em metade dos ciberataques realizados, em todo o mundo, entre os anos de 2005 e 2017<sup>35</sup>. Ademais, o governo de Pequim (Beijing) tem demonstrado enorme complacência em relação aos avanços do programa nuclear da vizinha Coreia do Norte. Entretanto, o recurso mais eficaz da grande estratégia chinesa tem sido a “geoeconomia”, isto é, “o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos”<sup>36</sup>. Valendo-se de um capitalismo estatal poderoso e agressivo, orientado não pela dinâmica imprevisível e imediatista das regras do mercado, mas pela consecução dos objetivos políticos nacionais de mais longo prazo, a China, com clara vantagem competitiva, tem diversificado e

A **China**, no período compreendido entre 1996 e 2017, expandiu em 665% seus gastos com defesa, incluindo investimentos em forças aeronavais e o desenvolvimento de sistemas antissatélites<sup>34</sup>. Suas pretensões em relação ao Mar do Sul da China têm chamado a atenção dos EUA e seus aliados na zona do Pacífico. O estabelecimento de robustas bases militares em recifes artificiais na área delimitada pela “Linha dos Nove Traços” tem o potencial de assegurar-lhe o controle militar da região, impedindo o acesso de forças norte-americanas àquele

expandido seus acordos comerciais e de cooperação econômica, penetrando profundamente em áreas estrategicamente sensíveis como a América Latina, por exemplo — tradicional zona de influência norte-americana. Além disso, os chineses têm sido bem-sucedidos na delicada questão que envolve a “captura” de propriedade intelectual. Parece provável que, durante a maior parte da história da humanidade, a milenar China tenha sido a maior economia do planeta. Projeções plausíveis indicam que, em bem pouco tempo, voltará a ser<sup>37</sup>.

O Irã, a despeito das pressões da comunidade internacional, permanece determinado a levar adiante seu programa nuclear. O governo teocrático de Teerã disputa com a dinastia wahabista da Arábia Saudita a hegemonia cultural sobre o mundo muçulmano. Os conflitos no Afeganistão, Iraque e Síria permitiram-lhe ampliar sua influência sobre o chamado “arco xiita,” que se estende do oeste do Afeganistão ao sul do Líbano, passando pelos antigos territórios da Pérsia, Mesopotâmia e Síria. Seus estreitos vínculos com o Hezbollah e suposto envolvimento com outras organizações extremistas denotam sua participação no terrorismo internacional. Alguns especialistas advogam que a Guerra do Líbano de 2006, entre as Forças de Defesa de Israel e o Hezbollah, foi um laboratório, onde se testaram as táticas terrestres assimétricas desenvolvidas pelo Irã<sup>38</sup>. Mais recentemente, o engajamento em defesa do regime da minoria alauita de Bashar al-Assad resultou na presença de tropas iranianas junto à fronteira de Israel. Em maio de 2018, autoridades israelenses acusaram o Irã de bombardear posições do exército nas colinas de Golã<sup>39</sup>.

Naturalmente, Rússia, China e Irã, também, veem a política externa de Washington com grande temor. A presença global dos EUA interfere em questões regionais específicas, que sob a ótica dessas potências, lhes dizem respeito. O poder econômico norte-americano é considerado invasivo e seu arsenal atômico ameaçador. Moscou se ressentiu da influência ocidental, cada vez maior, sobre países limítrofes que, historicamente, têm orbitado em torno da Rússia, como é o caso de nações do Mar Báltico, do Cáucaso e da Ásia Central. Da mesma forma, o governo de Pequim desaprova a presença militar norte-americana na península da Coreia e o tratamento dispensado a Taiwan. Teerã rejeita cabalmente a ingerência dos EUA no Oriente Médio, incluindo o apoio dado à dinastia saudita, ao Estado de Israel e às pretensões nacionalistas curdas.

Considerando que os três países (Rússia, China e Irã) não adotam regimes de governo democráticos, a disseminação do liberalismo político associado a valores ocidentais lhes parece, particularmente, nociva. As chamadas “Revoluções Coloridas” são vistas com grande temor, a exemplo da Revolução Rosa na Geórgia (2003), Revolução Laranja na Ucrânia (2004), Revolução do Cedro no Líbano (2005) ou a Revolução da Tulipa no Quirquístão (2005). Convém lembrar

que, em 2009, cerca de três milhões de pessoas foram às ruas de Teerã para protestar contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad<sup>40</sup>. Não é difícil entender tais preocupações, diante das palavras proferidas pelo comandante de operações especiais dos EUA no continente europeu, em novembro de 2014, durante um seminário realizado na Estônia:

As condições de 2014 são diferentes daquelas de 1944, e as ferramentas com as quais a guerra não convencional é travada, hoje, diferem enormemente. Nós devemos deixar a visão nostálgica das remotas bases de guerrilha em territórios inacessíveis e nos adaptarmos a um mundo de comunicações instantâneas, transferência de dados, resistência não violenta, guerra cibernética e econômica, e manipulação da lei internacional para minar a soberania nacional. [...] Na nossa era, é mais provável que a guerra não convencional assuma a forma de um movimento de resistência civil, ainda que manipulado por poderes estrangeiros, que provoque uma resposta violenta das autoridades, com o propósito de destruir a legitimidade do governo aos olhos da comunidade internacional. Empreender e enfrentar essa nova forma de guerra não convencional demanda grande sofisticação e agilidade<sup>41</sup>.

Ou seja, o atual ambiente geopolítico parece tão hostil e desafiador sob a perspectiva russa, chinesa ou iraniana quanto sob o ponto de vista norte-americano. Mas qual a lógica embutida nas iniciativas estratégicas levadas a cabo pelos “Estados com poder de combate equiparado”? E, sobretudo, quais as implicações dessas iniciativas para a doutrina expressa no FM 3-0?

Espectadores da surpreendente demonstração do poderio bélico norte-americano durante a Guerra do Golfo em 1991, esses países se convenceram de que os EUA haviam se tornado virtualmente imbatíveis em um campo de batalha convencional. Nenhuma outra força armada do planeta poderia confrontar-lhes, aventurando-se em um embate campal direto, conduzido de acordo com a ortodoxia que, até então, havia regido a guerra entre as nações<sup>42</sup>.

Anos mais tarde, em fevereiro de 1999, dois oficiais da Força Aérea chinesa, Qiao Liang e Wang Xiangsui, publicaram um livro intitulado *A guerra*



Gen Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa. (Foto cedida pelo Ministério da Defesa da Federação Russa)

*além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização.* A obra propunha ações e procedimentos que transcendiam as usuais táticas militares, visando a compensar a inferioridade militar de países emergentes, como a China em particular, no caso de um conflito envolvendo meios de alta tecnologia<sup>43</sup>.

Segundo os autores:

[A] guerra como nós a conhecíamos, descrita em termos gloriosos e dominantes, até a conclusão do recente conflito, marcando um ápice na história militar, deixou de ser considerada um dos mais importantes eventos no cenário mundial, e passou a ter a importância de um ator secundário. [...] A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando, assim, uma nova era. [...] Tudo isso ainda é indeterminado. A única

conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. [...] A guerra, que se submeteu às mudanças da moderna tecnologia e do sistema de mercado, será desencadeada de formas ainda mais atípicas. Em outras palavras, enquanto presenciemos uma relativa redução na violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica<sup>44</sup>.

Recentemente, o Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, General Valery Gerasimov, também fez menção à adoção de estratégias mais ecléticas, não calcadas exclusivamente no uso do instrumento militar:

A ênfase no conteúdo dos métodos de enfrentamento está mudando em direção ao amplo emprego de medidas políticas, econômicas, diplomáticas, informacionais e outras medidas não militares, implementadas com

o envolvimento do potencial de protesto de uma população. Formas e meios não militares de luta têm sido objeto de um desenvolvimento sem precedentes, adquirindo um caráter perigoso e, às vezes, violento<sup>45</sup>.

Assim sendo, a conduta dos “Estados com poder de combate equiparado” parece se subordinar, claramente, a três premissas:

- Um embate direto contra as forças armadas dos EUA seria extremamente desvantajoso e arriscado e, portanto, deve ser evitado.
- Outros meios, que não as alternativas militares tradicionais, devem ser empregados na consecução dos objetivos nacionais; isso significa atribuir maior ênfase às ações políticas, diplomáticas, geoeconômicas e informacionais, em detrimento das ações no campo militar, bem como desenvolver outros métodos indiretos de engajamento, como, por exemplo, guerra não convencional, operações de informação e guerra cibernética.
- Dispor de poderio bélico convencional que, embora não seja suficiente para lhes assegurar uma vitória militar definitiva sobre os EUA, permita-lhes alterar a relação custo benefício de uma eventual intervenção norte-americana, tornando-a desvantajosa e criando, assim, um impasse estratégico do qual possam tirar proveito, explorando as ambiguidades e contradições do sistema internacional.

Dessa forma, as opções políticas e estratégicas traçadas por Moscou, Pequim e Teerã se desenvolvem, em linhas gerais, de acordo com a seguinte sequência lógica:

- 1º) Emprego “agressivo” de meios não militares, apoiados por alternativas militares de efeito não cinético (não letais), sobretudo operações de informação e guerra cibernética. Isso lhes permite moldar o ambiente a seu favor, reduzindo progressivamente a influência e o poder de ingerência dos EUA em determinada área geográfica, ao mesmo tempo que lhes assegura expandir sua própria presença no âmbito regional. As iniciativas geoeconômicas empreendidas pelos chineses na África e na América Latina se prestam como exemplo, assim como as ações levadas a efeito por Teerã junto às forças políticas xiitas do Afeganistão, Iraque, Síria e Líbano.
- 2º) Emprego de meios militares para alcançar objetivos estratégicos, sem, contudo, provocar uma intervenção norte-americana. Isso significa admitir uma

escalada violenta do conflito até um limite que anteceda uma ação decisiva do governo de Washington. Nessa fase, é possível observar o emprego limitado de forças convencionais, combinado com o hábil uso de ferramentas diplomáticas e informacionais, além de práticas de guerra não convencional, sobretudo, o intenso uso de *proxies*, como os russos têm feito apoiando os separatistas no leste da Ucrânia e por meio de milícias xiitas e do Wagner Group, uma companhia militar privada a serviço do Kremlin, na guerra civil síria<sup>46</sup>; bem como o Irã por meio do Hezbollah e do Janud al-Madhi, por exemplo.

- 3º) Eventual emprego de capacidades de antiacesso e negação de área (A2-AD, na sigla em inglês), valendo-se de sofisticados meios aéreos, navais e de defesa antimísseis, apoiados por operações de informação, atividades cibernéticas e de guerra eletrônica, a fim de restringir o ingresso de forças norte-americanas no teatro de operações.

Esse cenário ambíguo e difuso tem colocado em grande evidência os conceitos de “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”. De acordo com Hal Brands, o “conflito na zona cinza é uma atividade coercitiva e agressiva por natureza, mas deliberadamente concebida para permanecer abaixo dos limites de um conflito militar convencional”<sup>47</sup>. Ou seja, “a Zona Cinza se caracteriza por uma intensa competição política, econômica, informacional e militar, mais acirrada que a diplomacia tradicional, porém inferior à guerra convencional”<sup>48</sup>. O próprio General Gerasimov admite que “atualmente, o obscurecimento da distinção entre estado de guerra e de paz é óbvio”<sup>49</sup>.

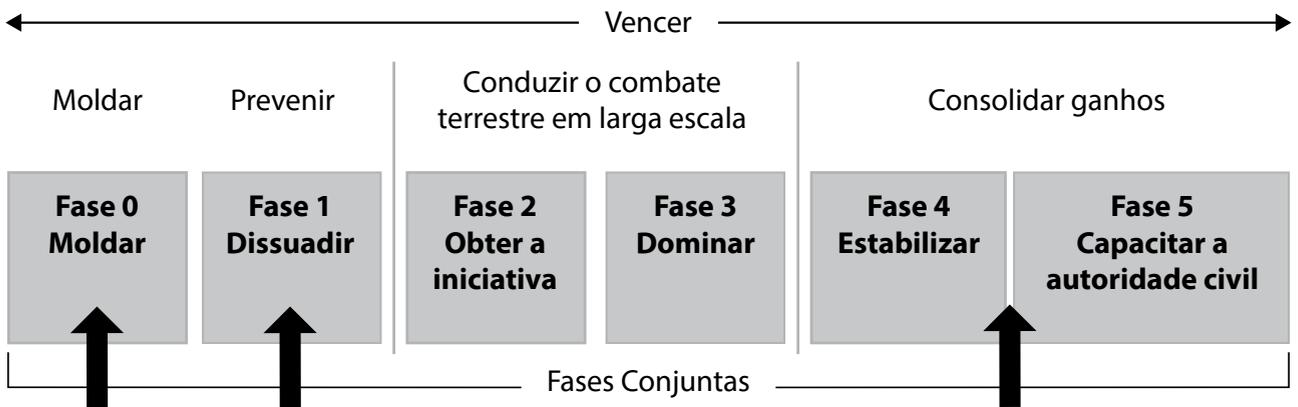
Segundo John Troxell, “a guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo”<sup>50</sup>. O que temos, de fato, é o exercício da tradicional *realpolitik* com um portfólio mais diversificado de meios e, talvez, com menos amarras morais. Não apenas os Estados fazem parte dessa dinâmica. Afinal, diante da vigorosa ascensão de atores não estatais (armados ou não) e do advento da sociedade pós-industrial, a ordem internacional tornou-se visivelmente mais complexa, a ponto de colocar em dúvida a própria eficácia do sistema westfaliano.

As disputas geopolíticas sempre foram comparadas a uma partida de xadrez. Entretanto, parecem existir novas regras em um mundo globalizado e profundamente afetado pela Revolução Digital, no qual as distâncias e o tempo foram virtualmente abolidos e o poder sensivelmente degradado<sup>51</sup>. Imaginemos, então, um tabuleiro que comporta mais de dois adversários ao mesmo tempo. Algumas peças são autônomas, possuem vontade própria, movendo-se de forma independente. O perfil de jogo das peças sofre modificações no decorrer da partida — a torre avança na diagonal como um bispo, e um peão re-

O próprio FM 3-0 reconhece que os adversários dos EUA preferem atingir seus objetivos sem engajarem diretamente suas forças em combate<sup>53</sup>. E vai além: “as forças opostas retratam inimigos dotados de moderna tecnologia para gerar combinações de ameaças convencionais, irregulares e disruptivas em cada um dos cinco domínios e no ambiente informacional”<sup>54</sup>, ou seja, adversários aptos a travar a Guerra Híbrida. Segundo o Coronel Pat Proctor, do Exército dos EUA:

Desde o fim da Guerra do Vietnã, o Exército teve de lutar um total inferior a 30 dias de combates de alta intensidade.

Papéis estratégicos do Exército dos EUA



As setas indicam a maior probabilidade de emprego de forças norte-americanas. (Adaptado do manual FM 3-0, *Operations*)

**Figura 1. Relação entre os papéis estratégicos do Exército e as fases conjuntas**

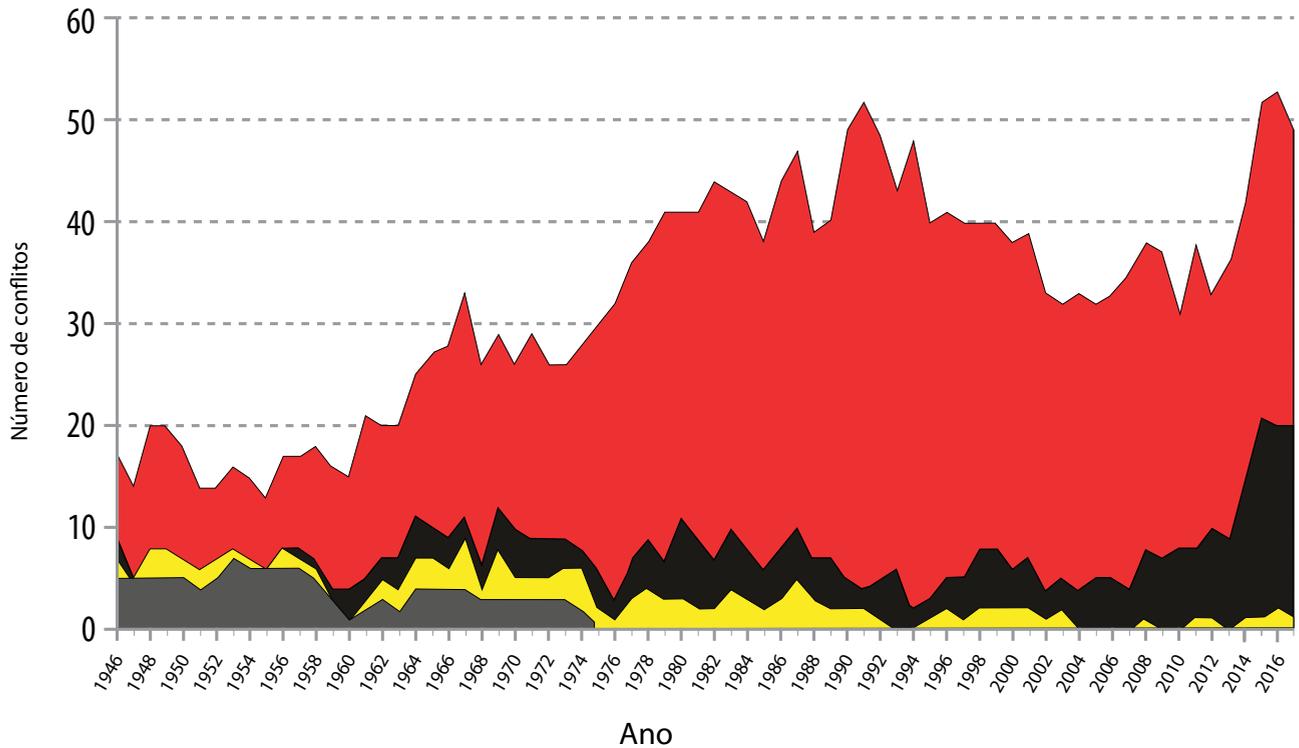
trocede várias casas! Os jogadores são livres para se movimentarem sem respeitar o tempo destinado aos outros adversários... Possivelmente, essa analogia retrate os complexos desafios do século XXI de forma mais apropriada<sup>52</sup>.

As implicações de tudo isso para a doutrina expressa no FM 3-0 são claras: as forças militares norte-americanas, provavelmente, terão de desempenhar um papel estratégico importante nas fases que antecedem a deflagração de uma guerra total ou no pós-conflito. Decerto serão exigidas capacidades sofisticadas em domínios contestados por adversários com poderio bélico equiparado. Mas muito dificilmente, travarão um combate convencional de larga escala em toda sua plenitude, como advogam os mais ortodoxos discípulos de Clausewitz (figura 1).

No mesmo período, ele travou dezenas de conflitos de baixa intensidade, muitos dos quais duraram anos. Já é tempo de o Exército redefinir a si mesmo, não apenas para lutar e vencer batalhas, mas para lutar e vencer as guerras que a Nação exige — incluindo a confusa fase de estabilidade pós-conflito das guerras futuras<sup>55</sup>.

Isso nos leva a outro ponto fundamental e irrefutável: vivemos em uma era de predomínio absoluto de violência armada não estatal. De acordo com Sebastian Gorka, nos últimos 200 anos, ocorreram 460 guerras, das quais mais de 80% foram guerras irregulares, isto é, conflitos protagonizados por atores armados não estatais<sup>56</sup>. Na década de 1990, esse percentual chegou a 96%<sup>57</sup>, obedecendo à tendência

■ Guerras de descolonização ■ Guerras interestatais ■ Conflitos internos que se internacionalizaram ■ Guerras intraestatais



(Pettersson, Therese; Eck, Kristine, 2018. Organized violence, 1989-2017. *Journal of Peace Research*. 55(4): 535-547 / Uppsala Conflict Data Program / Adaptado pela *Military Review*; tradução do autor)

**Figura 2. Natureza dos conflitos armados entre 1946 e 2017**

identificada após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que se mantém até os dias atuais, como demonstra a figura 2.

David Kilcullen chama a atenção para o fato de que: [C]onflitos entre Estados sempre foram relativamente raros e estão se tornando cada vez menos frequentes. Por outro lado, a guerra irregular tem sido historicamente a principal forma de violência organizada ao redor do planeta e é provável que continue assim [...] Com o arrefecimento das guerras no Iraque e no Afeganistão, o renovado foco dos EUA em ameaças convencionais só irá reforçar essa tendência, uma vez que a supremacia militar norte-americana significa que nenhum inimigo, no seu juízo perfeito, irá preferir lutar uma guerra convencional contra as forças norte-americanas, e isso induz todos os seus potenciais adversários — estatais ou não — ao uso de métodos irregulares [...]

Em particular, os governos que adquirirem armas nucleares, as quais lhes permitirão dissuadir ataques convencionais, deverão patrocinar ‘guerras por procuração’ contra seus oponentes”<sup>58</sup>.

Tal afirmação encontra respaldo na acirrada corrida armamentista que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial. A feroz disputa entre os EUA e a União Soviética, durante a Guerra Fria, levou a um equilíbrio dos arsenais atômicos de ambas superpotências. Os riscos inaceitáveis de uma hecatombe nuclear, postulados de acordo com a teoria da “Destrução Mútua Assegurada” (MAD, na sigla em inglês)<sup>59</sup>, descartaram a opção de um confronto direto entre as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia na Europa. Por conseguinte, o embate foi traspassado para a via indireta do Terceiro Mundo. O que se pôde observar, nesse período, foi uma incontida proliferação de conflitos de baixa intensidade ao redor do planeta<sup>60</sup>.

Segundo o General Álvaro de Souza Pinheiro, “a probabilidade de conflitos de maior intensidade entre Estados nacionais desenvolvidos está decrescendo sensivelmente; mesmo que se aceite a possibilidade realística da eclosão de confrontações armadas entre atores estatais, o mais provável é que empreguem métodos assimétricos de guerra”<sup>61</sup>. Em um artigo para o *Washington Post*, o colunista Max Boot foi ainda mais enfático, assegurando que os EUA estão, simplesmente, se preparando para lutar a guerra errada<sup>62</sup>.

Na verdade, os soldados norte-americanos se veem presos em um paradoxo, que poderíamos chamar de “paradoxo do poder hegemônico”. Isto é, os EUA são obrigados a envidar esforços e investimentos expressivos, a fim de obter uma superioridade bélica incontestável, que lhes dá, apenas, a certeza de que lutarão em guerras não convencionais e conflitos assimétricos. Afinal, como observou o General Rupert Smith em sua consagrada obra “A Utilidade da Força: a arte da guerra no mundo moderno”: “o adversário costuma jogar com as nossas fraquezas e não com os nossos pontos fortes”<sup>63</sup>. De certa forma, o General Michael Lundy e o Coronel Richard Creed admitem essa aparente contradição ao afirmarem que as “forças do Exército não podem se dar ao luxo de se concentrarem exclusivamente no combate terrestre de grande vulto à custa das demais missões que a nação delas requer, mas, aos mesmo tempo, não podem se dar ao luxo de estarem despreparadas para aquele primeiro tipo de operação em um mundo cada vez mais instável”<sup>64</sup>.

Embora o novo FM 3-0 atribua, de forma explícita, ênfase ao combate convencional entre forças regulares de maior envergadura, a doutrina expressa em suas páginas não segregava “operações de guerra” e “não guerra”, admitindo a possibilidade de que o Exército dos EUA, no desempenho de todos os seus papéis estratégicos (figura 1), engaje-se em operações de contrainsurgência, ajuda humanitária, assistência militar, dentre outras, no contexto de operações de estabilidade mais amplas. Além disso, advoga o recurso à guerra irregular nos níveis estratégico e operacional<sup>65</sup>. Mais importante, ainda, reconhece que uma ofensiva calcada no poderio bélico convencional, por mais bem-sucedida que possa ser, talvez, não represente o ato decisivo de uma campanha militar. Afinal, “o sucesso tático vence batalhas, mas não é o suficiente para vencer guerras”<sup>66</sup>.

Seus idealizadores sabem que não se trata de uma obra acabada. Espera-se que os debates em torno da “nova” doutrina estimulem novas mudanças<sup>67</sup>. Porém, é temerário que os soldados profissionais cedam à tentação de se dedicarem exclusivamente (ou quase exclusivamente) às operações de combate em larga escala, se apegando ao falacioso adágio “quem pode mais, pode menos”. Afinal, a história militar demonstra, de forma inequívoca, que poderosos exércitos, concebidos para travarem grandes batalhas de atrito, quase sempre fracassam diante de obstinadas forças irregulares e suas táticas heterodoxas. Como consta do próprio FM 3-0: “uma força, qualitativa e quantitativamente, inferior pode derrotar um inimigo superior, se puder ditar os termos do combate”<sup>68</sup>. Essas são advertências importantes diante de “ameaças com poder de combate equiparado”, que têm exibido enorme propensão para iniciativas apoiadas nos conceitos de “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”.

## Conclusão

Os Estados nacionais, como entes políticos, ainda competem acirradamente entre si, guiados pela “raison d'état” e pelos preceitos realistas da escola de Hans Morgenthau. Todavia, têm diversificado as formas de enfrentamento e procurado reduzir a visibilidade de suas ações estratégicas, em face de uma opinião pública cada vez mais intolerante e impaciente e menos disposta a arcar com os custos de uma guerra total. Guerra cibernética, guerra da informação, guerra psicológica e operações clandestinas (“black Ops”) são apenas alguns dos recursos largamente empregados, de modo conjugado, com alternativas não militares, visando a complementar, apoiar, ampliar e, sobretudo, evitar uma confrontação formal<sup>69</sup>. Por esse motivo, talvez, seja prudente aprofundarmos os estudos relativos à “Guerra Híbrida” e “Zona Cinza”, enquanto buscamos entender melhor a nova doutrina de “Combate em Múltiplos Domínios” — ainda que esta última exerça, naturalmente, maior fascínio sobre o imaginário dos soldados profissionais.

Indubitavelmente, a disponibilidade de poderio bélico convencional se mantém imprescindível, sobretudo, como fator dissuasório. Segundo o General Lundy e o Coronel Creed: “o fato de [as forças norte-americanas] estarem preparadas para o combate terrestre de grande vulto gera uma dissuasão convincente e contribui para a estabilidade em âmbito mundial”<sup>70</sup>.



*Comprehensive Approach*", *Nação e Defesa* 5, nº 129 (2011), p. 221.

21. Caio Blinder, "Guerra Testa Teoria do Choque e Pavor", *BBC Brasil (site)*, 24 mar. 2003, acesso em 25 ago. 2018, [https://www.bbc.com/portuguese/iraque/030324\\_iraquecaiodb.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/iraque/030324_iraquecaiodb.shtml).

22. John Keegan, *A Guerra do Iraque* (Rio de Janeiro: Bibliex, 2005), p. 13.

23. Alessandro Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 32.

24. John Arquilla, "Perils of the Gray Zone", *Prism* 7, no. 3 (2018), p. 127.

25. Assad Moghadam, "The Salafi-Jihad Religious Ideology", *Combating Terrorism Center at West Point (site)*, Fev. 2008, acesso em 5 set. 2018, <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2010/06/Vol1Iss3-Art5.pdf>.

26. Mike Lundy e Rich Creed, "O retorno do Manual de Campanha FM 3-0 Operações", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 10.

27. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), Foreword.

28. Zach Alessi-Friedlander, "Learning to Win", p. 1-2.

29. Samuel Huntington, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial* (Rio de Janeiro: Bibliex, 1998).

30. Michael Kofman e Matthew Rojansky, "Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018): p. 50.

31. Laura Sheeter, "Estônia Acusa Rússia de Ataque Cibernético ao País", *BBC Brasil (site)*, 17 mai. 2007, acesso em 29 ago. 2018, [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070517\\_estoniaataquesinternetw.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070517_estoniaataquesinternetw.shtml).

32. Vladimir Karmozov, "Su-57 and Mig-35 Land Russian Orders During Army 2018", *AINonline (site)*, 27 Aug. 2018, acesso em 29 Ago. 2018, <https://www.ainonline.com/aviation-news/defense/2018-08-27/su-57-and-mig-35-land-russian-orders-during-army-2018>.

33. Wesley Hallman, "America's military and industry are falling behind", *Defense News* 33, nº 12 (2018), p. 29.

34. Eric Heginbotham e Richard Samuels, "A New Military Strategy for Japan", *Foreign Affairs (site)*, 16 Jul. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2018-07-16/new-military-strategy-japan>.

35. José Alves, Francisco Lopes e Rita Marque, "China é acusada de metade dos ciberataques dos últimos 12 anos", *Público (site)*, 1 jan. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://www.publico.pt/2018/01/01/infografia/china-e-acusada-de-metade-dos-ciberataques-dos-ultimos-12-anos-251>.

36. John F. Troxell, "Goeconomia", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 26-27.

37. Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações*, p. 104-105.

38. Marc Lindemann, "Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a Evolução das Táticas Terrestres Iranianas", *Military Review* 90, nº 5, Edição Brasileira (Setembro-Outubro 2010), p. 66.

39. "Israel acusa o Irã de bombardear postos do seu Exército nas Colinas de Golã", *O Globo.com (site)*, 10 Mai. 2018, acesso em 30 Ago. 2018, <https://oglobo.globo.com/mundo/israel-acusa-ira-de-bombardear-postos-do-seu-exercito-nas-colinas-de-gola-22668402>.

40. Will Irwin, "A Comprehensive and Proactive Approach to Unconventional Warfare", *JSOU* (2016), p. 11 e p. 13, [https://jsou.libguides.com/ld.php?content\\_id=21665361](https://jsou.libguides.com/ld.php?content_id=21665361).

41. Joseph L. Votel, Charles T. Cleveland, Charles T. Connert e Will Irwin, "Unconventional Warfare in the Gray Zone", *JFQ* 80 (1<sup>st</sup> Quarter 2016), p. 107-108.

42. Alessandro Visacro, *A Guerra na Era da Informação*, p. 54.

43. Qiao Liang e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, (Beijing: People's Liberation Army Literature and Arts Publishing House, 1999). [O trecho traduzido foi extraído da versão em português intitulada "A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização", tradutor desconhecido, disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf> — N. do T.]

44. Ibid.

45. Valery Gerasimov, "A Guerra Contemporânea e os Problemas Atuais para a Defesa do País", *Military Review* 73, nº 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018), p. 45.

46. Frederico Aranha, "Guerra Híbrida: desvendando a PMC Wagner", *Defesanet (site)*, 7 Jul. 2018, acesso em 1 set. 2018, <http://www.defesanet.com.br/russiadocs/noticia/29702/GUERRA-HI-BRIDA-%E2%80%93-Desvendando-a-%E2%80%93CPMC-WAGNER%E2%80%93D/>.

47. John Arquilla, "Perils of the Gray Zone", p. 121.

48. Votel et al., "Unconventional Warfare", p. 102.

49. Valery Gerasimov, "A Guerra Contemporânea".

50. John F. Troxell, "Goeconomia", p. 24.

51. Sobre a degradação do poder vide Moisés Naím, *O Fim do Poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser* (São Paulo: LeYa, 2013).

52. Uma analogia mais interessante, comparando o xadrez ao Go, é apresentada por Mark McNeilly, *Sun Tzu e a Arte da Guerra Moderna* (Rio de Janeiro: Record, 2003), p. 37.

53. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 1-9 e 3-4.

54. Ibid., p. 2-54.

55. Pat Proctor, "Lessons Unlearned: Army Transformation and Low-Intensity Conflict", *Parameters* 47, nº 4 (Winter 2017-18), p. 45.

56. Hilary Matfess e Michael Miklaucic, *Beyond Convergence: World Without Order* (Washington: Center for Complex Operations, 2016), p. 354 e 355.

57. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, p. 7.

58. David Kilcullen, *Out of the Mountains: the coming age of the urban guerrilla* (Nova Iorque: Oxford, 2013), p. 103.

59. Henry Kissinger, *Diplomacia* (São Paulo: Saraiva, 2012), p. 730.

60. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, pp. 23-25.

61. Álvaro de Souza Pinheiro, "Crises e conflitos no século XXI: a evolução das forças de operações especiais", no prelo.

62. Max Boot, "The United States is preparing for the wrong war", *The Washington Post (site)*, 29 Mar. 2018, acesso em 1 set. 2018, [https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83\\_story.html?utm\\_term=.387ca09929ac](https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83_story.html?utm_term=.387ca09929ac).

63. Rupert Smith, *A Utilidade da Força: a arte da guerra no mundo moderno* (Lisboa: 70, 2005), p. 10.

64. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações", p. 10.

65. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 7-2.

66. Ibid., p. 1-39 e p. 7-58.

67. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações".

68. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 6 Oct. 2017), p. 1-11.

69. Alessandro Visacro, *Guerra Irregular*, p. 167.

70. Mike Lundy e Rich Creed, "FM 3-0 Operações".

# As Forças Armadas Libanesas Implementam Instrumentos do Poder Nacional como Linhas de Esforço no Engajamento em um Campo de Refugiados Palestinos

Maj Jean Dagher, Exército Libanês

As forças armadas de uma nação são consideradas um reflexo das normas, cultura, valores e expectativas de seu povo, e seus líderes civis e militares dividem a responsabilidade pela segurança nacional<sup>1</sup>. Esse princípio foi posto à prova no Líbano, quando as Forças Armadas Libanesas (FAL) foram empregadas nas circunstâncias especiais da Campanha de Nahr al-Bared (CNB), em 2007<sup>2</sup>. O emprego das FAL dentro das fronteiras nacionais para a condução de operações de estabilização e combate parece incoerente com o papel de um exército tradicional em um Estado soberano. Desde o término da Guerra Civil Libanesa em 1990 e a reconstrução do país em 1991, o governo

libanês incumbiu as FAL de uma missão de estabilização no interior do país, com unidades designadas a locais por todo o Líbano. Assim, as FAL se veem atuando como uma força expedicionária em seu próprio país, além de cumprirem sua missão central de segurança de fronteiras<sup>3</sup>. Nesse contexto, a experiência das FAL na CNB merece ser estudada.

Este artigo demonstra, primeiro, como os quatro instrumentos do poder nacional — diplomático, informacional, militar e econômico (DIME) — representam um modelo para compreender as linhas de esforço das FAL na CNB<sup>4</sup>. Segundo, apresenta uma análise sobre a CNB, oferecendo uma visão geral de seu contexto:



Crianças palestinas apanham pedras para um jogo de "guerra" com seus amigos no campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared, nos arredores da cidade de Trípoli, Norte do Líbano, em 04 Dez 09. (Foto de Joseph Eid, Agence France-Presse)

o campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared; o grupo Fatah al-Islam e a ascensão do terrorismo islâmico dentro do campo; e o *status* jurídico indefinido dos palestinos no Líbano. Terceiro, o artigo expõe os acontecimentos que precederam a CNB, explica o contexto singular das FAL e descreve o modelo de concepção operativa criado para cumprir os objetivos da campanha. Na conclusão, sugere o que os comandantes militares podem aprender, com o estudo da CNB, sobre a aplicação dos instrumentos DIME do poder nacional como linhas de esforço em futuros engajamentos.

Em um período de mais de três meses (20 Mai 07 a 02 Set 07), as FAL conseguiram derrotar a organização terrorista Fatah al-Islam, que pretendia estabelecer uma presença do Estado Islâmico (EI) na Província do Norte do Líbano (doravante denominada Norte do Líbano). Na CNB, as FAL obtiveram um grande êxito, considerando a magnitude dos desafios enfrentados pelas forças armadas. Por meio da aplicação e integração eficaz de medidas diplomáticas, atividades informacionais,

operações militares e ações econômicas, as FAL se tornaram o meio fundamental para promover os interesses nacionais do governo libanês. A abordagem DIME levou diretamente à vitória sobre o Fatah al-Islam. O combate na CNB também voltou a atenção para o papel das FAL como principais defensoras da soberania libanesa, sua Constituição e fórmula para o convívio entre as diversas religiões e etnias que compõem a sociedade libanesa.

## A Campanha de Nahr al-Bared

A CNB foi diferente por diversas razões. Primeiro, a campanha foi a primeira operação conjunta conduzida pelas FAL desde seu estabelecimento em 1945. Segundo, foi a primeira vez que as forças armadas entraram em um campo palestino no Líbano em tempo de paz. Além disso, o número de mortes das FAL foi o mais elevado desde a Guerra Civil Libanesa (1975–1990), totalizando 169 militares. Por fim, o número de deslocados internos, sendo a maioria palestina, com alguns libaneses, alcançou mais de 20 mil<sup>5</sup>.

Os choques entre o Fatah al-Islam e as FAL tiveram início na noite de 19 Mai 07. Depois de um assalto a banco, as Forças de Segurança Interna (FSI) libanesas invadiram um apartamento em Trípoli, no Norte do Líbano, constatando-se que os suspeitos que ali estavam eram militantes do Fatah al-Islam. A violência entre o Fatah al-Islam e as FSI se intensificou e, antes do alvorecer na manhã seguinte, os militantes do grupo terrorista atacaram e se apossaram, simultaneamente, dos três postos de controle das FAL no entorno do Campo de Nahr al-Bared, matando 32 militares. Os militantes se espalharam fora do perímetro do campo com o objetivo de se expandirem e conquistarem a região no norte do Líbano e de estabelecerem uma base terrorista na área. O ataque hostil levou a 105 dias de uma guerra cruenta entre a organização terrorista Fatah al-Islam e as FAL. A campanha foi concluída em

**O Maj Jean Dagher, Exército Libanês**, concluiu o curso da School of Advanced Military Studies, em Fort Leavenworth, Estado do Kansas. Também possui títulos de bacharelado em Estudos Militares pela Academia Militar do Líbano, Beirute, Líbano, e em Contabilidade e Finanças pela Universidade Libanesa, Trípoli, Líbano; concluiu um MBA pela Universidade de Artes, Ciências e Tecnologia do Líbano, Beirute, Líbano; e o mestrado em Arte e Ciência Militar pelo U.S. Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Estado do Kansas. Durante sua carreira, Dagher serviu no Batalhão Blindado Libanês, 10ª Brigada de Infantaria, 2º Regimento Blindado e Regimento *Ranger* Libanês. Participou de toda a Campanha de Nahr al-Bared como comandante de pelotão, 2ª Companhia de Infantaria, Regimento *Ranger*.

02 Set 07 com a tomada do campo pelas FAL e a fuga de alguns militantes do Fatah al-Islam<sup>6</sup>.

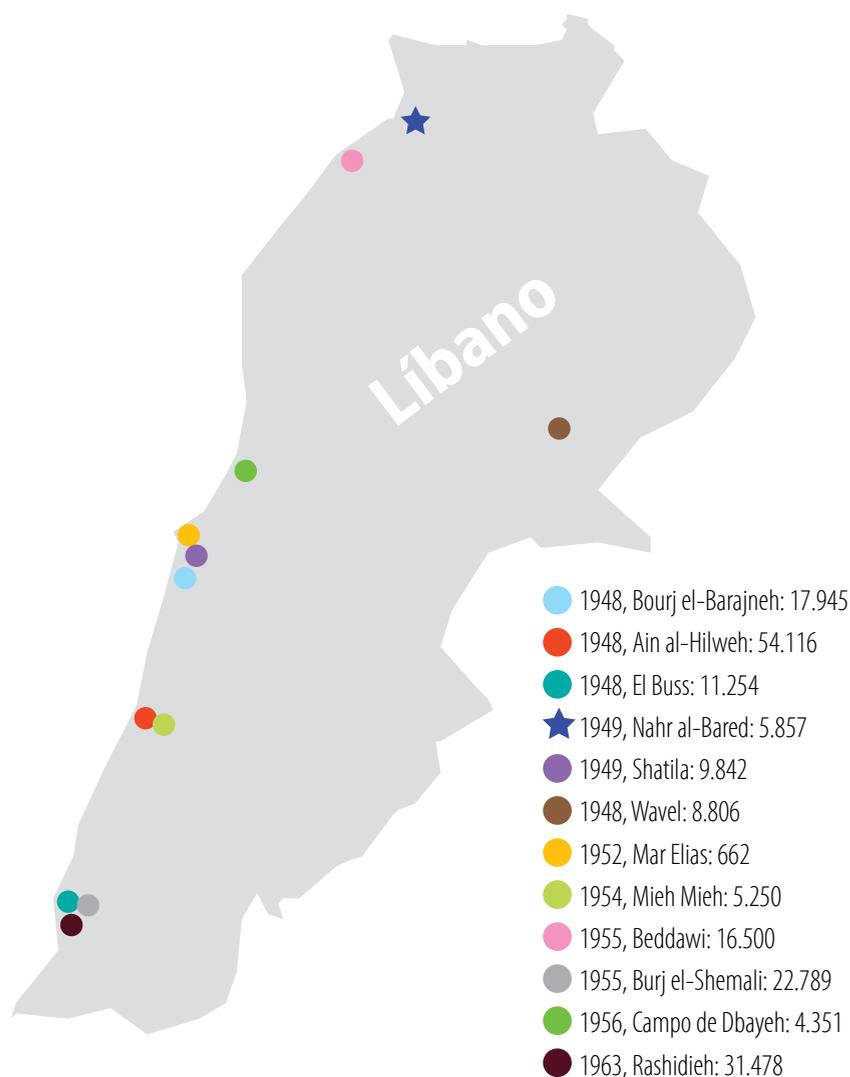
**Campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared.** Para entender os desafios militares apresentados pela CNB, faz-se necessário, primeiro, descrever e analisar as condições geográficas e demográficas locais. O Campo de Nahr al-Bared está situado na costa mediterrânea, a aproximadamente 16 km ao norte de Trípoli — cidade com a maior população sunita no Líbano — e cerca de 32 km ao sul da fronteira síria. Além disso, a principal via de acesso que liga Trípoli à Síria passava pelo campo<sup>7</sup>. O termo “Campo Velho” se refere ao campo oficial estabelecido em 1949 como um abrigo de emergência

para os palestinos, quando eles fugiram da Palestina a partir de 1948 durante a *Nakba* (catástrofe—refere-se à expulsão em massa de árabes palestinos de suas casas em virtude da declaração de Israel como nação independente). O Campo Velho ocupava, originalmente, uma área de 0,2 quilômetros quadrados<sup>8</sup>. A ampliação do campo durante e depois da Guerra Civil Libanesa para área adjacentes, cerca de dois quilômetros quadrados, ficou conhecida como “Campo Novo”<sup>9</sup>. Com exceção de uma via de acesso principal de quatro faixas, que ligava as duas entradas de Nahr al-Bared, o Campo Velho era caracterizado por passagens estreitas e construídas de forma desordenada e por edificações próximas entre si, acima de túneis subterrâneos de concreto armado. Esses túneis, a uma profundidade de mais de três metros e meio, haviam sido projetados, inicialmente, como proteção contra ataques aéreos israelenses. Estima-se que o número de edificações gire em torno de quinhentos.

Em 2007, segundo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East — UNRWA*), o número de palestinos registrados no Líbano girava em torno de 450 mil; metade deles vivia nos 12 campos de refugiados do país reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conforme mostra a figura 1. A população de Nahr al-Bared na época do conflito era de cerca de 27 mil refugiados, o que fazia dele o segundo maior campo<sup>10</sup>. Mais de 20 facções palestinas dividiam a responsabilidade pela segurança do local: portando armas, recrutando moradores e conduzindo adestramentos militares no dentro do campo<sup>11</sup>.

Embora o Campo de Nahr al-Bared houvesse desenvolvido uma economia informal baseada no crédito, um grande centro de distribuição atacadista e um dinâmico núcleo econômico no Norte do Líbano, as complicadas condições demográficas e as várias facções palestinas dentro dele criaram um ambiente instável, onde ideologias terroristas se expandiram. Além disso, o extremismo palestino era desenfreado, especialmente, no Norte do Líbano, porque Trípoli servia como uma localidade estratégica para uma representação simbólica da dispersa comunidade sunita libanesa<sup>12</sup>.

**O Fatah Al-Islam e a ascensão do terrorismo islâmico.** O Líbano e os campos palestinos assistiram a um rápido aumento de organizações terroristas e



(A relação inclui data de estabelecimento, nome e população registrada em cada campo de refugiados em 2014. Figura de Arin Burgess, *Military Review*. Fonte: Wikipedia)

## Figura 1. Os Doze Campos de Refugiados Palestinos do Líbano

do extremismo islâmico jihadista em 2006-2007. Esse problema de segurança colocou o governo libanês e as FAL sob uma pressão enorme. O grupo terrorista Fatah Al-Islam foi fundado por Shaker al-Absi, um palestino-jordaniano, que acreditava em um “califado”, ou governo islâmico, no Norte do Líbano. O conselho de liderança do grupo se compunha de um representante de mídia, comandantes militares e uma comissão legislativa. Sua origem se inspirou na Al Qaeda e sua crença no conceito de “jihad”<sup>13</sup>. Al-Absi era um aliado próximo de Abu Musab al-Zarqawi, antigo líder da Al Qaeda no Iraque, e acredita-se que ele tenha estabelecido a conexão original entre as duas organizações.

O Fatah Al-Islam apareceu pela primeira vez no Campo de Nahr al-Bared em novembro de 2006. Pode-se atribuir a origem da expansão do Fatah Al-Islam ao ano de 2000, quando um grupo armado islâmico, al-Takfir wal-Hijra, envolveu-se em um conflito armado com as FAL em al-Diniyeh, no Norte do Líbano. Os que conseguiram escapar foram para Nahr al-Bared. Além disso, as Operações *Enduring Freedom*, em 2001, e *Iraqi Freedom*, em 2003, ajudaram a disseminar a ideologia terrorista no Oriente Médio. Durante esse período, muitos militantes que haviam adquirido experiência em combate fugiram para o Campo de Nahr al-Bared e aderiram ao Fatah Al-Islam<sup>14</sup>. Além disso, a retirada das forças de segurança e inteligência sírias do Líbano em 2005 permitiu que as atividades islamistas no campo proliferassem. Conforme a cisão entre sunitas e xiitas foi aumentando após a Guerra do Líbano de 2006, a ideologia salafista se disseminou entre os sunitas, especialmente entre aqueles que estavam no Campo de Nahr al-Bared, tentando imitar, no Norte do Líbano, o modelo aplicado pelo Hezbollah xiita no Sul do Líbano<sup>15</sup>.

A posição libanesa no coração do Levante tornou-o parte do projeto ideológico, político e territorial de estabelecimento do EI pelo Fatah Al-Islam no Líbano. Os militantes que haviam fugido de países vizinhos encontraram, no Campo de Nahr al-Bared, um refúgio contra as forças de segurança libanesas, disseminando sua ideologia no local. Nesse contexto, o Fatah Al-Islam conseguiu penetrar em Nahr al-Bared e estabelecer uma base militar dentro do campo no final de 2006.

**O status jurídico indefinido dos palestinos.** Desde sua chegada ao Líbano como refugiados em 1948, os palestinos detêm uma posição jurídica e política



Uma coluna de fumaça sobe do campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared, no Norte do Líbano, 03 Jun 07. Em um combate que durou mais de três meses (20 Mai 07 a 02 Set 07), as Forças Armadas Libanesas conseguiram derrotar a organização terrorista Fatah al-Islam, que pretendia estabelecer uma presença do Estado Islâmico no Norte do Líbano. (Foto de Ramzi Haïdar, Agence France-Presse)

indefinida, o que levou ao seu isolamento do sistema econômico e social libanês. A UNRWA atua no Líbano, proporcionando aos refugiados palestinos serviços sociais, de educação, de saúde e de assistência. A agência está encarregada, formalmente, dos 12 campos de refugiados palestinos no Líbano, sendo reconhecida pelo ACNUR. Esses campos, incluindo o de Nahr al-Bared, eram mantidos fora do alcance das FAL.

O Acordo do Cairo em 1969 regulamentou as relações entre os campos palestinos e o Estado libanês, aprovou o autogoverno palestino dentro dos campos e concedeu aos palestinos uma autonomia quase total, outorgando-lhes o direito de operá-los<sup>16</sup>. O Líbano tornou-se o único país a permitir que palestinos se adestrassem e portassem armas dentro dos limites dos campos de refugiados e a excluir a presença de militares libaneses e postos de controle militares nas entradas desses campos<sup>17</sup>. A ameaça de seu assentamento permanente (“Tawteen”) no Líbano passou a ser usada como justificativa para as restrições econômicas do governo libanês em relação aos refugiados palestinos<sup>18</sup>. Esse *status* jurídico indefinido dos palestinos e a fragilidade de antigos acordos entre libaneses e palestinos levaram a condições favoráveis para o acolhimento de terroristas dentro do Campo de Nahr al-Bared<sup>19</sup>.

Os palestinos dentro do campo também sofriam problemas graves: pobreza, escassez de oportunidades econômicas, alta taxa de desemprego, falta de infraestrutura e condições precárias de habitação. Essas eram importantes causas de frustração e de um sentido de

injustiça entre os palestinos que adotaram as ideologias extremistas do Fatah Al-Islam. Além disso, a postura estabelecida e a política polarizada entre as várias facções caracterizaram as relações entre os grupos que compartilhavam o poder no campo, mas que eram incapazes de prover segurança aos palestinos<sup>20</sup>.

**Os acontecimentos que precederam a CNB.** Entre 2006 e 2007, a organização terrorista Fatah Al-Islam conduziu seis assaltos à mão armada, que serviram como uma importante fonte de verbas. A partir de 2006, as autoridades libanesas ficaram cada vez mais conscientes da ameaça terrorista, e as FAL prenderam alguns indivíduos afiliados ao Fatah Al-Islam. Em janeiro de 2006, 13 indivíduos suspeitos de serem militantes ligados à Al Qaeda foram detidos sob suspeita de estarem planejando ataques suicidas no Líbano. Em fevereiro de 2006, as FSI libanesas prenderam cinco militantes do Fatah Al-Islam envolvidos em ataques contra quartéis em Beirute, os quais o grupo alegou terem sido realizados em represália pelas detenções em janeiro<sup>21</sup>. Também em fevereiro de 2006, uma embarcação carregada de armas foi apreendida na costa de Trípoli, sinalizando uma nova operação militar. Em novembro de 2006, o Fatah Al-Islam tomou o controle de bases de facções palestinas (Fatah al-Intifada) no interior do campo e pendurou faixas pretas inscritas com a palavra “Tawhid”, que significa, literalmente “unidade de Deus”<sup>22</sup>. Isso deflagrou um conflito armado entre as diferentes facções palestinas e o Fatah Al-Islam no Campo de Nahr al-Bared. Em consequência, as FAL recorreram a uma série de medidas

de segurança, incluindo o estabelecimento de postos de controle em torno das entradas do campo para lidar com as questões de segurança.

A CNB foi, nitidamente, um ponto de virada na história do Líbano. Nessa campanha, as FAL conseguiram unir a população e os políticos libaneses, eliminar o terrorismo e defender a soberania libanesa. Essa conquista resultou da unidade e coesão das FAL e de sua eficiente aplicação dos instrumentos do poder nacional como abordagem operativa da CNB.

## O Contexto Singular das Forças Armadas Libanesas

O contexto em que as FAL foram capazes de empregar todos os instrumentos do poder nacional é considerado singular devido às particularidades libanesas. O modelo DIME não faz parte da doutrina das FAL. Independentemente disso, elas conseguiram aplicar essa terminologia e princípios na gestão da CNB. As FAL integraram, coordenaram e sincronizaram todos os componentes do modelo DIME efetivamente em apoio às operações militares durante a CNB, a fim de cumprir os objetivos políticos nacionais.

A República do Líbano é uma democracia parlamentar com um sistema político sectário confessional, que consiste em um mecanismo de compartilhamento de poder entre comunidades religiosas. O *Pacto Nacional* de 1943, que foi um acordo oral, e o *Acordo de Taif*, de 1989, estipularam que os três principais cargos políticos fossem distribuídos da seguinte forma: o presidente é um cristão maronita, o presidente do parlamento é um muçulmano xiita, e o primeiro-ministro é um muçulmano sunita. Além disso, cristãos e muçulmanos compartilham, igualmente, cargos políticos no parlamento e no governo, que são subdivididos proporcionalmente, de acordo com a porcentagem de cada grupo religioso na população. As FAL têm um mecanismo semelhante de compartilhamento entre religiões, em que o número de oficiais cristãos e muçulmanos baseia-se em uma quota étnico-religiosa que reflete o equilíbrio na sociedade libanesa<sup>23</sup>.

O relacionamento entre o comando das FAL e as autoridades civis oferece uma perspectiva útil. Embora as FAL sejam subordinadas ao controle civil do governo e do presidente — o comandante em chefe das forças armadas — o equilíbrio entre a liderança civil e militar advém de um acordo sobre questões-chave e

um entendimento mútuo quanto à visão de defesa<sup>24</sup>. As FAL executam sua missão em conformidade com a política de defesa e segurança do governo libanês apresentada pelo Ministro da Defesa Nacional. A identidade e os valores compartilhados entre as forças armadas e a sociedade implicam que o relacionamento entre os líderes civis e militares libaneses não segue, necessariamente, uma regra normativa. As FAL não são “cegamente obedientes”; em vez disso, executam ordens porque o comando concorda com elas<sup>25</sup>.

O relacionamento entre o governo libanês e as FAL seria mais propriamente descrito como algo que fica entre um controle civil objetivo e um controle civil subjetivo, como propõe Samuel Huntington, um dos fundadores da teoria moderna sobre as relações civil-militares, em seu livro *The Soldier and the State* [publicado pela Biblioteca do Exército com o título “O Soldado e o Estado” — N. do T.]. O prisma do relacionamento civil-militar se deve ao fato de que as FAL refletem todas as forças sociais e ideologias políticas da sociedade libanesa, prevenindo que qualquer subgrupo religioso ou partido político específico tenha um controle maior sobre os assuntos militares libaneses à custa de outros<sup>26</sup>. Quanto maiores as divisões sociais e a falta de uma decisão política unificada sobre questões-chave, menor será a resiliência das FAL para lidar com ameaças nacionais e conduzir quaisquer operações críticas, e vice-versa.

As três forças armadas (terrestre, aérea e naval) ficam sob o comando das FAL. As missões das FAL são defender as fronteiras da nação contra qualquer ataque externo, preservar a soberania, impor o cumprimento da Constituição e contribuir para a assistência humanitária. Em 1991, após o término da Guerra Civil Libanesa, o governo de Beirute incumbiu as FAL de manterem a paz e a estabilidade no interior do país, em coordenação com as FSI e outras forças de segurança. As FAL enviaram suas tropas para todas as partes do Líbano, a fim de executarem missões de segurança interna, designando unidades a cada uma das cinco regiões militares que compõem a nação<sup>27</sup>. Além disso, a Constituição libanesa e a Lei de Defesa Nacional concederam às FAL poderes legais flexíveis, que se tornam excepcionais quando o governo declara um estado de emergência ou caso a população esteja exposta ao perigo.

O foco das FAL na segurança interna reflete seu posicionamento em relação aos campos de refugiados palestinos no Líbano e ao Campo de Nahr al-Bared em

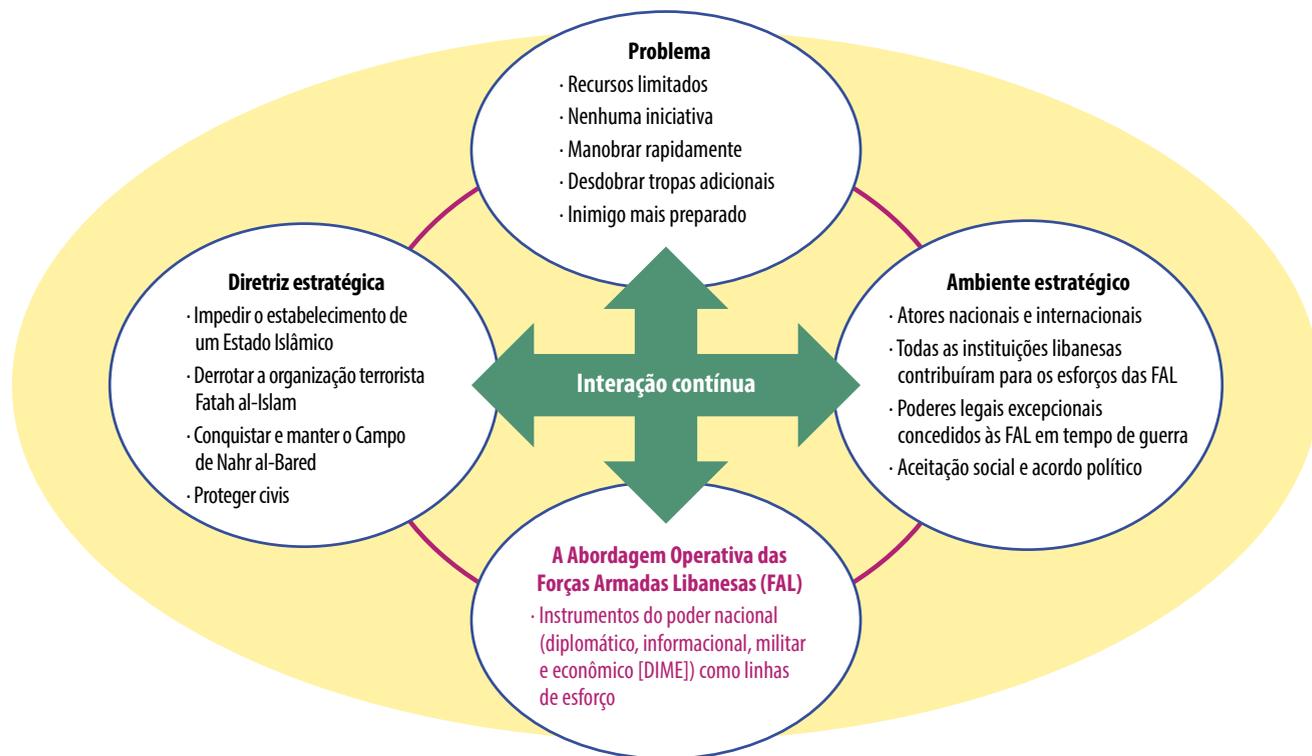
particular. Na CNB, as FAL atuaram como mais do que uma simples força militar: representaram a unidade da população libanesa, desempenhando um papel de destaque na sociedade como um todo. Devido à disposição da segurança interna, com tropas estacionadas no norte e tropas de reserva à disposição, as FAL conseguiram manobrar rapidamente para responder às ações hostis terroristas do Fatah Al-Islam e recuperar o controle sobre o Campo de Nahr al-Bared.

## O Modelo de Concepção Operativa da Campanha de Nahr al-Bared

Na CNB de 2007, a sinergia entre as FAL e todos os atores civis foi possibilitada por meio da coordenação entre entidades diplomáticas, informacionais, militares e econômicas libanesas, para enfrentar os desafios decorrentes das atividades terroristas do Fatah Al-Islam. As medidas DIME tomadas pelas FAL reforçaram sua posição diante do Fatah Al-Islam, permitindo-lhe superar o complexo ambiente operacional da campanha. O modelo de concepção operativa (apresentado na figura 2) ilustra o ambiente estratégico no qual a campanha

foi executada, o problema enfrentado pelas FAL, a diretriz e orientação estratégica dos líderes nacionais libaneses e a abordagem operativa das forças para solucionar o problema.

**O ambiente estratégico.** A magnitude da CNB e os diversos atores militares, políticos, religiosos e internacionais envolvidos geraram um complexo ambiente estratégico. Durante a campanha, todas as instituições libanesas contribuíram para as iniciativas das FAL no combate ao terrorismo, colocando seus esforços nas mãos do comando das forças. Os excepcionais poderes legais concedidos às FAL em tempo de guerra fornecem o contexto no qual elas foram capazes de utilizar todos os instrumentos DIME do poder nacional durante a CNB. O problema gerado pelo complexo sistema político libanês foi superado mediante a obtenção de um consenso social e um processo decisório unificado entre as diferentes facções religiosas e partidos políticos da sociedade libanesa, o que evitou que qualquer subgrupo com alguma objeção bloqueasse as FAL, permitindo-lhe concentrar-se em lidar com as ameaças à nação apresentadas pelo Fatah Al-Islam.



(Figura extraída, originalmente, da Publicação Conjunta JP 5-0, *Joint Planning* [Washington, DC: Government Publishing Office, 2017], IV-7; modificada pelo autor)

**Figura 2. O Modelo de Concepção Operativa da Campanha de Nahr al-Bared**



Militares, policiais e civis libaneses observam caixões contendo os corpos de militantes islamistas, durante seu sepultamento em Trípoli, Líbano, 04 Out 07. Policiais e militares libaneses sepultaram os corpos de 98 extremistas do grupo Fatah al-Islam, mortos durante os confrontos com o Exército Libanês no campo de refugiados de Nahr al-Bared. A luta se encerrou com o Exército detendo total controle sobre o campo. (Foto de Omar Ibrahim, Reuters)

**O problema.** Durante a CNB, as FAL enfrentaram o desafio de ter de manobrar rapidamente, com recursos limitados, para recuperar o controle sobre três postos de controle nos arredores do Campo de Nahr al-Bared, além de enviar mais tropas para derrotar um inimigo mais bem preparado.

**A diretriz e orientação estratégica.** O processo decisório político nacional unificado do Líbano quanto à crise no Campo de Nahr al-Bared possibilitou a elaboração de uma diretriz estratégica precisa para as FAL no enfrentamento ao Fatah Al-Islam durante a CNB. Essa diretriz foi a de se conduzir uma operação decisiva para impedir que o Fatah Al-Islam estabelecesse uma base de operações para o EI no Norte do Líbano, derrotando a organização terrorista, conquistando e recuperando o controle sobre o Campo de Nahr al-Bared e protegendo os civis.

**A abordagem operativa.** Durante a CNB, as FAL estruturaram seu plano de campanha com base em quatro linhas de esforço: medidas diplomáticas, atividades informacionais, operações militares e ações econômicas. Essa abordagem operativa, ilustrada na figura 3, descreve as condições que envolveram a CNB, as linhas de esforço das FAL, os objetivos e tarefas operacionais de apoio, as condições destinadas a apoiar a consecução das linhas de

esforço, e os estados finais desejados pelas FAL. Essas linhas de esforço estavam relacionadas ao objetivo nacional geral de defender a pátria e alcançar a unidade de esforços.

**Medidas diplomáticas.** Além de obterem o apoio nacional, as FAL buscaram o respaldo internacional de parceiros e nações aliadas. Enquanto isso, o Fatah Al-Islam se apoiou nos árabes e muçulmanos da corrente principal do islamismo e realizou gestos diplomáticos, com o intuito de conquistar a solidariedade e apoio palestino e islâmico para sua causa. Durante a campanha, as negociações conduzidas entre o comando das FAL e o Fatah Al-Islam foram bastante complicadas. As FAL começaram a obter seus êxitos mais significativos na guerra contra o Fatah Al-Islam após conquistarem o apoio político do governo e partidos políticos internos libaneses, facções palestinas e comunidade internacional.

Internamente, as FAL conservaram sua neutralidade nacional ao explorarem os sentimentos sectários religiosos

libaneses, o que manteve suas ações como um reflexo da opinião pública libanesa. Além disso, as FAL convenceram o governo a fazer da CNB sua prioridade de segurança nacional e a concentrar todos os seus esforços na defesa da soberania libanesa. Segundo, as FAL conseguiram superar as falhas dos antigos acordos entre libaneses e palestinos e a postura entre as várias facções palestinas usando uma narrativa de combate ao terrorismo que capacitou as forças a obter seu apoio na luta contra o Fatah Al-Islam durante a CNB. Por último, as FAL utilizaram suas relações diplomáticas internacionais para incentivar vários países a se comprometerem em apoiar e ajudar no enfrentamento à violência extremista durante a CNB. A comunidade internacional apoiou a campanha das FAL para derrotar o terrorismo e sua luta para impedir que o Fatah Al-Islam estabelecesse uma presença do EI no Norte do Líbano<sup>28</sup>.

As FAL serviram, de maneira formal e informal, como principais atores nas negociações durante a CNB, para influenciar as decisões. Houve muitas negociações fracassadas entre as FAL e o Fatah Al-Islam. Além disso, muitas iniciativas inaceitáveis, que excluía a rendição de al-Absi, líder do grupo terrorista, e de seu comandante militar, Abou Hureira, foram apresentadas ao comando das FAL por diferentes atores, incluindo aqueles que defendiam a dissolução da organização terrorista e a expulsão de seus combatentes do Líbano<sup>29</sup>. Durante o período de cessar-fogo, as FAL conduziram a evacuação de civis, deslocando cerca de 20 mil palestinos para as áreas vizinhas a uma taxa de quase mil deslocados internos por dia<sup>30</sup>. Para os militantes do Fatah Al-Islam, o período de negociação representou uma ocasião para melhorar seu posicionamento operacional em uma tentativa de obter uma relativa vantagem.

**Atividades informacionais.** As FAL eram bastante cuidadosas em relação à sua imagem perante o público por refletirem os vários grupos sociais e religiosos libaneses e desempenharem um importante papel na preservação da unidade da nação após o longo distúrbio civil. Durante a CNB, as FAL conduziram uma ampla campanha informacional para motivar suas tropas, inspirar a população libanesa para obter um apoio de base ampla e influenciar os palestinos dentro e fora do Campo de Nahr al-Bared, o que criou circunstâncias melhores para as operações militares.

Primeiro, as FAL utilizaram os meios de comunicação de sua Diretoria de Orientação para se dirigirem às suas tropas e lhes comunicarem o respaldo local e

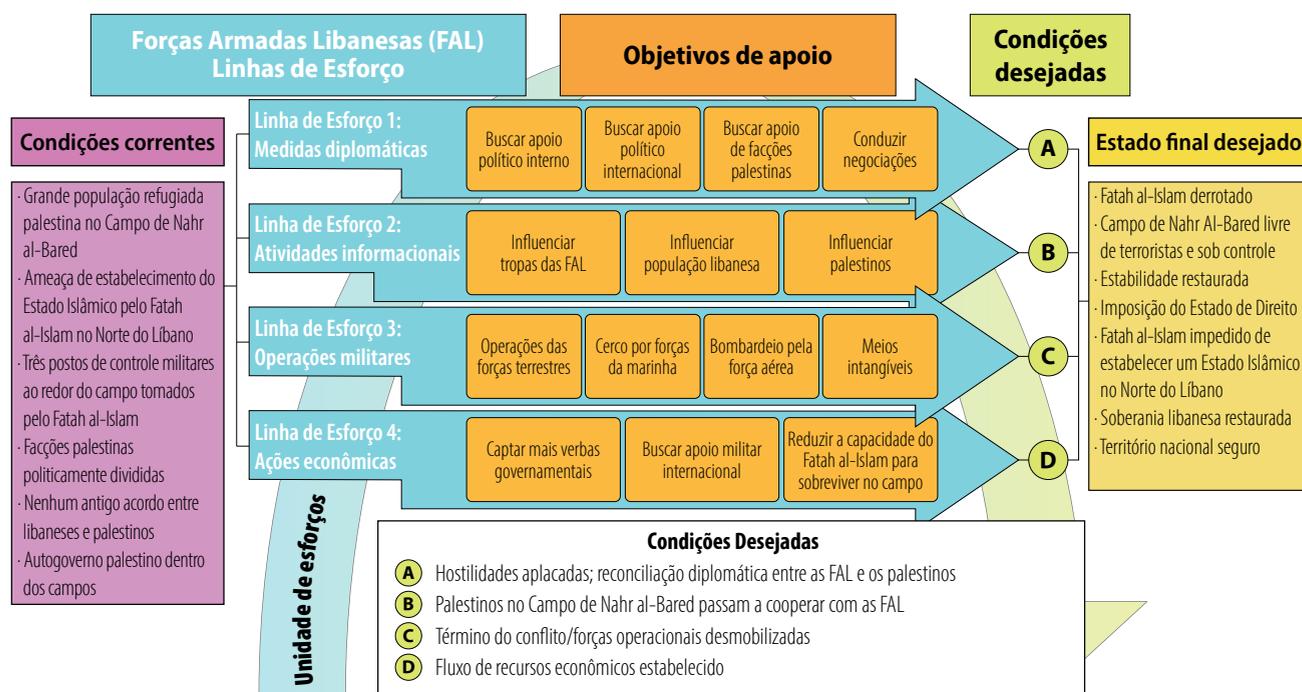
internacional, o que manteve os soldados motivados e incentivou suas famílias a apoiarem a campanha, mesmo com suas consequências por vezes duras. Segundo, as publicações das FAL (a *Revista de Defesa Nacional* e a revista do exército libanês) foram utilizadas como um meio de comunicação com a população libanesa<sup>31</sup>. A revista explorou mensagens efetivas e disseminou informações para conquistar o apoio total da população contra as ações terroristas do Fatah Al-Islam. Por fim, as FAL deram início a novos programas dirigidos à população palestina dentro e fora do Campo de Nahr al-Bared, para desacreditar a organização terrorista Fatah Al-Islam, utilizando mensagens explícitas que enfatizavam o tema de que o terrorismo estava destruindo o campo. Enquanto isso, o Fatah Al-Islam se apoiava tanto em fóruns jihadistas na internet quanto na grande mídia para disseminar sua mensagem e objetivo, promover sua ideologia e aplicar propaganda e pressão, assim como recrutar militantes<sup>32</sup>.

A campanha informacional das FAL teve muito êxito e estimulou a maioria dos refugiados e facções palestinas a cooperar de bom grado durante a CNB, o que abalou as tentativas terroristas do Fatah Al-Islam de ganhar o apoio de seu público-alvo.

**Operações militares.** Antes da CNB, as FAL viviam restrições orçamentárias decorrentes dos desafios fiscais que o governo libanês enfrentava em consequência da Guerra do Líbano de 2006. Entretanto, quando a campanha começou, o governo libanês alocou os equipamentos necessários como uma prioridade para derrotar os militantes do Fatah Al-Islam, mais bem equipados e treinados no combate não convencional.

As FAL na CNB conduziram operações conjuntas, em que as ações de seus componentes operacionais terrestre, naval e aéreo foram comandadas por um comandante da força conjunta. Além desses meios tangíveis, as capacidades intangíveis representadas pelo elevado moral e espírito de corpo dos militares das FAL representavam um valor agregado para superar o déficit em equipamentos. As tarefas principais das FAL eram derrotar a agressão do Fatah Al-Islam, recuperar o controle sobre o Campo de Nahr al-Bared, reforçar a estabilidade e cumprir o objetivo político do país, de impedir que aquele grupo terrorista estabelecesse uma presença do EI no Norte do Líbano.

A primeira fase da operação consistia em retomar os três postos de controle ao redor do campo dos quais o Fatah Al-Islam havia se apossado e em começar a enviar forças para o teatro de operações. A segunda fase visava a



**Figura 3. A Abordagem Operativa das Forças Armadas Libanesas na Campanha de Nahr Al-Bared**

estabelecer as condições para a fase “dominar”, cercando o campo. A terceira fase era conduzir um contra-ataque para ocupar o Campo Novo e, em seguida, o Campo Velho e derrotar os militantes do Fatah Al-Islam. A quarta fase tinha como foco criar as condições para transferir o controle do campo para a autoridade civil.

Mais de 2 mil soldados das FAL participaram da CNB. O comando e controle foi possibilitado pelo Regimento de Comunicações com o estabelecimento de meios e estruturas de comunicação que permitiram que o comandante da força conjunta exercesse o comando e controle de suas tropas terrestres, navais e aéreas. As unidades táticas de manobra terrestre consistiam em uma brigada de infantaria, quatro regimentos de operações especiais (o Regimento *Ranger*, Navy Seals, Regimento de Assalto Aéreo, e um regimento de intervenção) e dois regimentos de carros de combate. O Regimento de Engenharia executou a demolição de túneis e a remoção de artefatos explosivos improvisados. A Diretoria de Inteligência das FAL forneceu relatórios precisos e em tempo hábil sobre a situação, a composição e disposição de combatentes do Fatah Al-Islam e outras atividades palestinas em Nahr al-Bared. Os dois regimentos de artilharia apoiaram as tropas de manobra com o

lançamento de fogos indiretos contra abrigos fortificados do Fatah Al-Islam. A Brigada Logística proveu serviços de apoio logístico (sustentação) às unidades de manobra por meio da manutenção e recuperação, para ampliar seu alcance operacional, além de fornecer serviços de pessoal e saúde. A Brigada de Polícia Militar das FAL foi responsável pela proteção das tropas e meios físicos nas movimentações de ida e volta para a área de operações.

O papel da marinha das FAL nas operações era fechar a costa e reforçar o controle do campo. A marinha também forneceu o necessário apoio de fogo para as operações das forças terrestres e impediu a infiltração do Fatah Al-Islam em direção ao Mar Mediterrâneo a partir do oeste, o que negou apoio logístico a partir da costa. A marinha também forneceu observação tanto para o fogo indireto quanto para o apoio aéreo aproximado.

A força aérea das FAL forneceu apoio aéreo aproximado, reconhecimento e observação para o comandante da força conjunta. A força aérea modificou alguns de seus helicópteros *UH1H*, transformando-os em helicópteros de ataque com munições de 250 kg e 400 kg. Os helicópteros modernizados foram utilizados para o bombardeio aéreo contra posições fortificadas do Fatah Al-Islam, especialmente no Campo Velho. Além disso, os helicópteros



A destruição no campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared, conforme observada em 21 Dez 07, ao norte de Trípoli, Líbano. (Foto cedida por Frances Mary Guy, ex-embaixadora britânica no Líbano, Foreign and Commonwealth Office)

realizaram a evacuação de baixas e transportaram pessoal, armas e munições entre a área de operações e outros locais.

O combate na CNB foi uma verdadeira oportunidade para que as FAL obtivessem significativa experiência em combate na contrainsurgência e guerra irregular contra um inimigo bem armado e treinado<sup>33</sup>.

## Ações Econômicas

Durante a CNB, as FAL realizaram algumas ações econômicas que ajudaram a moldar o ambiente operacional e alcançar a vitória. As FAL buscaram aumentar as verbas governamentais libanesas, solicitaram assistência militar internacional e reduziram a capacidade do Fatah Al-Islam para sobreviver no Campo de Nahr al-Bared. O controle econômico das FAL sobre todo o campo impediu que o Fatah Al-Islam tivesse acesso a recursos adicionais, sendo um importante fator que forçou o grupo terrorista a negociar.

Primeiro, as FAL haviam sempre estado sujeitas a restrições orçamentárias e de gastos de defesa, e fazia anos que não conseguiam obter equipamentos modernos. Durante a CNB, as FAL operaram em um ambiente operacional completamente diferente, precisando de suprimentos, equipamentos, armas e munição. As FAL conseguiram convencer o governo libanês a aumentar seus gastos militares para atender às necessidades da

CNB e a priorizar a defesa da nação contra as ameaças plausíveis representadas pelo Fatah Al-Islam<sup>34</sup>.

Segundo, durante as operações em curso, as FAL receberam considerável assistência militar internacional dos EUA, Síria, França, Emirados Árabes Unidos e outros países. Esse enorme apoio desempenhou um papel central quanto a preencher a lacuna entre as necessidades das FAL e seus meios disponíveis, conferindo-lhes recursos suficientes para vencer a luta contra o Fatah Al-Islam. Um exemplo desse apoio foi o aumento de assistência militar dos EUA para o Líbano (ex.: suprimentos, equipamentos e munição) no orçamento de 2007 para mais que sete vezes o valor do ano anterior<sup>35</sup>. Por último, as FAL persuadiram o governo a exercer pressão sobre os bancos em relação às contas do Fatah Al-Islam, com o intuito de pôr fim ao apoio financeiro ao grupo<sup>36</sup>.

A gravidade da situação de segurança revelou, de modo inequívoco e objetivo, que deixar de cooperar para apoiar as FAL na adoção de todos os instrumentos do poder nacional não seria uma opção viável. A crise de Nahr al-Bared serviu como um sinal de alerta para todas as facções palestinas. Receando semelhante sorte, líderes palestinos ao longo de todo o espectro político

em todos os campos de refugiados começaram a cooperar em questões de segurança de um modo inédito<sup>37</sup>. Durante a CNB de 2007, a adoção do conceito DIME foi essencial para as FAL alcançarem a vitória.

## Conclusão

No século XXI, a maioria das atividades militares deslocou-se da guerra convencional para as operações de estabilização. A Guerra Global contra o Terrorismo revela uma necessidade urgente de unificação dos esforços nacionais e implementação estratégica de todos os elementos do poder nacional para combater o extremismo violento. A parceria e a interação entre as forças armadas e a liderança civil se tornaram mais importantes para a consecução da missão militar. O emprego das forças armadas em missões dentro do território nacional, para prover segurança e estabilidade, ocorre mais frequentemente com o objetivo de defender a soberania de uma nação, especialmente contra a crescente ameaça do terrorismo.

Nesse contexto, as ações hostis da organização terrorista Fatah Al-Islam e o risco de estabelecimento de uma presença do EI no Líbano em 2007 representavam uma ameaça existencial à soberania do país. Levando em consideração as particularidades do país, as FAL tiveram de implementar uma abordagem holística baseada nos instrumentos do poder nacional como linhas de esforço e em sua eficiente integração para lidar com a agressão terrorista do Fatah Al-Islam durante a CNB.

As FAL foram capazes de usar o modelo DIME durante a CNB com base na autoridade concedida pela Constituição libanesa e pela Lei de Defesa Nacional, que lhes conferem poderes legais excepcionais em tempo de guerra. As FAL demonstraram sua unidade e coesão com a liderança civil libanesa, obtendo sucesso ao lidarem com os supracitados conflitos internos.

A ascensão do Fatah Al-Islam no Campo de Nahr al-Bared foi uma consequência das políticas

fracassadas do governo libanês em relação aos refugiados palestinos. Entretanto, por meio de medidas diplomáticas, as FAL conseguiram superar as falhas dos antigos acordos entre libaneses e palestinos. As FAL administraram a campanha informacional fazendo um contraponto à propaganda tendenciosa e negativa do Fatah Al-Islam. As FAL também foram capazes de desenvolver, adquirir e modernizar os equipamentos militares para projetar, devidamente, a força militar durante a CNB. As medidas econômicas utilizadas pelas FAL restringiram a capacidade do Fatah Al-Islam para sobreviver mais tempo dentro do Campo de Nahr al-Bared, obrigando seus militantes a negociarem com as FAL. Foi por meio desses esforços integrados que as FAL alcançaram a vitória na CNB e derrotaram o Fatah Al-Islam.

O foco das FAL na segurança interna vem aumentando devido às diversas ameaças desse âmbito que o Líbano continua a enfrentar. A presença de grandes quantidades de refugiados sírios recém-chegados no Líbano tem exacerbado sua complicada situação demográfica. Ademais, como as FAL estão desempenhando uma infinidade de tarefas de segurança interna, além de suas missões centrais de segurança de fronteiras, elas precisam manter uma elevada capacidade de resposta para apoiarem os órgãos de segurança pública e, ao mesmo tempo, permanecerem aptas a responder a outras ameaças e emergências externas. Não obstante, o êxito das FAL na CNB ressalta que a integração dos quatro elementos do poder nacional — DIME — como linhas de esforço representa um modelo comprovado para melhorar a eficiência e possibilidade de êxito das forças em futuras campanhas em campos palestinos, operações antiterrorismo ou outras missões. Outros países que enfrentem conflitos dentro do território nacional podem estar interessados nesse modelo de concepção operativa e aplicá-lo às suas próprias operações militares em apoio à segurança interna. ■

## Referências

1. Christopher Ankersen, *The Politics of Civil-Military Cooperation: Canada in Bosnia, Kosovo, and Afghanistan* (New York: Palgrave Macmillan, 2014), p. 4, p. 5, p. 51–70.

2. Jean Dagher, "The Lebanese Armed Forces Engaging Nahr al-Bared Palestinian Refugee Camp Using the Instruments of National Power" (dissertação de mestrado, Command and General Staff

College, 2017), acesso em 5 ago. 2017, <http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p4013coll2/id/3591/rec/1>.

3. Lebanese Army Command–Directorate of Orientation, "The Mission of the Lebanese Army", Lebanese Armed Forces (*site*), última modificação em 2017, acesso em 22 nov. 2017, <https://www.lebarmy.gov.lb/en/content/mission-lebanese-army>.

4. Joint Publication 1, *Doctrine for the Armed Forces of the United States* (Washington, DC: Government Publishing Office, 2013), p. xi, p. I-11–I-14.
5. Aram Nerguizian, *The Lebanese Armed Forces: Challenges and Opportunities in Post-Syria Lebanon* (report, Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 10 Feb. 2009), p. 10, acesso em 4 abr. 2018, <https://www.csis.org/analysis/lebanese-armed-forces>.
6. Nizar Abdel Kader, *Maarakit Nahr al-Bared was Intisar Al-Watan: The Nahr al-Bared Campaign and the Win of the Nation* (Beirut, Lebanon: Lebanese Armed Forces, 2015), p. 1.
7. Perla Issa, "Palestinian Political Factions: An Everyday Perspective" (tese de doutorado, University of Exeter, 2014), p. 80, acesso em 5 abr. 2018, [https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10871/15031/IssaP\\_TPC.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10871/15031/IssaP_TPC.pdf?sequence=2&isAllowed=y).
8. Sheeraz Moujally, "Post-Conflict Governance in Nahr El Bared Palestinian Refugee Camp: The State's Technologies of Control and Shifts in UNRWA Practices" (dissertação de mestrado, American University of Cairo, 2012), p. 46–47, p. 49, acesso em 5 abr. 2018, <http://dar.aucegypt.edu/bitstream/handle/10526/3146/Sheeraz%20Moujally%20-%20Thesis%20-%20MA%20MRS.pdf?sequence=3>.
9. *Ibid.*, p. 46–47.
10. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA), "Where we Work", UNRWA, última modificação 1 jul. 2014, acesso em 5 abr. 2018, <https://www.unrwa.org/where-we-work/lebanon>.
11. Abdel Kader, *Maarakit Nahr al-Bared was Intisar Al-Watan*, p. 6–7.
12. Bernard Rougier, *Everyday Jihad: The Rise of Militant Islam among Palestinians in Lebanon*, trans. Pascale Ghazaleh (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 254.
13. The Islamic Supreme Council of America, "Jihad: A Misunderstood Concept from Islam – What Jihad Is, and Is Not", acesso em 5 abr. 2018, <http://islamic supremecouncil.org/understanding-islam/legal-%20rulings/5-jihad-%20a-misunderstood-%20concept-from-islam.html?start=9>. A "jihad" militar é uma exigência islâmica para proteger a religião islâmica contra outras, utilizando meios jurídicos, diplomáticos, econômicos e políticos.
14. Rougier, *Everyday Jihad*, p. 242, p. 274.
15. Abdel Kader, *Maarakit Nahr al-Bared was Intisar Al-Watan*, p. 9-10.
16. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA), "The Cairo Agreement", UNRWA, acesso em 16 abr. 2018, <https://www.unrwa.org/content/cairo-agreement>.
17. Issa, "Palestinian Political Factions", p. 75.
18. Moujally, "Post-Conflict Governance in Nahr El Bared Palestinian Refugee Camp", p. 78. O "Tawteen" se torna uma poderosa prática discursiva oposta ao direito palestino de retornar à Palestina.
19. Farid El Khazen, "Pattern of State Failure: The Case of Lebanon", in *Root Causes of Terrorism: Myths, Reality and Ways Forward*, ed. Tore Bjorgo (Abingdon, UK: Routledge, 2005), p. 178–89.
20. Samer Abboud, "The Siege of Nahr al-Barid and the Palestinians in Lebanon", *Arab Studies Quarterly* 31, nr. 1 e 2 (Winter/Spring 2009): p. 35–36, acesso em 5 abr. 2018, [https://www.academia.edu/1256576/The\\_Siege\\_of\\_Nahr\\_al-Barid\\_and\\_the\\_Palestinians\\_in\\_Lebanon?auto=download](https://www.academia.edu/1256576/The_Siege_of_Nahr_al-Barid_and_the_Palestinians_in_Lebanon?auto=download).
21. Emily Hunt, "Can al-Qaeda's Lebanese Expansion Be Stopped?", Policywatch 1076, The Washington Institute, 6 Feb. 2006, acesso em 5 abr. 2018, <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/can-al-qaedas-lebanese-expansion-be-stopped>.
22. Tine Gade, "Fatah al-Islam in Lebanon: Between Global and Local Jihad" (report, Kjeller, Norway: Norwegian Defence Research Establishment, 5 Dec. 2007), p. 22, acesso em 5 abr. 2018, <https://www.fi.no/no/rapporter/07-02727.pdf>.
23. Imad Harb, "Lebanon's Confessionalism: Problems and Prospects", United States Institute of Peace, 30 Mar. 2006, acesso em 5 abr. 2018, <https://www.usip.org/publications/2006/03/lebanons-confessionalism-problems-and-prospects>; *New World Encyclopedia*, s.v., "Taif Agreement", última modificação 11 nov. 2015, acesso em 5 abr. 2018, [http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Taif\\_Agreement](http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Taif_Agreement). O *Pacto Nacional* foi um acordo oral firmado em 1943 entre os dois principais líderes cristão e muçulmano à época, Bishara al-Khuri e Riad al-Sulh, o qual estabeleceu as bases para o novo Estado libanês. O *Acordo de Taif*, ou *Documento de Acordo Nacional*, em 1989, pôs fim à guerra civil libanesa e reafirmou seu caráter confessional.
24. A Constituição Libanesa (Promulgada em 23 mai. 1926, com emendas, 1995), cap. 4, art. 49, acesso em 15 out. 2017, <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/lb/lb018en.pdf>.
25. Florence Gaub, "Civil-Military Relations in the MENA: between Fragility and Resilience", Chaillot Papers No. 139 (Paris: European Union Institute for Security Studies, October 2016), p. 27, p. 32, acesso em 5 abr. 2018, [https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/CP\\_139\\_Arab\\_civil\\_military\\_relations.pdf](https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/CP_139_Arab_civil_military_relations.pdf).
26. Samuel P. Huntington, *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge, MA: Belknap Press, 1957), p. 80–89.
27. Lebanese Army Command–Directorate of Orientation, "The Mission of the Lebanese Army". O Líbano é dividido em cinco regiões militares: Norte, Monte Líbano, Beirute, Bekaa e Sul.
28. Al-Arabiya News, "Lebanon's Army Gears up for Fight", Al-Arabiya News, 25 mai. 2007, acesso em 28 nov. 2017, <https://www.alarabiya.net/articles/2007/05/25/34811.html>.
29. Hani M. Bathish, "Troops Shell Snipers in Nahr al-Bared", The Daily Star, 11 jul. 2007, acesso em 5 abr. 2018, <http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2007/Jul-11/47620-troops-shell-snipers-in-nahr-al-bared.ashx>.
30. Abdel Kader, *Maarakit Nahr al-Bared was Intisar Al-Watan*, p. 27.
31. Lebanese Army Command–Directorate of Orientation, "Lebanese Army Publications", Lebanese Armed Forces (*site*), acesso em 16 abr. 2018, <https://www.lebarmy.gov.lb/en/content/103-d>.
32. Gade, "Fatah al-Islam in Lebanon", p. 51.
33. Joseph A. Kechichian, "A Strong Army for a Stable Lebanon", Policy Brief No. 19 (Washington, DC: The Middle East Institute, September 2008), p. 3–5, acesso em 5 abr. 2018, <http://www.mei.edu/sites/default/files/publications/strong-army-stable-Lebanon.pdf>.
34. *Ibid.*, p. 4-5.
35. Casey L. Addis, U.S. Security Assistance to Lebanon, CRS [Congressional Research Service] R40485 (Washington, DC: CRS, 19 January 2011), p. 2, p. 5, acesso em 16 abr. 2018, <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R40485.pdf>.
36. Al-Arabiya News, "Lebanon's Army Gears up for Fight".
37. Dagher, "The Lebanese Armed Forces Engaging Nahr al-Bared Palestinian Refugee Camp Using the Instruments of National Power", p. 80.



Planejadores da União Africana, Organização das Nações Unidas, Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, Departamento de Estado dos EUA, Forças Armadas dos EUA, Centro de Excelência para as Unidades de Polícia de Estabilização e várias Forças Armadas africanas discutem os detalhes dos cenários do exercício durante o planejamento final do *Unified Focus 2017* em Douala, Camarões, 06 Feb 16. O evento reuniu planejadores de nações parceiras para discutir e definir o primeiro Exercício *Unified Focus*, concebido para capacitar as nações da Comissão da Bacia do Lago Chade a apoiar as operações da Força-Tarefa Conjunta Multinacional contra o Boko Haram. (Foto do autor)

# Várias Vozes Contando a Mesma História

## As Operações de Comunicação Social na África em Apoio aos Comandos Unificados

Cap Jason Welch, Exército dos EUA

**T**odos os anos, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) realiza exercícios, atividades de cooperação em segurança, missões de treinamento e fornecimento de material militar e reuniões com líderes civis por toda a África, com o intuito de melhorar a capacidade e recursos das forças armadas africanas para promover a segurança e a estabilidade regional. Os oficiais de comunicação social\* (OCS) do Exército dos EUA na África (*U.S. Army Africa — USARAF*) são responsáveis por contar essa história da Força ao público norte-americano e, para isso, precisam superar os desafios encontrados por todo o continente. A comunicação estratégica e operacional na África requer que os militares norte-americanos coordenem com vários parceiros interagências, interinstitucionais

**O Cap Jason Welch, do Exército dos EUA,** é oficial de comunicação social junto ao 3º Regimento de Cavalaria. Serviu, anteriormente, como oficial de planejamento e operações junto ao gabinete de Com Soc do Exército dos EUA na África (USARAF). Concluiu seu bacharelado pela University of Kansas e o mestrado pela University of Texas, El Paso. Serviu, inicialmente, como oficial de artilharia antiaérea em unidades do sistema de defesa antimísseis balísticos *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) e *Patriot* antes de se formar como oficial de comunicação social pela Defense Information School. Como integrante da equipe do USARAF, planejou operações de comunicação social naquele continente em apoio a exercícios, reuniões com líderes civis e eventos de cooperação em segurança.

e internacionais; superem o choque cultural e transponham diferenças culturais; e enfrentem os desafios físicos e técnicos impostos pela distância.

Nesse ambiente, os OCS do Exército dos EUA precisam ir além de seus papéis tradicionais de liderança militar, a fim de se comunicarem de modo eficaz em nome do comando que representam. As organizações e relacionamentos em pauta são dinâmicos, às vezes temporários e frequentemente complexos. Os profissionais de comunicação social (Com Soc) precisam analisar o ambiente informacional e identificar possíveis

parceiros de coalizão que possam comunicar uma mensagem uniforme por diferentes mídias e veículos de transmissão. Precisam, então, liderar essas redes pouco estruturadas, fornecendo *feedback* aos parceiros para estimular a comunicação contínua e o apoio às narrativas e objetivos operacionais. Os profissionais de Com Soc que apoiem atividades na África, em todos os escalões, precisam assumir o papel de diplomatas, gestores de equipe, especialistas em logística, professores, assessores e produtores de conteúdo. Oficiais e graduados precisam ser providos das habilidades e da experiência para realizarem o planejamento e coordenação para missões estratégicas e de larga escala e, simultaneamente, executarem tarefas do nível tático, como fotografar, redigir, revisar, acompanhar representantes da mídia e assessorar comandantes militares.

Para obterem êxito nas ações de Com Soc na África, é preciso que os profissionais da área transponham as distâncias que separam culturas, idiomas, organizações e governos, a fim de fundir muitas vozes em uma só.

## **Ponto Nr 1: Coordenação Interagências/Interinstitucional**

*O comprometimento com a cooperação interinstitucional pode facilitar a cooperação em áreas de interesse comum, promover um cenário operativo comum e possibilitar o compartilhamento de informações e recursos essenciais.*

— Publicação Conjunta 3-08, *Cooperação Interorganizacional*<sup>†</sup>

Toda atividade de Com Soc realizada na África precisa ser coordenada com órgãos governamentais tanto dos EUA quanto da nação anfitriã. Em cada nação do continente africano, o Departamento de Estado dos EUA é o principal órgão governamental norte-americano, e o embaixador norte-americano naquele país é o chefe da missão. Os comandos militares dos EUA coordenam com seus homólogos no Departamento de Estado, para que suas atividades estejam em conformidade com a abordagem integrada do governo (*whole-of-government approach*) em relação

\*Embora *comunicação social* seja o conceito mais próximo de *public affairs* no contexto do Exército Brasileiro, cabe ressaltar a diferença entre suas missões. Segundo o Manual de Campanha FM 3-61, *Public Affairs Operations* (abril de 2014), a área de *public affairs* do Exército dos EUA consiste em "atividades relacionadas às informações públicas, informações de comando e interação com a comunidade, dirigidas aos públicos tanto externos quanto internos com interesse no Departamento de Defesa. [...] A missão de *public affairs* do Exército [dos EUA] é informar os públicos internos e externos e cumprir a obrigação [da Força] de manter o povo norte-americano e o Exército informados [...]. As operações de *public affairs* ajudam a estabelecer as condições que levam à confiança no Exército e sua prontidão para conduzir operações terrestres unificadas. [...]". A Publicação Conjunta JP 3-61, *Public Affairs* (17 Nov 15), a define da seguinte forma: "Atividades de comunicação com públicos externos e internos". Por sua vez, a *comunicação social*, segundo o MD35-G-01 *Glossário das Forças Armadas do Brasil*, é o "Processo pelo qual se podem exprimir ideias, sentimentos e informações, visando a estabelecer relações e somar experiências. Compreende as áreas de Relações Públicas, Informação Pública e Divulgação Institucional". — N. do T.]



a cada país. Todas as comunicações militares públicas são coordenadas por meio do respectivo escritório de Com Soc da embaixada, escritório de cooperação em segurança, adido de defesa e divisão de cooperação em segurança do comando. Feito isso, pode-se ter início a cooperação com parceiros estrangeiros e outras agências norte-americanas além do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado<sup>2</sup>.

Os comunicadores envolvidos em uma missão ou atividade na África procedem de vários componentes da força militar conjunta de cada nação participante; diferentes agências governamentais; organizações não governamentais (ONGs); e órgãos da imprensa local, regional e internacional<sup>3</sup>. Os OCS precisam estar aptos a liderar diversas equipes oriundas de diferentes unidades, armas e até países. Uma delas foi a equipe de Com Soc que apoiou o Exercício *Central Accord* 2016, realizado em Libreville, Gabão, e liderado pelo USARAF. O *Central Accord* 2016 foi um exercício de campanha e posto de comando conjunto e multinacional, envolvendo mais de mil tropas procedentes de mais de 14 forças armadas africanas e europeias<sup>4</sup>. O exercício incluiu vários lançamentos aéreos, manobras no terreno, participação de um curso de operações na selva e exercícios de tiro real. A presença do pessoal de Com Soc na área de operações incluiu os seguintes componentes:

Militar de Com Soc do USARAF demonstra a utilização de seu equipamento fotográfico a parceiros de Gana, Libéria e Alemanha durante o Exercício *United Accord* 2017, em Acra, Gana, 24 Mai 17. O *United Accord* 17 foi um exercício de posto de comando e campanha do USARAF e nações parceiras africanas, destinado a aumentar a capacidade da Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA) para planejar, empregar, sustentar e desmobilizar uma força-tarefa conjunta e combinada liderada pela MINUSMA e patrocinada pelos EUA em apoio a operações de manutenção da paz das Nações Unidas e União Africana. (Foto cedida pelo USARAF)

- ◆ a equipe de Com Soc do USARAF;
- ◆ a equipe de Com Soc da 2ª Brigada de Combate (BCT), 3ª Divisão de Infantaria;
- ◆ OCS da 2ª BCT, 82ª Divisão Aeroterrestre;
- ◆ 49º Destacamento de Com Soc;
- ◆ uma equipe da 55ª Companhia de Comunicações (Câmera de Combate);
- ◆ um jornalista da rede militar norte-americana American Forces Network Europe;
- ◆ um fotógrafo do órgão Defense Media Activity, procedente de Sembach, Alemanha;
- ◆ um OCS gabonense;
- ◆ um OCS do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA atuando como observador/controlador/instrutor;
- ◆ um técnico especialista em Com Soc das forças armadas camaronesas; e
- ◆ oficiais de operações de informação alemães.



Considerando só o lado norte-americano de Com Soc, as quatro Forças Singulares estavam representadas: Exército, Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais e Força Aérea.

Cada um desses indivíduos e equipes representava uma organização e comando com seu próprio histórico, treinamento, expectativas e objetivos a serem cumpridos durante o exercício. Cabia ao OCS líder planejar e executar uma missão única e abrangente de Com Soc, que unificasse todos os diferentes atores em uma só equipe. Essa tarefa exigiu meses de coordenação por meio do escritório de Com Soc da Embaixada dos EUA e do escritório de cooperação em segurança, para garantir que o plano estivesse em conformidade com a estratégia operacional norte-americana no Gabão e para forjar um relacionamento com as forças armadas gabonenses que possibilitasse livre acesso para manobrar e realizar tarefas de Com Soc em toda a área de operações.

(A partir da esquerda) Gen Div Paul Mihova, Comandante do Exército Zambiano; Eric Schultz, Embaixador dos EUA em Zâmbia; V Alte Michael Franken, Subcomandante de Operações Militares do Comando dos EUA na África; e Gen Bda Darryl A. Williams, Comandante do USARAF, dirigem-se a representantes da mídia local e internacional após um exercício de tiro real durante o *Southern Accord 2015*, 13 Ago 15. O *Southern Accord* foi um exercício de posto de comando e campanha que reuniu forças armadas parceiras da África meridional, Europa e EUA para o adestramento em de operações de manutenção da paz em um cenário que refletia a missão em curso na República Centro-Africana. (Foto do autor)

Era preciso definir a logística para cada integrante da equipe, incluindo voos comerciais para o Gabão, transporte de equipamentos, necessidades logísticas e viagens locais entre cinco áreas com um nível elevado de atividade e, por fim, o primeiro lançamento aeroterrestre da força de resposta global\*\* dos EUA naquele país, que reuniu os elementos finais da equipe. Cada integrante da equipe precisou atender a certos requisitos para ingressar no teatro de operações e possuir um passaporte oficial com um visto gabonense ou dispensa

[\*\*O conceito de Global Response Force (GRF), do Departamento de Defesa dos EUA, “[t]em duas finalidades distintas: uma é aumentar a capacidade do Departamento de Defesa para enviar forças rapidamente em resposta a uma variedade de contingências em âmbito mundial com um força conjunta que possa ser organizada sob medida; e a outra é fornecer [...] unidades que os comandos conjuntos regionais possam requerer para reforçar suas capacidades à luz de desafios imprevistos, quando as exigências excederem suas capacidades”. <https://www.gao.gov/products/GAO-18-81> — N. do T.]

antes de sua chegada. O principal escritório de Com Soc também era responsável pela coordenação entre o USARAF, o Comando de Mobilidade Aérea e a 82ª Divisão Aeroterrestre, que trouxeram representantes de veículos da imprensa norte-americanos para o exercício com a aeronave C-17, na primeira incorporação de repórteres da revista *Army Times* em mais cinco anos<sup>5</sup>.

O cumprimento de requisitos burocráticos do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado dos EUA para reunir uma equipe diversificada para um exercício é um exemplo da coordenação interagências e interinstitucional exigida de um profissional de Com Soc na África. Trabalhar em parceria com OCS africanos representa um outro desafio, que requer que os OCS norte-americanos atuem como planejadores militares e diplomatas internacionais. A Cúpula das Forças Terrestres Africanas (*African Land Forces Summit — ALFS*), realizada anualmente, reúne os comandantes dos componentes terrestres de forças armadas africanas de todo o continente. Em 2016 e 2017, ela contou com a participação de mais de 40 forças parceiras africanas<sup>6</sup>. A reunião da Cúpula é realizada em diferentes países e regiões a cada ano, tendo sido sediada, mais recentemente, pela Tanzânia, Maláui e Nigéria, respectivamente. A nação anfitriã tem a autoridade e a responsabilidade principal pelo planejamento e execução do evento, incluindo a coordenação e acompanhamento de representantes da imprensa local e regional.

O profissional de Com Soc norte-americano responsável pelo evento precisa começar com meses de antecedência, trabalhando junto às equipes do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa e estabelecendo um relacionamento com o OCS da nação anfitriã. Esse relacionamento é crucial para lidar com as exigências burocráticas específicas das forças armadas e governo da nação anfitriã e estabelecer um plano unificado de comunicação para a Cúpula. Na Tanzânia e no Maláui, o OCS da nação anfitriã era o especialista local. Eles credenciavam os representantes da mídia local e os correspondentes das agências de notícias internacionais e providenciavam transporte e acesso aos locais do evento. O relacionamento com o OCS da nação anfitriã em ambas as situações levou a um esforço unificado de comunicações, preservando a segurança da Cúpula ao prevenir que indivíduos não credenciados entrassem na área fingindo pertencer à mídia e demonstrando a eficácia e profissionalismo de

uma equipe unida. Em virtude dos meses de coordenação e reuniões presenciais, as equipes de Com Soc da Tanzânia e do Maláui atuaram lado a lado com a equipe norte-americana, compartilhando escritórios, veículos e tarefas durante ambas as Cúpulas.

Essa experiência interagências e interinstitucional cultiva o profissionalismo nas instituições de Com Soc dos EUA e de países parceiros africanos e contribui para a linha de esforço do USARAF no sentido de moldar o teatro de operações mediante o fortalecimento das relações entre os profissionais de Com Soc e os representantes da imprensa local, regional e internacional. Os profissionais de Com Soc servem como diplomatas de fato, negociando e desenvolvendo um bom relacionamento com seus parceiros internacionais e da nação anfitriã e representando os interesses do governo dos EUA durante interações com militares e civis por todo o continente. Até a menor tarefa adquire um caráter estratégico. Os OCS credenciam, acompanham e organizam entrevistas com jornalistas, incluindo tanto os repórteres locais quanto correspondentes dos principais órgãos da imprensa internacional, como Agence France-Presse, Reuters e Bloomberg News. Também obtêm imagens, vídeos e comentários da alta liderança africana e norte-americana a serem publicados em matérias e postagens nas mídias sociais. Seus produtos afetam o entendimento do público não apenas em relação às forças armadas dos EUA, mas também com respeito aos militares e ao governo do país parceiro africano incluído na matéria ou postagem. É imperativo que haja um relacionamento entre os profissionais de Com Soc dos EUA e dos países parceiros africanos, para prevenir que um lado divulgue informações errôneas sobre o outro no ambiente informacional público. Esse relacionamento também é essencial para manter a transparência diante dos principais públicos e partes interessadas.

## Ponto Nr 2: Choque Cultural

*Choque cultural: um sentido de confusão e incerteza, às vezes com um sentimento de ansiedade que pode afetar as pessoas expostas a uma cultura ou ambiente estrangeiro sem o devido preparo.*

—Dicionário Merriam-Webster<sup>7</sup>

A África é o segundo maior continente do mundo, com a segunda maior população<sup>8</sup>. Há mais de 1.500 idiomas e dialetos em 54 países com diversas culturas religiosas e tribais<sup>9</sup>. Para os OCS norte-americanos

empenhados em comunicar-se com os públicos-alvo, cada país apresenta um desafio diferente em termos da cultura religiosa, ambiental, popular e burocrática. Os OCS precisam superar o choque cultural ao trabalharem junto a parceiros limitados por seu ambiente e organizações e que enxergam seu papel no processo de comunicação de um modo diferente. É importante que todos os comandantes militares conservem um sentido de humildade e não projetem ideais preconcebidos sobre outras culturas com diferentes normas sociais e culturais.

As barreiras linguísticas talvez sejam o mais óbvio obstáculo a ser superado; contudo, não é uma questão tão simples quanto providenciar intérpretes de francês, português ou árabe. Embora países francófonos ou lusófonos predominem na África subsaariana e os países de idioma árabe existam, principalmente, nas regiões do Saara e do Sahel, é preciso levar em consideração milhares de dialetos tribais nos planos de comunicação. Os jornalistas locais podem alegar que falam inglês, francês ou árabe, mas, muitas vezes, nenhuma delas é sua língua materna e, além disso, não é fácil traduzir jargão e assuntos militares. Com frequência, os OCS de forças armadas parceiras ou os integrantes de seu estado-maior são fluentes nos dialetos regionais, podendo atuar como intermediários junto aos representantes da imprensa local e líderes comunitários. Durante o *Southern Accord* 2015, um exercício multinacional de operações de manutenção da paz, liderado pelo USARAF e realizado em Lusaka, Zâmbia, um subtenente da Força de Defesa Zambiana conhecia ou era fluente em mais da metade dos 46 idiomas e dialetos tribais existentes naquele país, uma nação anglófona. Todos os integrantes da equipe de relações públicas zambiana falavam pelo menos três dialetos além do inglês e trabalhavam em equipe para manter a mídia convidada devidamente informada sobre o andamento e *status* do exercício.

Os OCS não só devem levar em consideração o aspecto da interpretação em seu plano de divulgação de comunicações, mas também no modo pelo qual avaliarão a efetividade de seus esforços posteriormente. As equipes de Com Soc das embaixadas norte-americanas frequentemente contam com cidadãos locais que têm conhecimento do ambiente da mídia local, estando aptos a facilitar a comunicação e organizar entrevistas, oferecer uma valiosa assessoria cultural e realizar avaliações ou análises da mídia durante os exercícios e contingências. A avaliação das ações de mídia é dificultada em áreas onde os órgãos relevantes não estejam publicando seu conteúdo

*on-line*, usando apenas materiais impressos, televisão local e rádio. Nesses casos, é importante ter um forte relacionamento com a equipe de Com Soc da embaixada norte-americana, que monitora e avalia regularmente esses órgãos de mídia, estando apta a fornecer um *feedback* essencial aos OCS miliares na análise de suas ações.

As forças armadas africanas são, com frequência, organizações remanescentes da época colonial, que refletem os costumes e práticas daquela época. Para conseguir penetrar a estrutura hierárquica vertical e centralizada dos comunicadores de forças militares parceiras, é preciso paciência, preparação e recursos. Além disso, muitos de nossos parceiros militares têm uma aversão ao risco e hesitam em fazer qualquer coisa que não esteja claramente alinhada com a vontade e intenção política do partido no poder. Embora os planejadores de países parceiros africanos que participam dos eventos de planejamento no continente em preparação para exercícios e cúpulas sejam os oficiais encarregados, não lhes é conferido poder de decisão. Essa autoridade é mantida em escalões bem mais elevados.

Da mesma forma, os porta-vozes das forças armadas e do governo de países parceiros geralmente pertencem aos escalões mais elevados de suas respectivas organizações. Durante o *Eastern Accord* 2016, exercício de operações de manutenção da paz liderado pelo USARAF e realizado em Dar es Salam, na Tanzânia, o único militar da Força de Defesa Popular autorizado a dirigir-se à mídia — incluindo jornalistas da área de Com Soc do Exército dos EUA — era o comandante mais antigo, um general de uma estrela. Havia outros dois generais de uma estrela da Tanzânia participando do exercício, mas eles não contavam com um relacionamento com o comandante da força terrestre e seus principais oficiais de estado-maior, não estando autorizados a dirigir-se ao público.

A comunicação também pode estar fragmentada em compartimentos isolados entre as organizações do governo da nação parceira. Em Camarões, o porta-voz militar é um coronel mais antigo, autorizado a falar em nome do Ministério da Defesa, mas ele precisa coordenar toda apresentação ou entrevista com o Ministério de Comunicações. Isso pode criar uma situação difícil durante operações de contingência, caso outros atores na área, como ONGs e organizações internacionais, estejam divulgando informações rapidamente e as forças armadas da nação anfitriã não acompanhem seu



ritmo. Os OCS podem mitigar esse desafio por meio da coordenação e do estabelecimento de relacionamentos antes das operações de contingência, mas também precisam estar preparados para lidar com essas questões de prazo e premência de tempo ao chegarem no terreno, coordenando com a equipe do Departamento de Estado, forças armadas parceiras e até ONGs e outros parceiros interinstitucionais para superar obstáculos burocráticos ou coordenar comunicados à imprensa com várias organizações.

Além de restrições organizacionais, os OCS precisam trabalhar junto a parceiros militares que veem a missão de Com Soc de um modo bem diferente. Para muitos países parceiros africanos, a comunicação social também consiste em relações públicas e operações de informação, além de ser uma ferramenta para influenciar o pensamento e a conduta dos públicos-alvo, muitas vezes em apoio direto ao comandante operacional. Por exemplo, os OCS camaroneses desenvolvem planos de comunicação baseados em três pilares: imagem, influência e ação. Sua primeira prioridade é proteger a imagem da organização. Em seguida, eles buscam influenciar o

Militar norte-americano se comunica via *Skype* com repórteres de televisão de Savannah, no Estado da Geórgia, em maio de 2016, ao participar da Cúpula das Forças Terrestres Africanas em Arusha, Tanzânia. A Cúpula é um seminário anual de duração de uma semana, que reúne comandantes de forças terrestres de toda a África, para debaterem e formularem soluções de cooperação para desafios e ameaças regionais e transregionais. A Cúpula de 2016 foi organizada pelo USARAF e pela Força de Defesa Popular da Tanzânia. (Foto cedida pelo USARAF)

pensamento e a conduta dos públicos-alvo. Por fim, eles buscam por resultados práticos em populações-chave, como o aumento da participação nas eleições ou redução de manifestações contra as forças do governo.

Entre essas organizações, a credibilidade é menos importante do que seguir o discurso oficial, e os OCS africanos hesitam em trabalhar com certos jornalistas ou divulgar informações sobre atividades polêmicas que possam prejudicar a imagem de sua organização ou não influenciar os públicos em direção a um objetivo definido. Reportagens objetivas e precisas por jornalistas não são algo valorizado pelos governos dessas nações; os jornalistas que questionam as atividades dos militares ou a legitimidade do governo são, às vezes, colocados em listas negras ou, em situações extremas,

presos e processados. Consideram como jornalistas credenciados aqueles representantes da imprensa que, historicamente, contaram histórias favoráveis sobre suas atividades e com quem podem contar no sentido de que respeitarão o discurso oficial e não criticarão o governo ou as forças armadas.

Em consequência, os OCS norte-americanos podem enxergar o benefício de divulgar um evento específico para públicos-chave, mas seu parceiro militar pode não entender a razão pela qual tantos recursos devam ser alocados a um exercício ou atividade aparentemente insignificante. Os OCS lidam, frequentemente, com esse desafio, empenhando-se em divulgar um exercício multinacional que não receba um forte apoio de Com Soc de seus parceiros na nação anfitriã. O exercício não é, necessariamente, uma prioridade para as forças armadas da nação anfitriã, podendo não atrair a mesma atenção que lhe é conferida pelos OCS norte-americanos.

Essa diferença se aplica especialmente a parceiros militares que estejam lidando, atualmente, com o extremo violento ou agitação dentro de suas fronteiras. Eles lidam com operações militares reais sendo conduzidas dentro do país e, frequentemente, com um público interno considerado inimigo do Estado ou, no mínimo, como um grupo de oposição ao partido político no poder. O objetivo de comunicação em relação a esses públicos será o de influenciar seu pensamento e conduta para preservar a legitimidade do governo e a integridade da nação. Por sua vez, os OCS norte-americanos são treinados e imbuídos dos Princípios de Informação do Departamento de Defesa dos EUA, a missão, legalmente obrigatória, de informar os públicos-chave sobre todas as atividades militares de maneira correta em tempo hábil<sup>10</sup>. Em um ambiente onde as informações e sua transmissão são vistas como uma ferramenta do poder político, é um desafio manter a credibilidade objetiva perante os públicos norte-americanos.

Os OCS norte-americanos precisam, assim, priorizar o estabelecimento de uma relação de confiança com seus parceiros africanos para superar essa diferença de objetivos com respeito à comunicação. Ser aberto e honesto com um parceiro ao mesmo tempo que se faz um esforço concentrado para entender a pressão política que ele esteja sofrendo é fundamental para a formação de uma equipe coesa e para a apresentação de uma estratégia unificada de comunicação.

### Ponto Nr 3: Desafios Relativos à Distância e Tecnologia

*Ler e ouvir falar da África é uma coisa; vivenciá-la diretamente é outra, completamente diferente. Sabemos que a África não é um país, mas é um continente diferente de qualquer outro. Possui algo que é elegantemente vasto ou tremendamente pequeno.*

—L. Douglas Wilder<sup>11</sup>

O continente africano tem mais de 30 milhões de quilômetros quadrados e poderia comportar a Europa, Índia, China e o território continental dos EUA dentro de suas fronteiras<sup>12</sup>. Voos comerciais saídos dos EUA podem levar um dia inteiro. Um voo da Air France de Paris até Johannesburg tem uma duração de mais de dez horas. Embora a tecnologia venha evoluindo por toda a África, a infraestrutura em desenvolvimento continua a restringir o acesso a recursos digitais e linhas de comunicação. Segundo um relatório de 2015 do Instituto Pew Research Center, mais de dois terços dos adultos na África possuem um celular, mais menos de um quarto deles são *smartphones*, e menos de 2% dos africanos dispõem de uma linha fixa em casa<sup>13</sup>. Em Maláui, a embaixada dos EUA em Lilongwe estimou que apenas 10% da população está conectada à rede elétrica e menos de 5% tem acesso à internet. A geração de eletricidade é uma questão preocupante, com redes que não são confiáveis durante a estação chuvosa ou que dependem da energia hidrelétrica em áreas afligidas pela seca. Os OCS precisam aprender a se adaptar a ambientes com poucos recursos tecnológicos e a operar com poucos ou nenhum recurso adicional por longos períodos.

Durante o surto de ébola na África Ocidental, em 2014, as forças armadas dos EUA foram chamadas a responder em apoio aos esforços da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development — USAID*) na Libéria. A Operação *United Assistance* levou uma força-tarefa conjunta liderada pelo USARAF à pequena nação na África Ocidental de maneira gradual<sup>14</sup>. Havia um número reduzido de voos, e o espaço nas aeronaves era ocupado por provisões e efetivos considerados essenciais para a missão. Enquanto autoridades militares e civis nos EUA pediam por imagens da missão e representantes da imprensa solicitavam acesso e entrevistas, a presença de Com Soc no terreno se limitava a três indivíduos, e a diretriz inicial de comunicação do

Departamento de Defesa e Departamento de Estado era restritiva, impedindo que imagens chegassem a órgãos da imprensa nos EUA<sup>15</sup>. Demorou para que os devidos recursos fossem levados para o país, com um elemento de apoio conjunto à comunicação social, que chegou duas semanas após o grosso da tropa, e um destacamento de comunicação social, que chegou meses depois. Alguns atrasos no envio de recursos foram provocados pelo prazo burocrático de obtenção, mas outros ocorreram em virtude da infraestrutura e espaço limitado no terreno em Monróvia, na Libéria. Os OCS podem contar com condições semelhantes em futuras operações de contingência, devendo estar preparados para atuarem sozinhos ou com recursos limitados por longos períodos.

As atividades realizadas nos EUA, na Europa e até em algumas regiões da Ásia-Pacífico normalmente cobrem territórios muito menores e podem apoiar-se na infraestrutura existente, desenvolvida ao longo de décadas de parcerias conjuntas e combinadas. O acesso à internet é mais amplamente disponível, existem linhas de telecomunicações e os equipamentos de geração de energia e métodos de comunicação digital são algo comum. A infraestrutura varia por toda a África, e é comum haver interrupções de energia durante a estação chuvosa, períodos de seca ou após chuvas fortes danificarem a rede elétrica. A largura de banda é extremamente limitada, atrasando ou impedindo a transmissão de imagens ou vídeos. Às vezes, os representantes da imprensa local não têm acesso a recursos digitais ou *on-line*. Eles talvez não tenham condições de filmar ou tirar suas próprias fotografias, dependendo de que os OCS no terreno forneçam espaço de trabalho adicional, acesso à internet, transporte e até refeições. Não é nada incomum que os OCS da nação parceira paguem para que jornalistas participem de um evento; essa prática não é considerada antiética em suas organizações. Sem essa remuneração, muitos jornalistas não têm como cobrir atividades militares, pois utilizam o dinheiro para pagar pelo transporte ou alugar equipamentos fotográficos ou espaço em um cibercafé, a fim de redigir suas matérias para suas organizações da imprensa.

Para os OCS militares norte-americanos, pode ser frustrante quando os métodos tradicionais de transmissão de mídia para os EUA não funcionam. Os OCS precisam planejar e trabalhar antecipadamente, atuando junto aos planejadores operacionais em todas

as operações para garantir que suas necessidades de comunicação sejam levadas em consideração. Essas considerações incluem contratos de acesso exclusivo à internet; telefones habilitados para ligações internacionais; transporte para as equipes de Com Soc e representantes da imprensa; e geração de energia para os equipamentos. Com frequência, as forças militares das nações anfitriãs não têm como fornecer esses recursos e, assim, pedirão para utilizar a infraestrutura e os equipamentos das forças armadas norte-americanas. Ademais, o transmissor portátil via satélite do *Defense Video Imagery Distribution System* não tem sido utilizado com sucesso na África nos últimos anos — trata-se do método designado para a transmissão de imagens, materiais impressos e vídeos do setor de Com Soc das forças armadas norte-americanas a partir das áreas de operações e para a realização de entrevistas ao vivo com jornalistas nos EUA. As equipes de Com Soc precisam apoiar-se na infraestrutura local ou na limitada largura de banda de dispositivos de internet móvel e telefones via satélite.

Além disso, a distância em relação aos EUA dificulta a coordenação em tempo hábil e retarda a capacidade para reforçar os operadores no terreno. Se uma unidade parceira localizada na Califórnia ou no Alasca envia uma solicitação de informações, o tempo de resposta pode chegar a 24 horas. O longo tempo dos voos procedentes dos EUA, aliado à necessidade de passar por um complexo processo de entrada no teatro de operações, limita quais recursos e pessoal podem ser utilizados em qualquer atividade no continente.

Durante o Exercício *Unified Focus* 2017, liderado pelo USARAF e realizado em Douala, Camarões, a equipe de apoio de Com Soc procedente dos EUA não conseguiu obter passagens aéreas logo antes da partida. O exercício estava programado para durar apenas uma semana, e não houve tempo para selecionar uma outra equipe dos EUA, obter acesso ao teatro de operações, emitir vistos e transportá-la até o local do evento. O OCS no terreno teve de apoiar o exercício sozinho. Não há unidades ou instalações locais às quais se possa solicitar apoio na África. Os OCS que estiverem no meio de uma missão como essa devem estar preparados para realizar *todas* as tarefas exigidas de uma equipe inteira de profissionais de Com Soc, incluindo acompanhar representantes da mídia, assessorar e preparar comandantes, filmar e tirar fotos, além de redigir matérias.

## Conclusão

A África é, física e culturalmente, um vasto continente, apresentando desafios singulares aos profissionais de Com Soc norte-americanos incumbidos de lá operar. Os OCS precisam se adaptar a situações rapidamente e assumir tarefas para as quais eles não tenham nenhum treinamento ou experiência específica. Além disso, precisam construir pontes que transponham diferenças tanto culturais quanto organizacionais, conectando diferentes entidades e atores e orientando-os rumo a um objetivo em comum. Todos esses esforços precisam ser executados em uma área com o triplo do tamanho dos EUA e sem a infraestrutura e os recursos com os quais eles estão acostumados.

Assim, como surgirão imprevistos, os OCS designados para missões na África precisam preparar-se continuamente para eles, aperfeiçoando suas habilidades e familiarizando-se com a região, ao mesmo tempo que constroem relacionamentos quando possível, para criar futuras oportunidades. Nessa região, o OCS precisa tornar-se o diplomata, para transpor fronteiras; o especialista em logística para superar o desafio da distância e da tecnologia; o técnico para produzir conteúdo; e o chefe de equipe para reunir uma força conjunta singular, capaz de contar a história do Exército e demais Forças Singulares dos EUA para o mundo inteiro. Assumir muitas funções capacita esse profissional a fundir vários indivíduos para combinar seus esforços em uma só voz. ■

---

## Referências

1. Joint Publication (JP) 3-08, *Interorganizational Cooperation* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], validado 18 out. 2017, 12 out. 2016), I-1.
2. Ibid.
3. Robert B. Fisk, *Operating in the Interorganizational Environment: Insights from U.S. Army Africa, News from the Front*, Center for Army Lessons Learned, 13 Oct. 2017, acesso em 13 mar. 2018, [https://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/Fisk\\_0.pdf](https://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/Fisk_0.pdf).
4. U.S. Army Africa, "Central Accord 2016," Stand-To!, 9 Jun. 2016, acesso em 13 mar. 2018, <https://www.army.mil/standto/2016-06-09>.
5. Michelle Tan, "U.S. Paratroopers Join International Jumps Over Africa", *Army Times* (site), 22 jun. 2016, acesso em 13 mar. 2018, <https://www.armytimes.com/news/your-army/2016/06/23/u-s-paratroopers-join-international-jumps-over-africa/>.
6. "The History of African Land Forces Summit", *U.S. Army Africa ALFS [Africa Land Forces Summit]*, U.S. Army Africa Public Affairs, acesso em 14 mar. 2018, <https://www.dvidshub.net/publication/issues/33425>; Paige Behringer, "Malawi Concludes Successful African Land Forces Summit", comunicado à imprensa de U.S. Army Africa Public Affairs, 22 mai. 2017, acesso em 13 mar. 2018, <http://www.africom.mil/media-room/article/28910/malawi-concludes-successful-african-land-forces-summit>.
7. Merriam-Webster, s.v., "culture shock (n.)", acesso em 14 mar. 2018, <https://www.merriam-webster.com/dictionary/culture%20shock>.
8. United Nations Department of Economic and Social Affairs (UN DESA), *World Population Prospects: The 2017* (data, New York: UN DESA, 2017), acesso em 13 mar. 2018, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>. O autor compilou dados sobre o tamanho das populações continentais desta fonte.
9. Gary F. Simons e Charles D. Fennig, eds., *Ethnologue: Languages of the World*, 20th ed. (Dallas: SIL International, 2017).
10. U.S. Department of Defense Directive 5122.05, *Assistant to the Secretary of Defense for Public Affairs (ATSD[PA])* (Washington, DC: U.S. GPO, 7 Aug. 2017), sec. 5, "DOD Principles of Information".
11. L. Douglas Wilder, "What Is Africa to Me?", site do Public Broadcasting Service (PBS), acesso em 2 abr. 2018, <http://www.pbs.org/wonders/WhAfrica/known.htm>.
12. UN DESA, *World Population Prospects*.
13. Pew Research Center, *Cell Phones in Africa: Communication Lifeline* (report, Washington, DC: Pew Research Center, 15 Apr. 2015), acesso em 13 mar. 2018, <http://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2015/04/Pew-Research-Center-Africa-Cell-Phone-Report-FINAL-April-15-2015.pdf>.
14. Joint and Coalition Operational Analysis, *Operation UNITED ASSISTANCE: The DOD Response to Ebola in West Africa* (report, Suffolk, VA: Joint and Coalition Operational Analysis, 6 Jan. 2016), acesso em 13 mar. 2018, [http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/ebola/OUA\\_report\\_jan2016.pdf](http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/ebola/OUA_report_jan2016.pdf).
15. U.S. Army Africa Public Affairs Office, "After Action Review: Operation United Assistance Public Affairs Operations" (trabalho não publicado, 17 nov. 2014).



O Presidente Michel Temer (à esquerda) participa de uma cerimônia de deposição de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, em Moscou, na Rússia, 21 Jun 17. Desde os anos 1990, o Brasil e a Rússia vem estabelecendo um estreito relacionamento tecnológico militar e científico. (Foto de Sergei Karpukhin, Associated Press)

# O Retorno do Urso? O Engajamento Militar Russo na América Latina: o Caso do Brasil

Augusto César Dall'Agnol

Boris Perius Zabolotsky

Fabiano Mielniczuk

**A** Federação Russa dispõe de um complexo militar-industrial que detém uma gama de operação em mais de mil empresas, institutos de pesquisa e agências de desenvolvimento, operando em cerca de 72 divisões e subdivisões do país, que empregam diretamente aproximadamente 2 milhões de pessoas<sup>1</sup>. Vista tamanha amplitude, tal aparato militar sempre desempenhou um papel fundamental na economia do país, sendo responsável por boa parte das exportações russas<sup>2</sup>.

Por apresentarem altos níveis de tecnologia imbuídos em sua confecção, os equipamentos militares russos adquiriram um reconhecimento internacional, e o seu valor de mercado pode ser até três vezes menor do que os seus homólogos produzidos nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa Ocidental<sup>3</sup>. Tais variáveis atraem um número crescente de países interessados na compra desses equipamentos, o que, por sua vez, fomenta a cooperação técnico-militar entre a Rússia e outros parceiros comerciais.

A Lei Federal da Federação Russa datada de 19 de julho de 1998 estabelece as diretrizes legais no domínio da cooperação técnico-militar entre a Rússia e Estados estrangeiros. Em seu artigo primeiro, a cooperação militar é definida como uma “atividade no campo das relações internacionais relacionada com a exportação e importação, incluindo a entrega ou compra de produtos militares, bem como com o desenvolvimento e a produção de produtos militares”<sup>4</sup>.

Segundo essa lei, a cooperação militar com outros países é vista como uma das formas de promover os interesses nacionais no exterior, e tem como meta principal o fortalecimento das posições militares e políticas da Rússia em outras regiões. Nesse sentido, de acordo com Sergey Ladygin, Subdiretor Geral da Rosoboronexport, atualmente a “América Latina é uma das regiões mais promissoras para a Rússia no que tange ao desenvolvimento da cooperação técnico-militar”<sup>5</sup>.

**Augusto César Dall’Agnol** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Integra o GECAP – Grupo de Pesquisa em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa. Estuda, atualmente, a reforma militar russa como um processo de emulação militar de larga escala.

Apesar dos constrangimentos estruturais impostos por Washington, a inserção russa na América Latina cresceu significativamente nos últimos anos. O volume anual nominal de exportações de equipamentos militares russos para os países da região aumentou de US\$ 1,247 bilhão, em 2005, para US\$ 6,347 bilhões em 2012<sup>6</sup>. Desse modo, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar o desenvolvimento da cooperação militar entre Rússia e os países da América Latina, com especial atenção ao caso brasileiro.

Assim, o presente trabalho busca descrever e analisar um possível “retorno geopolítico”, consensual na literatura norte-americana, da Rússia na América Latina. Para isso, divide-se o artigo em duas partes principais. Na primeira seção, apresenta-se um breve histórico da cooperação técnico-militar entre a Rússia e alguns países da América Latina no pós-Guerra Fria. Investiga-se, nesse sentido, o desenvolvimento bilateral no que tange principalmente à exportação de equipamentos militares russos para os países latino-americanos.

Na segunda seção, destaca-se o relacionamento bilateral entre a Rússia e o Brasil no que se refere à cooperação militar. Nesse sentido, apresenta-se um breve histórico das relações diplomáticas entre os dois países, no intuito de elucidar o contexto

do desenvolvimento da “parceria estratégica” entre Moscou e Brasília. Além disso, no limiar desta parceria,

**Boris Perius Zabolotsky** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e pesquisador-membro do Núcleo de Estudos de Estratégia, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI). Estuda, atualmente, o relacionamento da Rússia com o Ocidente.

**Fabiano Mielniczuk, Ph.D.**, é professor adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi Coordenador de Pesquisas do BRICS Policy Center, Rio de Janeiro, Brasil. É doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio. Suas áreas de especialização são: BRICS, Teoria de Relações Internacionais, Estudos sobre Segurança, Rússia e Europa.



O sistema de mísseis e artilharia antiaérea russo *Pantsir-S1* é disparado durante uma demonstração no fórum técnico-militar internacional "Army-2016", perto de Moscou, Rússia, 6 Set 16. As Forças Armadas Brasileiras há muito expressam interesse em adquirir esse sistema. Embora problemas orçamentários tenham impedido sua compra, algumas reportagens indicam que o sistema continua sendo de grande interesse para as Forças. (Foto de Maxim Zmeyev, Reuters)

procura-se explorar os principais acordos bilaterais em matéria de defesa e os entraves que impedem uma cooperação mais efetiva nesta área. Por fim, o artigo encerra-se com algumas observações finais.

## Relações entre Rússia e América Latina no Período pós-Guerra Fria

De imediato, cumpre-se destacar que a América Latina representava um espaço importante, tanto para os EUA quanto para a União Soviética, durante a Guerra Fria — sobretudo a partir dos laços econômicos e políticos. Todavia, com a dissolução da União Soviética, a diplomacia russa em direção à região reduziu significativamente ao longo da década de 90. Nota-se, então, que uma maior busca por inserção da Rússia na América Latina foi retomada em 1997, quando o Ministro das Relações Exteriores, Yevgeny Primakov, visitou vários países do subcontinente<sup>7</sup>. Dessa forma, destaca-se, ainda, que, em 1999, a influência da Rússia na América Latina reviveu devido aos vínculos daquela com o governo bolivariano da Venezuela e a ascendente quantidade de acordos de cooperação comercial, energética, industrial, cultural e militar com determinados países do subcontinente<sup>8</sup>. Dessa forma, com a renúncia de Yeltsin e a chegada de Putin ao poder, em 2000, nota-se que a América Latina começou a ocupar um lugar cada vez mais destacado nas prioridades da política externa do Kremlin<sup>9</sup>.

Os crescentes vínculos e a ascensão da presença russa na América Latina, especialmente com respeito à Nicarágua, Venezuela e Cuba, desencadearam discussões acerca de um retorno da Rússia à América Latina<sup>10</sup>. Com isso, no século XXI, a Rússia reimpulsionou suas relações com a América Latina e iniciou um ativismo inusitado na região. A Rússia trataria, então, de estabelecer uma parceria estratégica com o Brasil, ampliar a cooperação política e econômica com a Argentina, México,

Cuba, Venezuela e outros países latino-americanos e caribenhos, bem como favorecer as exportações russas aos países da região<sup>11</sup>. Todavia, ainda que tenha havido um incremento nas atividades comerciais e políticas da Rússia com os países da América Latina, deve-se destacar que elas não se comparam às da época soviética e, com isso, a ideia de retorno da Rússia à América Latina deve ser tratada com maiores cuidados<sup>12</sup>.

Um primeiro elemento que deve ser levado em consideração diz respeito ao papel que a exportação de armas representa na economia russa, correspondendo a uma parcela significativa das exportações manufaturadas e de tecnologia intensiva. Esse fato torna a indústria de armamentos um dos setores líderes que integram a Rússia à economia global<sup>13</sup>. Dessa forma, tanto os presidentes Vladimir Putin e Dmitri Medvedev quanto o ministro Sergey Lavrov e o general Sergey Shoigu realizaram viagens oficiais a países da América Latina entre 2000 e 2017 a fim de discutir laços políticos, defesa conjunta, operações militares, expansão e fortalecimento do comércio entre os países e desenvolvimento econômico mútuo através de projetos de investimento. Diante disso, destacaram-se no ativismo dos oficiais de alto escalão da Rússia no período discussões acerca de exercícios navais contra o tráfico de drogas no Caribe, potenciais bases navais russas na região e aumento dos negócios militares para modernizar as forças armadas latino-americanas<sup>14</sup>.

A Rússia foi a segunda maior exportadora de armas do mundo entre 2012 e 2016, representando 23% do comércio mundial de armas, e forneceu, nesse período, armas para 51 países, sendo que 70% das suas exportações foram para quatro países principais (Índia, Vietnã, China e Argélia). De acordo com o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), entre 2012 e 2016, a América Latina representou uma fatia de aproximadamente 6% do mercado de exportação de armas da Rússia — Venezuela (4,92%), Peru (0,49%), Nicarágua (0,34%), Brasil (0,24%) e México (0,06)<sup>15</sup>. Todavia, no agregado do período 2000-2016, a América Latina representou apenas 4,6% das vendas de armas da Rússia para outros países<sup>16</sup>. Dessa forma, destaca-se,

também, que parte do interesse da Rússia pela América Latina se insere dentro da promoção do complexo industrial-militar russo<sup>17</sup>.

Nesse sentido, a cooperação militar da Rússia com a América Latina não é apenas técnica, mas também político-militar, na medida em que possui um importante componente político<sup>18</sup>. Todavia, é importante se levar em consideração o relativo baixo volume de gasto militar através da região, bem como a tendência entre a maior parte dos países que a compõe em comprar armamentos dos EUA ou da Europa<sup>19</sup>. Por exemplo, a venda de armas a países da América Latina representa menos de 15% das exportações totais de armas provenientes da Rússia e, em termos comerciais, países como a Nicarágua e a Venezuela não estão entre os primeiros lugares de destino das exportações russas<sup>20</sup>.

Como destacado, a venda de armamentos russos à Venezuela, Cuba e Nicarágua aumentou a necessidade de assistência técnico-militar russa para esses países<sup>21</sup>. Em fevereiro de 2014, o Ministro da Defesa da Rússia, Sergey Shoigu, anunciou o progresso nas conversações com oito governos (Seychelles, Cingapura, Argélia, Chipre, Nicarágua e Venezuela) para estabelecer uma rede global de bases aéreas para estender o alcance da



Militares brasileiros armados com o sistema portátil de defesa antiaérea (MANPADS) *Igla*, de fabricação russa, durante um exercício, 05 Ago 15. O sistema SA-18/24 *Igla* é difundido nas Forças Armadas Brasileiras. (Gilberto Alves/Ministério da Defesa)

aviação marítima e estratégica e, com isso, melhorar a presença militar global da Rússia<sup>22</sup>. Dessa forma, por exemplo, em fevereiro de 2015, Shoigu viajou à América Latina para se encontrar com líderes e oficiais da área da defesa desses países. Ainda que a visita tenha incluído a participação da Rússia em um exercício militar venezuelano, o foco dos encontros nos três países foi o acesso a portos e bases aéreas na região a fim de dar suporte a operações militares da Rússia na região.

Com a Venezuela, aprofundou-se a cooperação técnico-militar. Começada e aprofundada a cooperação pelo Presidente Chávez, e seguida pelo Presidente Maduro, no marco da Comissão Intergovernamental Bilateral Venezuela-Rússia, nota-se que a cooperação militar entre a Rússia e a Venezuela é produto de uma aliança estratégica mais ampla entre os dois governos<sup>23</sup>. Além disso, esteve em pauta, ao longo dos encontros, a possibilidade de expansão dos intercâmbios entre instituições militares de ensino dos países e o convite de crianças de famílias de oficiais venezuelanos para treinarem em escolas militares russas<sup>24</sup>. Cumpre-se lembrar, ainda, que, um mês após a Guerra da Geórgia (2008), a Rússia enviou dois bombardeiros *Tu-160* para realizarem exercícios militares com a Venezuela. Mais

importante, em novembro de 2008, a Rússia conduziu jogos de guerra com Caracas, em que uma pequena frota russa foi enviada para o Caribe para participar de manobras militares conjuntas junto à marinha da Venezuela. Esse foi um ato simbólico relevante, pois foi a primeira vez em que navios de guerra russos visitaram o Caribe desde a Crise dos Mísseis<sup>25</sup>. Por fim, destaca-se que o futuro do orçamento de defesa da Venezuela é incerto devido às dificuldades econômicas que afligem o país, o que pode comprometer a habilidade do governo em manter os gastos militares nos níveis atuais<sup>26</sup>.

Enquanto em Cuba a delegação da Rússia focou na cooperação marítima e no treinamento de militares cubanos na Rússia<sup>27</sup>, as discussões foram mais frutíferas na Nicarágua, local em que Shoigu assinou um memorando de entendimento (MOU) a fim de facilitar o acesso russo aos portos de Corinto e Bluefields, bem como fortalecer a cooperação contra drogas e a discussão de venda de armamentos<sup>28</sup>. Deve-se levar em consideração, ainda, o anúncio da Nicarágua acerca da construção de um canal transoceânico, financiado pela China, e a busca pela Rússia por garantir os contratos de segurança do canal<sup>29</sup>. Por fim, além de conduzir patrulhas contra o tráfico de drogas junto com a Rússia, destaca-se que a Nicarágua hospeda uma estação de satélite de monitoramento russa, o GLONASS. Com isso, a Rússia espera impulsionar o seu sistema de navegação de satélite, que compete com o GPS, que foi completado em 2010, com o desenvolvimento de 24 satélites que permitem à Rússia ter uma cobertura global total<sup>30</sup>.

A Rússia também vem utilizando atividades contra o tráfico de drogas como uma forma de se engajar nos assuntos de segurança da região. Dessa forma, esse engajamento tornou-se uma plataforma para a extensão da cooperação securitária da Rússia com o subcontinente. No Peru e na Nicarágua, por exemplo, os governos partilham inteligência com a Rússia e têm conduzido operações contra o tráfico de drogas de forma conjunta<sup>31</sup>. Ou seja, entende-se que o aumento na venda de armas não apenas gera divisas aos cofres russos, mas oferece a oportunidade de relações militares de longo prazo na justa medida em que a compra de armas engloba treinamento, manutenção e renovação. O treinamento militar, particularmente no campo do combate às drogas, também oferece uma série de benefícios à Rússia. Com isso, desafia-se a proeminência do papel dos EUA na

região no combate do fluxo de drogas ao país e provê aos especialistas russos acesso a redes de inteligência, logística e informação militar da região, incluindo estratégias e táticas dos Estados Unidos, relacionadas a atividades de contranarcóticos e contraterrorismo<sup>32</sup>.

Nos anos recentes, por exemplo, o Peru continuou a comprar armas da Rússia, sobretudo adquirindo helicópteros de transporte *Mi-171* e de ataque *Mi-35*, justamente para aumentar a mobilidade e o poder de fogo das operações contraterrorismo e contra grupos criminosos, como o Sendero Luminoso, nos vales Apurímac, Ene e Mantaro<sup>33</sup>. Ainda em junho de 2004, os Ministros das Relações Exteriores da Rússia e da Argentina assinaram vários documentos conjuntos, incluindo um MOU de cooperação técnico-militar<sup>34</sup>. Além disso, a Bolívia e a Rússia assinaram MOUs de cooperação em defesa, em agosto de 2017, o que aparenta ser um primeiro passo para uma transferência de armas mais ampla para a Bolívia<sup>35</sup>. No Chile, da mesma forma, o segundo governo de centro-esquerda de Michelle Bachelet (2014-2018) abriu as portas para as relações militares com a Rússia, incluindo um MOU de cooperação naval<sup>36</sup>.

Todavia, no ano de 2016, a Rússia perdeu espaço em um número de parceiros da região com as quais ela vinha construindo relações. Na Argentina, a eleição de Mauricio Macri selou o destino dos já complicados projetos de compra das aeronaves de interceptação *Su-24*, da construção de instalações de comunicação do satélite GLONASS e do contrato para construção de um reator nuclear no complexo nuclear de Atucha<sup>37</sup>.

Em síntese, destaca-se que o retorno da Rússia à América Latina foi favorecido pela sua recuperação econômica e política ao longo dos anos 2000-2008, que permitiram o fortalecimento da ideia de mundo multipolar de Primakov<sup>38</sup>. Além disso, convém destacar que, em contraste com as atividades chinesas na América Latina, o engajamento da Rússia está focado em um número limitado de países e de setores econômicos — como a exploração de petróleo, mineração, alguns setores de tecnologia e a compra de produtos alimentícios<sup>39</sup>. Diante disso, as evidências não parecem sustentar a ideia de que a Rússia esteja invadindo o histórico espaço de influência dos EUA, e sim que a América Latina e o Caribe estão forjando novas oportunidades para a cooperação internacional com outros países para além dos EUA<sup>40</sup>.

## **A Cooperação Militar entre Brasil e Rússia: da Longa Trajetória das Relações Diplomáticas ao Estabelecimento da “Parceria Estratégica”**

Ao analisarmos os discursos oficiais entre as autoridades russas e brasileiras no que tange à cooperação bilateral em defesa, um padrão se repete frequentemente: a potencialidade dos benefícios mútuos que essa relação pode trazer. No entanto, apesar da vontade política dos dois atores, registrada principalmente pelo dinamismo diplomático e pelo rápido crescimento das trocas comerciais entre os dois países na última década, a parceria técnico-militar ainda é bastante inferior do que se registra entre a Rússia e outros países da América Latina. Nesta seção, busca-se analisar um breve histórico das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, diante do contexto da “parceria estratégica” entre Moscou e Brasília.

### **Os Primórdios das Relações Bilaterais Russo-Brasileiras**

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter sua independência reconhecida pela Rússia; na época, o Império Brasileiro era o único país da região com o qual o Império Russo mantinha relações comerciais. Contudo, ainda que o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países remonte ao ano de 1828, foi somente a partir do início dos anos 2000 que se observou um estreitamento significativo das relações bilaterais russo-brasileiras. A distância geográfica entre Rússia e Brasil não foi o único fator impeditivo à aproximação entre eles; por inúmeras vezes, os dois países estiveram em lados opostos nos campos políticos e ideológicos. Bacigalupo, referindo-se às relações bilaterais russo-brasileiras, argumenta que, até o final dos anos 1990, o relacionamento entre os dois países “têm se caracterizado por ser tão antigo quanto distante”<sup>41</sup>.

Isso foi observado durante o período da proclamação da República Brasileira, em 1889, momento no qual o Império Russo suspendeu as relações diplomáticas com o novo governo republicano. O desenho geopolítico estabelecido durante a Guerra Fria, neste caso, a posição ideologicamente antagônica entre o Brasil capitalista e a Rússia socialista, bem como as condicionantes estruturais impostas pelos Estados Unidos, igualmente limitaram a condução de uma relação bilateral mais próxima entre os dois países.

Desse modo, desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países até o final de Guerra Fria, o relacionamento entre Rússia e Brasil foi de natureza declarativa de baixo perfil político, marcado por tentativas de aproximação e distanciamento, que, por vezes, eram resultado de condicionantes externas, internas, conjunturais e estruturais<sup>42</sup>. Tais variáveis certamente impediram o desenvolvimento de uma parceria em diversas áreas, principalmente a militar.

### **As Relações Bilaterais entre a Federação Russa e o Brasil nos Anos 1990**

As mudanças sistêmicas ocorridas devido ao colapso da União Soviética inauguraram uma nova dinâmica na política externa russa e brasileira. A abertura de seus mercados internos ao capital internacional e a adoção de uma lógica neoliberal de ambos os governos propiciaram um certo alinhamento ideológico no campo econômico e político; nesse aspecto imaginava-se uma aproximação entre os dois países, que vinha sendo sondada desde o processo de redemocratização do Brasil nos anos 1980. No entanto, tal sincronia não repercutiu em resultados efetivos nas relações bilaterais entre a Rússia e o Brasil, que não foram além de um “otimismo retórico” inicial<sup>43</sup>. O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a reconhecer a nova situação jurídico-política da Federação Russa como o Estado sucessor da URSS; contudo, o volume real de laços econômicos e políticos entre os dois países após o fim da Guerra Fria foi significativamente reduzido<sup>44</sup>.

Por outro lado, os ajustes econômicos na Rússia decorridos do processo de adaptação de uma economia planificada para uma economia de mercado e a abertura comercial do Brasil nos anos 1990 trouxeram inúmeras dificuldades econômicas para os dois países. Essa conjuntura, associada às debilidades político-institucionais enfrentadas por esses países, refletia-se também no campo externo. Os governos russo e brasileiro atrelaram suas políticas externas aos países desenvolvidos, cujo relacionamento, naquele momento, julgava-se prioritário<sup>45</sup>. De acordo com Zhebit, no início dos anos 1990, a Rússia abandonara as relações com a América Latina, com medo de se indispor com os EUA em sua tradicional área de influência<sup>46</sup>. O autor recorda que o comércio

internacional do país com a região foi quase interrompido, fato simbolizado pela situação de Cuba, tradicional parceiro da URSS, deixado completamente à deriva em um mundo em transformação. Obviamente, a partir de tal avaliação sobre a América Latina, não havia lugar para cooperação com o Brasil.

A relativa limitação da cooperação russo-brasileira começou, gradualmente, a adquirir uma tônica positiva a partir da substituição de Andrei Kozyrev por Evgeni Primakov como Ministro das Relações Exteriores da Rússia, em 1996. Em seu primeiro ano como chanceler, Primakov, dedicou especial atenção às relações bilaterais entre Brasil e Rússia. Nesse contexto, destaca-se a criação da

I Comissão de Assuntos Políticos (CAP) em Moscou, em outubro de 1997, o que conferia aos dois países a formalização de um diálogo político no âmbito institucional. Além disso, sublinha-se a visita de Primakov ao Brasil, ocorrida em novembro do mesmo ano, tornando-se a primeira e única autoridade do alto escalão governamental russo a visitar o Brasil durante toda a década de 1990.

Por ocasião da visita oficial de Primakov ao Brasil, promulgou-se a constituição da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), cujo mecanismo operacional é a Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC). No entanto, por questões internas

dos dois países, os encontros previstos entre o chefe de Governo russo e o Vice-Presidente brasileiro no âmbito da CIC foram adiados pelo menos cinco vezes desde sua criação até aos anos 2000<sup>47</sup>. Conforme argumenta Bacigalupo, a instabilidade político-econômica aguda que a Rússia enfrentou no biênio 1998-1999 (que culmina com a renúncia de Yeltsin no ano seguinte) foi um dos principais fatores que influenciaram no baixo dinamismo da CAN verificado em seus anos iniciais:

Sem dúvida, esse processo provocou adiamentos e suspensões de encontros programados com o alto escalão político russo, o qual, ante cada crise e nova mudança, se via obrigado a tratar de temas e relações prioritárias<sup>48</sup>.



O Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega (à esquerda), agracia Valery Gerasimov, Vice-Ministro de Defesa e Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Federação Russa, com a mais alta condecoração das Forças Armadas da Nicarágua, a Ordem do Exército Nicaraguense. Governos de esquerda como os da Nicarágua e Venezuela têm sido especialmente receptivos aos agressivos esforços da Rússia em promover a venda de armas por toda a América Latina. (Agence France-Presse/Getty Images)

Embora a criação da CAN demonstre um interesse claro dos dois países em intensificar suas relações bilaterais, o quadro político-econômico turbulento registrado nos anos 1990 obstruía a possibilidade de fortalecimento dos laços diplomáticos entre os dois

países. Essa conjuntura impedia que matérias estratégicas da agenda bilateral, como a cooperação na área de defesa, fossem intensificadas. Por outro lado, a retomada das atividades da Comissão de Alto Nível coincidiu com a inflexão rumo ao desenvolvimento que marca o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

## **Anos 2000: o estabelecimento “parceria estratégica” russo-brasileira**

Passada a relativa apatia das relações bilaterais entre Moscou e Brasília, no ano 2000 finalmente concretiza-se a CAN com a realização da primeira reunião entre o Primeiro-Ministro russo e o Vice-Presidente brasileiro, o que assinalava uma nova fase nas relações entre os dois países. Nesse sentido, na administração de Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de sua visita oficial à Rússia em 2002, estabelece-se a formalização da “parceria estratégica” entre os dois países. Desde então, houve um recrudescimento das relações russo-brasileiras, apresentando um ritmo crescente de trocas comerciais e visitas entre os mais altos níveis governamentais.

A rápida transição do período de inércia experimentado nos anos 1990 para a concretização de uma parceria estratégica na década seguinte demonstra o interesse de ambas as partes em recuperar o “tempo perdido”<sup>49</sup>. Instaurou-se desse modo a oportunidade do avanço de questões relevantes, que transcendem as meras trocas comerciais bilaterais de *commodities* registradas na balança comercial até aquele momento.

No que tange à cooperação em defesa, destaca-se a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo em 2002. Embora a assinatura desse memorando tenha ficado no âmbito das intenções com poucos resultados práticos, a sua celebração estabelece os preceitos basilares que iriam guiar a cooperação técnico-militar entre Rússia e Brasil nos próximos anos.

A trajetória progressiva no relacionamento bilateral russo-brasileiro continuou a exercer um papel central na política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2003. Em seu discurso de posse, o mandatário brasileiro destacou a importância de se

aprofundar “as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia e a Rússia”<sup>50</sup>.

Nesse contexto, destaca-se a primeira visita do Presidente russo Vladimir Putin ao Brasil em 2004. Nessa oportunidade, foi promulgada a criação de uma “aliança tecnológica” e foi estipulado o fortalecimento e expansão da cooperação no setor de energia<sup>51</sup>. Conforme argumenta Jubran, a visita de Putin naquele ano deteve um caráter estratégico para Moscou, pois, no final de 2003, a Força Aérea Brasileira (FAB) reabriu o edital para a aquisição de caças militares a compor as Forças Armadas do Brasil<sup>52</sup>. Essa visita oficial seria uma oportunidade para o Kremlin “convencer autoridades brasileiras a respeito da superioridade de seus aviões (SU-35) em comparação com os concorrentes”. Esse acordo, se efetivado, representaria o maior avanço no que tange à cooperação em defesa desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países<sup>53</sup>.

Embora as aeronaves russas fossem tecnicamente superiores em relação a suas concorrentes, tal acordo nunca chegou a ser concretizado; em 2008, a FAB retirou oficialmente a proposta russa da fase final da licitação<sup>54</sup>. Essa decisão foi tomada uma semana após a visita oficial do Presidente russo Dmitri Medvedev ao Brasil, e durante treinamentos militares conjuntos entre Moscou e Caracas na costa venezuelana<sup>55</sup>. Ainda nesse contexto, Boris Martinov argumenta que a razão pela recusa do governo brasileiro em aceitar a proposta russa se deve principalmente ao fato de a fabricante russa Sukhoi se negar a transferir tecnologias militares avançadas imbuídas na confecção dessas aeronaves<sup>56</sup>.

Por outro lado, ainda durante a visita de Medvedev, o governo brasileiro anunciou a compra de um lote de 12 helicópteros *Mi-35*, no valor de US\$ 150 milhões; a entrega foi iniciada em 2010, e apesar das dificuldades orçamentárias brasileiras, foi finalizada em 2014. Tal proposta se concretizou como a primeira e única venda de equipamentos militares pesados entre Brasil e Rússia até o momento, e pode ser considerada a mais relevante da cooperação militar entre os dois países<sup>57</sup>. Nessa ocasião, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnico-Militar entre Brasil e Rússia, e a exigência de visto para turistas em visitas de até 90 dias foi abolida. Em declaração à imprensa, o presidente Lula destacou que Brasil e

Rússia defendiam uma ordem multipolar e justa, e indicou que os dois países, junto com China e Índia, deveriam aproveitar as oportunidades geradas pela crise econômica mundial para avançar ainda mais suas agendas de desenvolvimento<sup>58</sup>.

O acordo de Cooperação Técnico-Militar é o marco de um ano de intensas negociações bilaterais nessa área. Segundo informações da imprensa brasileira, no início de 2008, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, visitaram a Rússia na tentativa de fechar acordos sobre a construção do submarino nuclear brasileiro e a de uma fábrica de veículos militares no sul do Brasil, mas a visita não trouxera resultados<sup>59</sup>. Todavia, em abril daquele ano, Valentin Sobolev, Vice-Presidente do Conselho de Segurança da Rússia, esteve no Brasil e assinou com o Ministro de Assuntos Estratégicos brasileiro um Acordo de Cooperação para o lançamento de satélites e construção de foguetes e aviões, prevendo transferência de tecnologia russa ao Brasil e a possibilidade de desenvolver um sistema de localização alternativo ao GPS norte-americano<sup>60</sup>.

No âmbito da CAN, a declaração conjunta assinada em Brasília, em 2013, pelo então Vice-Presidente do Brasil Michel Temer e pelo Primeiro-Ministro Russo Dmitri Medvedev estabelecia o início das tratativas para a aquisição das artilharias antiaéreas russas *Pantsir S-1*<sup>61</sup>. Contudo, devido à crise política-institucional e às restrições orçamentárias que o Brasil enfrentou a partir daquele ano, a assinatura do contrato entre as partes ainda não foi firmada. No entanto, tal projeto prevê a transferência dessa tecnologia ao Brasil, conforme frisou Vladimir Tikhomirov, Chefe do Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar da Rússia: “Concordamos com a transferência irrestrita de tecnologia e a necessidade de suporte pós-venda. Vamos capacitar parceiros brasileiros que realizarão esse suporte. Estamos tendo progressos”<sup>62</sup>.

Segundo Andrey Maslennikov, embora o Brasil seja um dos principais parceiros da Rússia na América Latina e o que oferece maior potencial para Moscou, o país ainda é para o Kremlin um parceiro “não convencional”<sup>63</sup>. Nesse contexto, embora haja um conjunto de tentativas de aproximação na última década, é necessário destacar que as relações

entre os dois países ainda são muito incipientes e, em grande medida, baseadas na compra e venda de produtos primários. Conforme exposto, a parceria militar entre Brasília e Moscou é algo recente, movimentada por governos específicos e por vezes dificultada ou incrementada por fatores de caráter político-econômico internos que influenciaram as mudanças nas prioridades da política externa do Brasil e da Rússia.

## Considerações Finais

Diante do exposto, é imperativo destacar que aumento do envolvimento da Rússia na América Latina não significa um retorno ao sistema de alianças do século XX, mas o oferecimento de caminhos de cooperação alternativos aos países da região. Ao mesmo tempo, essa transformação institui uma estrutura de cooperação internacional multipolar que permite que tanto Estados grandes quanto pequenos participem dos processos de globalização, cooperação militar e integração econômica<sup>64</sup>. Da mesma maneira, Moscou não está tão interessada em demonstrar aos EUA a sua potencial influência militar na região quanto está interessada em abrir novos mercados para suas armas e em retomar as cooperações técnico-militares anteriores<sup>65</sup>.

Pode-se inferir, então, que a estratégia diplomática da Rússia não é suficiente nem em tamanho, nem em alcance; tampouco reflete uma busca por relações diplomático-estratégicas que incluam o recurso à força ou a uma aliança militar ofensiva que afete a segurança hemisférica de maneira considerável<sup>66</sup>. É importante destacar que, ainda que a Rússia tenha enviado navios de guerra para a Venezuela ou venha modernizando o *hardware* militar peruano, o Kremlin não busca uma outra aliança semelhante à que tinha com Cuba à época da Guerra Fria<sup>67</sup>. Dessa forma, o engajamento na América Latina, hoje, não é um retorno aos conflitos *proxy* da Guerra Fria, mas apontam para uma Rússia que busca mercados e parceiros que possam comprar seu *hardware*, entrar em *joint ventures* de produtos energéticos e prover votos a favor da Rússia na Assembleia Geral das Nações Unidas. Dessa forma, entende-se que o engajamento da Rússia com os antigos aliados soviéticos na América Latina não representa um retorno do “urso soviético” ao quintal dos EUA. Ou seja, ainda que a

Nicarágua de Daniel Ortega e o regime dos Castros em Cuba tenham se aproximado politicamente da Rússia desde 2008 e recebido apoio econômico e securitário limitado, nenhum dos regimes desenvolveu laços militares ou econômicos que se aproximassem daqueles da União Soviética<sup>68</sup>.

Finalmente, o caráter não convencional da cooperação militar russo-brasileira resume o escopo limitado das ambições russas na região. Assim, os resultados políticos mal vão além das declarações gerais que reforçam a retórica multipolar russa. Se a Rússia quisesse reviver a confrontação da Guerra Fria com os EUA, o esforço para aumentar a sua influência sobre o maior ator regional requereria mais

engajamento e recursos. Seria necessário, também, ser diferente da “parceria a convite” realizada com outros parceiros regionais, como com a Venezuela e Cuba, que acolhem a presença russa devido às disputas regionais com os EUA. Todavia, depois de mais de 12 anos de governo do PT (Partido dos Trabalhadores) e uma forte identificação dos círculos de política externa brasileira com a retórica multipolar, as perspectivas para a cooperação militar ainda são incipientes. Levando em consideração as recentes mudanças no governo brasileiro após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, as perspectivas de uma maior cooperação com a Rússia em assuntos militares são ainda menos prováveis. ■

---

## Referências

1. P. I. Kazakov e V. P. Zolotaryova, Оборонно Промышленный Комплекс России В Современных Экономических Условиях [Complexo Industrial de Defesa da Rússia sob condições econômicas modernas] (Artigo, Ciências Econômicas: XII Conferência Internacional sobre Práticas Científicas, Novosibirsk, Rússia, 8 out. 2013), acesso em 22 jun. 2018, <https://sibac.info/studconf/econom/xii/34125>.
2. Richard Connolly e Cecilie Sendstad, “Russia’s Role as an Arms Exporter: The Strategic and Economic Importance of Arms Exports for Russia”, Russia and Eurasian Programme Research Paper (London: Chatham House, Mar. 2017), acesso em 22 jun. 2018, <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2017-03-20-russia-arms-exporter-connolly-sendstad.pdf>.
3. Fakultet ekonomiki i menedzhmenta (Faculdade de Economia e Gestão), “Оборонно-промышленный комплекс России” [Complexo Industrial e de Defesa da Rússia], Факультет экономики и менеджмента Санкт-Петербургского технологического института [Faculdade de Economia e Gestão do Instituto de Tecnologia de São Petersburgo], 28 abr. 2016, acesso em 25 jun. 2018, <https://gtifem.ru/umr/stati/oborono-promyshlennyy-kompleks-rossii/>.
4. Федеральный Закон РФ о военно-техническом сотрудничестве Российской Федерации с иностранными государствами [Lei Federal Russa sobre a cooperação técnico-militar da Federação Russa com Estados estrangeiros], Coleção de Legislação da Federação Russa, 1998, nº 114-FZ, acesso em 22 jun. 2018, <http://kremlin.ru/acts/bank/12666/print>.
5. Ria Novosti, “Россия рассчитывает на новые поставки авиатехники в Латинскую Америку” [Rússia considera entrega de novas aeronaves para a América Latina], Ria Novosti, 3 mar. 2017, acesso em 25 jun. 2018, [https://ria.ru/defense\\_safety/20170403/1491325697.html](https://ria.ru/defense_safety/20170403/1491325697.html).
6. Tsamto (Цамто), “Рынок вооружений стран Латинской Америки в 2005-2012 гг. и прогноз на 2013-2016 гг.” (Mercado de armas para a América Latina em 2005-2012 e previsões para 2013-2016), Centro de Análise do Comércio Mundial de Armas (Tsamto), 8 abr. 2013, acesso em 25 jun. 2018, <http://www.armstrade.org/includes/periodics/mainnews/2013/0408/095217897/detail.shtml> (assinatura requerida).
7. Stephen Blank e Younkyoo Kim, “Russia and Latin America: The New Frontier for Geopolitics, Arms Sales and Energy”, *Problems of Post-Communism* 62, no. 3 (2015): pp. 159–73; Ekaterina Blinova, “Russia’s Cooperation with Latin America to Counterbalance NATO Expansion”, Sputnik, 18 fev. 2015, acesso em 25 abr. 2018, <https://sputniknews.com/analysis/201502141018278598/>.
8. Makram Haluani, “Rusia en América Latina: variables, implicaciones y perspectivas de su presencia en el hemisferio occidental” [Rússia na América Latina: variáveis, implicações e perspectivas de sua presença no hemisfério ocidental], *Politeia* 36, no. 51 (2013): pp. 83–124.
9. Adriana Boersner e Makram Haluani, “Moscú mira hacia América Latina: estado de situación de la alianza ruso-venezolana” [Moscou olha para a América Latina: estado da aliança russo-venezuelana], *Coyuntura* (2011): pp. 16–26.
10. Haluani, “Rusia em América Latina”, p. 99.
11. Boersner e Haluani, “Moscú mira hacia América Latina”, p. 17.
12. Blank e Kim, “Russia and Latin America”, p. 160; Rafat Ghotme, “La presencia de Rusia en el Caribe: hacia un nuevo equilibrio del poder regional” [A presença da Rússia no caribe: Rumo a um novo equilíbrio do poder regional], *Reflexión Política* 17, no. 33 (2015): pp. 78–92.
13. Connolly e Sendstad, “Russia’s Role as an Arms Exporter”, p. 2; Ghotme, “La presencia de Rusia en el Caribe”, p. 80; Gabriel M. S. Villarreal, *Rusia en América Latina* [Rússia na América Latina], SPEISS-06-10 (México, DF: Servicio de Investigación y Análisis, Subdirección de Política Exterior, March 2010), acesso em 25 jun. 2018, <http://www.diputados.gob.mx/sedia/>

[sia/spe/SPE-ISS-06-10.pdf](#).

14. Simon Gaetano Ciccarillo, "The Russia-Latin America Nexus: Realism in the 21<sup>st</sup> Century", *Student Scholarship & Creative Works*, Paper 47 (2016): pp. 25–45.

15. Kate Blanchfield, Peter D. Wezeman e Siemon T. Wezeman, "The State of Major Arms Transfers in 8 Graphics", Stockholm International Peace Research Institute, 22 fev. 2017, acesso em 22 jun. 2018, <https://www.sipri.org/commentary/blog/2017/state-major-arms-transfers-8-graphics>.

16. Connolly e Sendstad, "Russia's Role as an Arms Exporter", p. 19; Alex Gorka, "Russia, Latin America: Promising Prospects for Military Cooperation", Strategic Culture Foundation, 12 ago. 2017, acesso em 22 jun. 2018, <https://www.strategic-culture.org/pview/2017/12/08/russia-latin-america-promising-prospects-for-military-cooperation.html>.

17. Cristian G. Vera, "La reemergencia de Rusia en el mundo y América Latina" [Ressurgimento russo no mundo e na América Latina], *Revista Política y Estrategia*, no. 116 (2010): pp. 143–68.

18. Érika L. Amusquivar, "Entre Moscou e Washington: cooperação militar na América Latina em disputa" (trabalho apresentado no 40<sup>o</sup> Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil, 24-28 out. 2016), pp. 1–26.

19. Connolly e Sendstad, "Russia's Role as an Arms Exporter", p. 19.

20. Ghotme, "La presencia de Rusia en el Caribe", p. 84.

21. Blinova, "Russia's Cooperation with Latin America to Counterbalance NATO Expansion".

22. Stephen Blank, "Russia Is Meddling in Latin America Too", *The Hill*, 20 nov. 2017, acesso em 22 jun. 2018, <http://thehill.com/opinion/international/361148-russias-is-meddling-in-latin-america-too>.

23. Ghotme, "La presencia de Rusia en el Caribe", p. 84.

24. Viktor Jeifets, "Russia Is Coming Back to Latin America: Perspectives and Obstacles", *Anuario de La Integración Regional de América Latina y El Caribe*, vol. 11 (2015): p. 102, acesso em 22 jun. 2018, <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/06-Jeifets.pdf>.

25. COHA [Council on Hemispheric Affairs], "Russia Turns to the South for Military and Economic Alliances", Council on Hemispheric Affairs, 8 mai. 2012, acesso em 22 jun. 2018, <http://www.coha.org/russia-turns-to-the-south-for-military-and-economic-alliances>.

26. Connolly e Sendstad, "Russia's Role as an Arms Exporter", p. 20.

27. Blinova, "Russia's Cooperation with Latin America to Counterbalance NATO Expansion".

28. Blank e Kim, "Russia and Latin America", p. 159; R. Evan Ellis, "Russian Engagement in Latin America and the Caribbean: Return to the 'Strategic Game' in a Complex Interdependent Post-Cold War World?", Strategic Insights, Strategic Studies Institute, 24 abr. 2015, acesso em 22 jun. 2018, <http://ssi.armywarcollege.edu/index.cfm/articles/Russian-Engagement-in-Latin-America/2015/04/24>.

29. Blank e Kim, "Russia and Latin America", p. 159 e p. 165; Ghotme, "La presencia de Rusia en el Caribe", p. 79 e p. 83; Alejandro Sanchez, "Geosecurity 101: Washington and Moscow's Military Bases in Latin America", COHA Policy Memo #5 (Washington, DC: COHA, 6 mai. 2014), acesso em 25 jun. 2018, <http://www.coha.org/wp-content/uploads/2014/05/>

[COHA\\_Sanchez\\_Geosecurity\\_Bases\\_Final\\_May062014.pdf](#).

30. Blank e Kim, "Russia and Latin America", p. 165; Ghotme, "La presencia de Rusia en el Caribe", p. 83.

31. Ciccarillo, "The Russia-Latin America Nexus", p. 32; Ellis, "Russian Engagement in Latin America and the Caribbean".

32. Douglas Farah e Liana E. Reyes, "Russia in Latin America: A Strategic Analysis", *PRISM* 5, no. 4 (2015): pp. 101–17.

33. Ellis, "Russian Engagement in Latin America and the Caribbean".

34. Alejandro Sanchez, "Russia and Latin America at the Dawn of the Twenty-first Century", *Journal of Transatlantic Studies* 8, no. 4 (2010): pp. 362–84.

35. Gorka, "Russia, Latin America".

36. Evan Ellis, "Russian Engagement in Latin America: An Update", *Global Americans*, 5 dez. 2017, acesso em 22 jun. 2018, <https://theglobalamericans.org/2017/12/russian-engagement-latin-america-update>.

37. Ibid.

38. Blank e Kim, "Russia and Latin America", p. 159.

39. Ellis, "Russian Engagement in Latin America".

40. COHA, "Russia and Latin America: Geopolitical Posturing or International Partnership?", COHA, 20 jun. 2014, acesso em 22 jun. 2018, <http://www.coha.org/russia-and-latin-america-geopolitical-posturing-or-international-partnership/>.

41. Graciela Zubełzú Bacigalupo, "As Relações russo-brasileiras no Pós-Guerra Fria", *Revista Brasileira De Política Internacional* 43, no. 2 (2000): pp. 59–86, doi:10.1590/s0034-73292000000200003.

42. Ibid.; Maria V. Kovtun, "Россия-Бразилия: современное состояние и перспективы" [Rússia-Brasil: equilíbrio e perspectivas], *Журнал Латинская Америка* [Revista Latino-Americana] 12, no. 7 (2011): pp. 25–34; Bruno Mariotto Jubran, "Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia entre 1992 e 2010" (dissertação, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012).

43. Angelo Segrillo, *Os Russos* (São Paulo: Contexto, 2012); Jubran, "Brasil e Rússia".

44. Kovtun, "Россия-Бразилия: современное состояние и перспективы".

45. D. Zirker e A. Baburkin, "Brazil, Russia and BRICS: an Emerging Alliance?", *Ярославский педагогический вестник* [Periódico pedagógico de Yaroslavl] 1, no. 4 (2013): pp. 115–33. Jeifets, "Russia Is Coming Back to Latin America".

46. A. Zhebit, "Um olhar sobre a cooperação inter-regional: América Latina – Estados pós-soviéticos" *Análise de Conjuntura OPSA*, no. 10 (2006).

47. Jubran, "Brasil e Rússia".

48. Bacigalupo, "As Relações Russo-brasileiras No Pós-Guerra Fria".

49. Ibid.

50. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003, acesso em 23 jun. 2018, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>.

51. Andrey V. Maslennikov, "Политика России в отношении стран "левого блока" Латинской Америки: российско-венесуэльские и российско-бразильские

отношения с 1998 по 2014 гг” [A Política da Rússia para os países do “bloco de esquerda” da América Latina: relações russo-venezuelano e russo-brasileiras de 1998 a 2014] (dissertação, Universidade Federal de Kazan], Kazan, Rússia, 2016), acesso em 22 jun. 2018, [http://kpfu.ru/dis\\_card?p\\_id=2176](http://kpfu.ru/dis_card?p_id=2176).

52. Jubran, “Brasil e Rússia”, pp. 130-131.

53. Ibid;

54. Ibid;

55. Ibid;

56. Boris Martinov, “Бразилия – наш стратегический партнер” [Brasil – nosso parceiro estratégico], *International Affairs* 8, no. 7 (Ago. 2015): pp. 1-12, acesso em 22 jun. 2018, <https://interaffairs.ru/jauthor/material/1333>.

57. Anthony Boadle, “Brazil Builds Russian Defence Ties with Missile Plan”, Reuters, 16 out. 2013, acesso em 22 jun. 2018, <https://uk.reuters.com/article/uk-brazil-russia/brazil-builds-russian-defence-ties-with-missile-plan-idUKBRE-99F14V20131016>.

58. Ministério das Relações Exteriores, Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos com o Presidente da Federação Russa, Dmitri Medvedev. Rio de Janeiro-RJ, 26 de novembro de 2008.

59. Folha Online, “Viagem De Jobim à Rússia Acaba Sem Acordo”, *Folha de S. Paulo*, 7 fev. 2002, acesso em 22 jun. 2018, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u370246.shtml>.

60. “Brasil e Rússia criam foguete e avião da quinta gera-

ção” *Pravda*, 16 abr. 2008, acesso em 25 jun. 2018, <http://port.pravda.ru/business/16-04-2008/22383-alcantra-0/>.

61. VI Reunião da Comissão de Alto Nível de Cooperação Brasil-Rússia – Declaração Conjunta – Brasília, 20 de fevereiro de 2013, acesso em 23 jun. 2018 <http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/noticias/noticias-do-vice/2013/02/2012-02-20-michel-temer-russia-declaracao>.

62. “Brasil e Rússia estreitam parceria técnico-militar e repassam negociações de artilharia antiaérea”, Ministério da Defesa do Brasil, 19 ago. 2015, acesso em 24 jun. 2018, <https://www.defesa.gov.br/noticias/16603-brasil-e-russia-estreitam-25parceria-tecnico-militar-e-repassam-negociacoes-de-artilharia-antiaerea>.

63. Maslennikov, “Политика России в отношении стран “левого блока” Латинской Америки: российско-венесуэльские и российско-бразильские отношения с 1998 по 2014 гг”.

64. COHA, “Russia and Latin America”.

65. Jeifets, “Russia Is Coming Back to Latin America”, p. 94.

66. Ghotme, “La presencia de Rusia en el Caribe”, p. 84.

67. Sanchez, “Russia and Latin America at the Dawn of the Twenty-first Century”, p. 377.

68. David M. Cox, “Return of the Bear? Russia’s Ties with Former Soviet Allies in Latin America”(master’s thesis, Master of Arts in Security Studies Naval Postgraduate School, Monterey, CA, 2016).

# Jogando um “Jogo de Duplas Intenções” por Décadas

## O Paquistão, os Estados Unidos e o Talibã

Thomas F. Lynch III

O dia 7 de outubro marcará o início do 18º ano das operações militares norte-americanas no Afeganistão. Nessa data, em 2001, os Estados Unidos começaram um intenso bombardeio seguido por uma incursão de comandos *Ranger* do Exército contra alvos controlados pelos Talibã na cidade de Kandahar, no sul do país, em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, contra Nova York e Washington. Essas ações representaram a “salva de abertura” de algo mais amplo: a guerra global dos EUA contra o terrorismo.

Quase duas décadas depois, o terceiro governo consecutivo na Casa Branca completou mais uma análise dos objetivos e das atividades dos EUA no Afeganistão e no Paquistão. A administração Trump, liderada por um presidente conhecido por ser altamente cético quanto à continuação da presença militar de longo prazo dos EUA no Afeganistão, chegou a uma conclusão familiar: as forças militares e as agências de inteligência dos EUA, ainda, precisam permanecer no país.

Ao anunciar uma nova estratégia para o Sul da Ásia, em 21 de agosto de 2017, em Fort Myer, Virgínia, o Presidente Donald Trump ajustou levemente a abordagem dos seus predecessores pós-11/9, abandonando algumas das limitações sobre as regras de engajamento implementadas após o ano de 2014. Contudo, a nova

estratégia do Presidente Trump para uma presença contínua de forças militares e órgãos de inteligência no Afeganistão enfatiza que os objetivos de contra-terrorismo dos EUA, no Afeganistão e no Paquistão, continuam sendo primordiais, uma vez que, ainda, não foram alcançados.

Assim, em 2018, os Estados Unidos se encontram encarando um dilema estratégico que pouco difere daquele enfrentado logo após sua primeira incursão no Afeganistão, em 2001. Para defender-se em solo pátrio e proteger seus interesses vitais no exterior da ameaça de terrorismo catastrófico, os EUA não podem abandonar sua presença militar e de inteligência no Afeganistão. Embora o Talibã tenha sido removido do poder em Cabul, o governo afegão e suas forças de segurança ainda estão demasiadamente fracos para conter a insurgência ou evitar que grandes extensões de terra se tornem refúgios ativos para grupos terroristas e outras organizações extremistas. Ao mesmo tempo, a postura de segurança nacional do Paquistão permanece tão hostil à Índia e tão cautelosa com a nefasta influência indiana no Afeganistão, que o governo de Islamabad se recusa firmemente a abandonar sua influência sobre grupos militantes islâmicos que operam no Afeganistão — notadamente, o Talibã e a Rede Haqqani (HQN, da sigla em inglês).



O governo Trump já aprendeu aquilo que seus predecessores já sabiam bem. O Paquistão continua participando de um “jogo de duplas intenções” com os Estados Unidos, no que diz respeito à sua parceria no contraterrorismo. As forças militares e agências de inteligência do Paquistão consideram o Talibã afegão e a HQN como a melhor — ou talvez a menos pior — opção para se proteger do surgimento de uma ameaçadora influência indiana em Cabul. Ao mesmo tempo, frequentemente, o Paquistão “joga bem” com os Estados Unidos na consecução de grandes objetivos internacionais de contraterrorismo ou de metas compartilhadas contra grupos militantes operando no interior do próprio Paquistão, que ameaçam diretamente o Estado paquistanês.

Pela perspectiva paquistanesa, as políticas dos EUA têm minado, cada vez mais, a luta de segurança existencial percebida por Islamabad contra a Índia. As forças armadas paquistanesas acreditam que a intervenção dos EUA no Afeganistão foi ingênua em relação ao caos

Nek Mohammad (à esquerda), um líder guerreiro tribal do Paquistão, e o comandante paramilitar paquistanês Khalid Usman conversam em um acampamento militar em Wana — a principal cidade da região tribal no Waziristão do Sul. Mohammad e quatro de seus companheiros foram mortos posteriormente por forças paquistanesas durante uma incursão noturna em uma área isolada que faz fronteira com o Afeganistão. (Kamran Wazir MK/BY, Reuters)

étnico endêmico que existe por lá e — pior ainda — cega para o grau em que os chefes apoiados pelos EUA em Cabul são capazes de seguir os interesses de segurança da Índia, colocando em risco a sobrevivência do Paquistão. O Paquistão já convidou os Estados Unidos a juntarem-se a ele em uma parceria de segurança contra a Índia, mas Islamabad lamenta que Washington tenha evitado esse compromisso e seguido o proverbial “canto da sereia” de uma parceria estratégica com a Índia. De acordo com a lógica paquistanesa, são os EUA que participam de um jogo de duplas intenções — aliciando o Paquistão com a oferta de uma parceria no contraterrorismo, mas nunca tomando completamente o lado de Islamabad em suas muitas queixas contra a Índia.

Devidamente entendido, o Talibã afegão pode ser considerado um sintoma do desalinhamento entre as estratégias de segurança dos EUA e do Paquistão em relação ao próprio Afeganistão e à região mais ampla do Sul da Ásia. O Talibã afegão e a HQN são, na realidade, símbolos do “jogo de duplas intenções”, criando problemas para as sucessivas políticas de segurança dos EUA e, ao mesmo tempo, irritando as forças militares e agências de inteligência do Paquistão.

O caminho a ser seguido para as políticas norte-americanas no Afeganistão contra o Talibã e a HQN é melhor enquadrado no contexto da relação de segurança entre os EUA e o Paquistão — o “jogo de duplas intenções”. Isso exige uma análise dos antecedentes estratégicos da relação de segurança entre os dois países. Este artigo esboça o objetivo de segurança essencial dos EUA no Afeganistão e no Sul da Ásia, desde 11 de setembro de 2001. Descreve os imperativos principais de segurança do Paquistão e como sua relação complexa com os grupos militantes islâmicos permanece profundamente enraizada na sua estratégia de segurança. Demonstra que, apesar da incongruência entre como os Estados Unidos e o Paquistão consideram o Talibã, a cooperação em contraterrorismo tem sido bem-sucedida quando os objetivos de segurança do Paquistão estão alinhados com os de Washington, e têm sido malsucedidos quando há o desalinhamento. A conclusão do artigo inclui recomendações para uma melhor abordagem estratégica dos EUA sobre o dilema que envolve o Afeganistão e o Paquistão, à luz desse jogo de duplas intenções. Essas recomendações estipulam que o problema estratégico do Talibã afegão continua significando que os Estados Unidos precisam buscar meios imperfeitos para atingir seu objetivo estratégico mais urgente: a negação de um refúgio renovado aos terroristas internacionais no Afeganistão e no Paquistão.

## Os Antecedentes Essenciais: As Origens do Jogo de Duplas Intenções

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os interesses de segurança dos EUA no Sul da Ásia têm se subordinado a objetivos estratégicos internacionais mais amplos. Durante a Guerra Fria, no período de contenção da União Soviética pelos EUA, o Paquistão era um parceiro íntimo de Washington, enquanto a Índia permanecia, em grande medida, distante do conflito global entre as duas superpotências<sup>1</sup>. Depois da queda da

União Soviética, a grande preocupação estratégica dos EUA se tornou a não proliferação de armas nucleares. Tanto o Paquistão quanto a Índia desafiaram os objetivos estratégicos de Washington com o desenvolvimento de seus respectivos programas de armas nucleares, que se aceleraram até a década de 1990. Um esforço fracassado liderado pelos EUA criticou e sancionou ambos os países, a fim de compeli-los a frear suas iniciativas armamentistas. Contudo, os dois testaram abertamente armas nucleares em 1998.

Antes do final dos anos 1990, o foco estratégico norte-americano pós-Guerra Fria voltou-se completamente para o contraterrorismo. Em 23 de agosto de 1996, Osama bin Laden declarou guerra contra os Estados Unidos em nome de sua organização salafista jihadista, a Al Qaeda, em uma *fatwa* de 30 páginas, intitulada “A Declaração de Guerra contra os Americanos Ocupando a Terra dos Dois Lugares Sagrados”<sup>2</sup>. Bin Laden emitiu sua *fatwa* poucos meses depois de mudar-se para o Afeganistão, com o propósito de viver sob a proteção do Talibã. O primeiro grande ataque da Al Qaeda contra os Estados Unidos ocorreu em agosto de 1998, com o bombardeio das embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia. Duzentas e vinte e quatro pessoas morreram, incluindo 12 cidadãos norte-americanos. Os Estados Unidos responderam com ataques de mísseis de cruzeiro contra alvos localizados no Afeganistão (e no Sudão), matando seis membros da Al Qaeda. Bin Laden nada sofreu<sup>3</sup>.

A Índia ofereceu a Washington apoio retórico e algumas informações de Inteligência. O Paquistão manteve uma abordagem cautelosa em relação à estratégia global dos EUA. Islamabad não se opôs aos ataques de mísseis de cruzeiro, que sobrevoaram o espaço aéreo paquistanês em sua rota com destino aos alvos no Afeganistão, em 1998<sup>4</sup>. Também, compartilhou informações com agências dos EUA sobre supostos agentes secretos da Al Qaeda entre 1999 e 2001.

Depois de 11 de setembro de 2001, o Paquistão seguiu uma política de dupla abordagem — ou um jogo de duplas intenções. Primeiro, aceitou um papel como aliado vital dos EUA no contraterrorismo. Simultaneamente, manteve sua afiliação com as milícias muçulmanas irregulares (incluindo o próprio Talibã afegão), de uma maneira que não comprometeria seu conceito de segurança nacional contra a Índia<sup>5</sup>.

## A Grande Estratégia Paquistanesa, Militantes Islâmicos e o Jogo de Duplas Intenções

O Paquistão não publica formalmente sua estratégia de segurança nacional. No entanto, os parâmetros de tal estratégia são claros: a Índia permanece como a maior ameaça de segurança identificada pelo Paquistão e eclipsa todas as outras possíveis preocupações de segurança. Os militantes islâmicos das áreas tribais, que atuam contra o Estado, principalmente baseados no oeste do Paquistão, são outro problema contínuo do país, mas esse é um desafio com o qual o Paquistão acredita que pode lidar e, no presente, tem sob seu controle. A Índia e o Paquistão travaram quatro grandes guerras no período compreendido entre 1947 e 1999. Além disso, quase entraram em conflito novamente em 2001-2002 e 2008<sup>6</sup>. Erros de cálculo desencadearam as disputas no campo de batalha.

O Paquistão nasceu em 1947 com uma população inferior a um quarto da população indiana. Depois da perda do Paquistão Oriental na guerra de sucessão bengalesa, entre 1971 e 1972, o Paquistão tem permanecido em uma desvantagem populacional de 6:1, bem como amarga uma desvantagem proporcional em crescimento do produto interno bruto e em despesas na área de defesa (veja a Tabela 1)<sup>7</sup>.

Essas desvantagens numéricas se traduzem em deficiências crônicas que acometem o Paquistão em termos de forças militares convencionais comparadas com a Índia, que conta com um efetivo militar total (ativo, paramilitar, e reserva) aproximadamente cinco vezes maior do que o Paquistão (dados de 2015).

Além disso, a Índia mantém uma considerável e rapidamente crescente vantagem em grandes sistemas de armas de combate (veja a Tabela 2)<sup>8</sup>.

Extremamente consciente de seus déficits, o Paquistão já tentou contrabalançar suas deficiências militares convencionais por meio do desenvolvimento de capacidades nos outros dois níveis de conflito: não convencional e nuclear. A dependência estratégica paquistanesa de forças não convencionais (e.g., grupos militantes islâmicos) precisa ser entendida nesse contexto. Embora divisões existam entre as autoridades civis e militares do Paquistão em relação à militância islâmica e à segurança nacional, no Paquistão, as forças armadas controlam firmemente as políticas de segurança. O comprometimento militar com uma gama de grupos militantes islâmicos é enorme.

Desde sua criação, em 1947, o Paquistão tem usado militantes tribais muçulmanos para fins de segurança. Unidades armadas, ou *lashkar*, das tribos pashtun (ou patane), foram os primeiros combatentes a entrarem na Caxemira, em 1947, durante um esforço para reivindicar esse Estado principesco para o Paquistão, em vez de deixá-lo ser tomado pela Índia, durante a divisão violenta do subcontinente, em 1947 e 1948<sup>9</sup>. A calamidade

**Tabela 1. Dados Estatísticos Comparativos entre o Paquistão e a Índia (2015)**

País	População	Produto Interno Bruto (crescimento do PIB)	Despesa na defesa
Paquistão	189 milhões	US\$ 217 bilhões (4,7%)	US\$ 7,6 bilhões
Índia	1,309 bilhão	US\$ 2,112 trilhões (8,0%)	US\$ 40 bilhões

(Tabela pelo autor)

**Tabela 2. Dados Estatísticos Militares Comparativos entre o Paquistão e a Índia (2015)**

País	Forças do Serviço Ativo	Forças paramilitares	Forças da Reserva incluindo paramilitares	Aeronaves de combate	Carros de combate	Navios de combate de superfície	Navios de patrulha e de litoral	Submarinos
Paquistão	644.000	304.000	N/A	450	~2.500	10	18	8
Índia	1,346 milhão	1,403 milhão	2,14 milhão	881	~4.100	27	96	16

(Tabela pelo autor)

da intervenção indiana e da sucessão bengalesa, nos anos de 1971-72, alimentou um “retorno ao Islamismo” como o principal remédio (junto com armas nucleares e relações mais estreitas com a China) para o trauma nacional e as preocupações com relação a novas perdas territoriais decorrentes da maliciosa política externa indiana. A crise do Paquistão Oriental, hoje Bangladesh, motivou as forças armadas paquistanesas a investirem mais pesadamente nos grupos militantes islâmicos — especialmente naqueles do extremo oeste do país — como um componente da defesa nacional.

A manipulação do Afeganistão pelo Paquistão, para seus próprios fins de segurança, começou na década de 1950. O Afeganistão relutou em reconhecer prontamente a independência paquistanesa, tampouco admitiu a legitimidade da fronteira entre os dois países, representada pela Linha Durand. O recente governo instalado em Islamabad acreditava que os chefes afegãos apoiavam separatistas pashtun por todo o Paquistão, além de estarem envolvidos com a insurgência na província do Baluchistão. Dessa forma, as autoridades paquistanesas ajudaram a estabelecer o partido islâmico Jamaat-e-Islami como um participante ativo nas políticas afegãs<sup>10</sup>. Durante a década de 1970, o Paquistão “dobrou a aposta”, fornecendo armas e apoio financeiro a islamitas afegãos — conhecidos como a “célula afegã” — que visavam a depor a monarquia sediada em Cabul<sup>11</sup>.

O presidente militar do Paquistão entre os anos de 1977 e 1988, Comandante do Exército General Muhammad Zia-ul-Haq, acompanhou a dramática expansão de grupos militantes muçulmanos no interior do Paquistão, como o principal meio para lutar contra a ocupação soviética do Afeganistão, entre 1979 e 1989. Com dinheiro oriundo de Estados árabes, e com equipamentos militares provenientes dos EUA e da China, as forças armadas paquistanesas e, em especial, sua agência de informações (Inter-Service Intelligence — ISI) controlaram firmemente esses “combatentes da liberdade” jihadistas, por meio de uma grande variedade de acampamentos de refugiados e de lugares seguros por todo o Paquistão ocidental<sup>12</sup>.

Depois da derrota soviética, as Forças Armadas e o sistema de inteligência do Paquistão mantiveram seus vínculos com algumas dessas organizações militantes islâmicas. Vários grupos jihadistas permaneceram no Afeganistão por meia década, lutando em uma guerra civil que durou até o final dos anos 90<sup>13</sup>. Muitos outros

aceitaram missões secretas ou agiram veladamente por procuração em favor das autoridades em Islamabad, contra as “forças de ocupação indianas” em Jammu e Caxemira, contra alvos localizados no próprio território indiano e contra alguns países no Sul da Ásia que demonstravam maior alinhamento com a Índia<sup>14</sup>.

Os atentados da Al Qaeda de 11 Setembro colocaram o Paquistão bem no centro de um dilema. Os EUA deram ao presidente paquistanês, o Gen Pervez Musharraf, um ultimato:

o Paquistão poderia ser parceiro na nova guerra dos EUA contra os grupos terroristas islâmicos ou ser designado como inimigo e patrocinador do terrorismo internacional<sup>15</sup>. Musharraf aceitou a oferta de uma aliança contra o terrorismo. Ele a considerou problemática, mas bem mais atraente do que a possibilidade de que os Estados Unidos formassem uma aliança contra o terrorismo com a Índia, transformando o Paquistão em alvo, em vez de um parceiro<sup>16</sup>.

No final de 2001, Musharraf enviou cautelosamente algumas unidades paramilitares de fronteira paquistanesas à fronteira afegã como uma demonstração de solidariedade com forças contraterroristas norte-americanas, engajando militantes da Al Qaeda e do Talibã que fugiam do Afeganistão. Incursões subsequentes de forças militares e paramilitares paquistanesas no Paquistão ocidental, em

**Thomas F. Lynch III,**

é bolsista pesquisador com distinção sobre o Sul da Ásia e o Oriente Próximo no Institute for National Strategic Studies da National Defense University, posição que desempenha desde que entrou para a reserva do Exército dos EUA, como coronel, em setembro de 2010. Durante o serviço ativo, serviu como ajudante especial sobre assuntos de segurança no Sul da Ásia para o Chefe do Joint Chiefs of Staff (Organização que reúne os Comandantes das Forças Singulares dos EUA) Alte Esq Mike Mullen, entre 2008 e 2010; comandante de apoio regional do Exército no Catar, entre 2005 e 2007; assistente especial para o Comandante do Comando Central dos EUA para assuntos de segurança do Sul da Ásia, entre 2004 e 2005; e assistente militar especial ao embaixador do Afeganistão, em 2004. É bacharel pela Academia Militar dos EUA, em West Point, e mestre e doutorado em Relações Internacionais pela Woodrow Wilson School of Public and International Affairs na Princeton University.

2004, 2006 e 2008, não trouxeram bons resultados, com as milícias tribais criando embaraços para as tropas regulares paquistanesas durante uma série de engajamentos. As forças armadas paquistanesas assinaram acordos de paz que não duraram muito. Inconformados com aquilo que consideravam ser a traição de Musharraf aliando-se com os Estados Unidos, vários grupos militantes islâmicos repudiaram o Paquistão, em 2008, invadindo o Distrito de Swat e declarando jihad na província do Waziristão do Norte, além de lançarem ataques terroristas através de uma grande extensão do seu território<sup>17</sup>.

Antes do final da década 2000, os serviços militares e de inteligência do Paquistão enfrentaram uma realidade pós-11/9 desconcertante: precisavam lidar com “bons” e “maus” militantes islâmicos. O país estabeleceu um método diferenciado para lidar com os diversos grupos. Se um grupo militante priorizasse os interesses do Estado paquistanês, colocando as causas islâmicas internacionais em segundo plano, receberia apoio de Islamabad. Se o grupo priorizasse as causas islâmicas internacionais, mas mantivesse seu apoio ou permanecesse neutro em relação ao Paquistão, seria tratado com cautela, mas quase sempre com negligência benigna. Porém, se a organização militante ameaçasse o Estado paquistanês ou o considerasse alvo da jihad islâmica internacional, então seria tratado como inimigo. Em alguns casos, os grupos islâmicos mudavam de uma baixa ameaça a uma elevada ameaça, ou vice-versa. Em tais casos, os serviços militares e de inteligência redefiniriam a forma de tratamento desses grupos<sup>18</sup>.

combatentes estrangeiros que apoiam os jihadistas nativos ou desafiam seriamente os aliados internacionais da nação (e.g., China ou os Estados da Ásia Central). Dentre essas organizações, se destacam o Movimento Islâmico do Uzbequistão, o Movimento do Turquistão Oriental, o Estado Islâmico e membros independentes da Al Qaeda. Entre 2010 e 2017, o Paquistão empenhou em média cerca de 140.000 de seus 644.000 integrantes das forças armadas em operações de contrainsurgência e de contraterrorismo em suas províncias ocidentais — quase 25% de uma força cuja liderança preferia dedicar à ameaça representada pela Índia<sup>19</sup>.

Ainda, o Paquistão tem colaborado alternativamente ou atacado fações islâmicas que oscilam em sua fidelidade ao Estado paquistanês. Incluídos nesse universo — que alguns acadêmicos intitulam “amigos-inimigos” — estão Lashkar-e-Jhangvi, fações do Talibã paquistanês lideradas por Mualvi Nazir e Gul Bahader e ex-chefes do Lashkar-e-Tayyibah, como Ilyas Kashmiri<sup>20</sup>. Esse método permite que o ISI coloque as fações islâmicas umas contra as outras, aproveitando os diversos grupos para obter diferentes vantagens em vários tipos de conflitos, tanto na segurança externa quanto interna.

Finalmente, o Paquistão controla diretamente e, muitas vezes, capacita grupos como Lashkar-e-Tayyibah, Sipha-e-Sahaba Pakistan, o Talibã afegão e a HQN. Esses grupos são úteis nas operações não convencionais realizadas diretamente contra a Índia, nos territórios de Jammu e da Caxemira e no Afeganistão. Além disso, eles não

“

Antes do final da década 2000, os serviços militares e de inteligência do Paquistão enfrentaram uma realidade pós-11/9 desconcertante: precisavam lidar com ‘bons’ e ‘maus’ militantes islâmicos.

”

Desde 2009, as forças armadas paquistanesas têm lutado continuamente contra seletos grupos de militantes islâmicos que promovem a jihad contra o Estado paquistanês: o Tehrik-e-Taliban Pakistan (Movimento Talibã no Paquistão), o Talibã paquistanês, o Tehreek-e-Nafaz-e-Shariat-e-Mohammadi, dentre outros. Além disso, o Paquistão já realizou ações militares internas contra

lançam ataques contra o Estado paquistanês. O Talibã afegão e a HQN possuem vínculos estreitos com as forças de segurança paquistanesas.

As autoridades militares em Islamabad alegam repetidamente que seu país é, de fato, a grande vítima da campanha de contraterrorismo “imposta” pelos Estados Unidos e por outros Estados ocidentais, em 2001<sup>21</sup>. Desde 11/9, mais de 4.100 militares paquistaneses morreram e



mais 13.500 ficaram feridos. A nação já amargou mais de 80.000 mortes de civis, além da perda de mais de US\$ 120 bilhões<sup>22</sup>. Ao declarar esses gastos, a liderança militar do Paquistão chama atenção para o fato de que seus militares “mártires” excedem, em muito, as 2.353 mortes de soldados norte-americanos no Afeganistão entre 2001 e 2014<sup>23</sup>.

Independentemente da insatisfação do Paquistão sobre a guerra contra o terrorismo, sua luta contra os militantes antipaquistaneses se intensificou, em 2014, com uma operação de contrainsurgência, há muito esperada e comunicada, no Waziristão do Norte. A cognominada operação *Zarb-e-Azb* se estendeu até o final de 2017. Desde seu início, as autoridades civis e militares paquistanesas alegaram que lutam contra terroristas no Paquistão, sem tratamento discriminatório entre os grupos<sup>24</sup>. Contudo, a norma do Paquistão de exercer tratamento diferenciado entre os grupos militantes islâmicos permanece inalterada<sup>25</sup>. Em 2018, não há evidência alguma de que o sistema de segurança paquistaneses está tomando ou tomará medidas para dismantelar o Lashkar-e-Tayyibah, a HQN, o Talibã afegão ou dezenas de outros grupos militantes que ainda fazem parte do “arsenal militar não convencional” do país<sup>26</sup>.

Um comando paquistaneses (à esquerda) e um soldado indiano gesticulam, um ao outro, durante uma cerimônia de arreamento de bandeiras, em Wagah, um vilarejo fronteiriço entre os dois países, perto de Lahore, a capital da Província de Punjab, 9 Jan 17. Essa dramática cerimônia acontece todos os dias e atrai muitos visitantes de ambas as nações. (Liu Tian/Xinhua/Alamy Live News)

## A Estratégia Norte-Americana Pós-11/9 e o Outro Jogo de Duplas Intenções: Com o Paquistão e Contra o Paquistão

O objetivo estratégico imediato dos EUA no Afeganistão, logo após os atentados de 11/9, foi a aniquilação da Al Qaeda. O Emirado Islâmico do Afeganistão se interpôs a esse objetivo, ao se recusar a aceitar o ultimato de Washington sobre a Al Qaeda e seu líder, Osama bin Laden. Dessa forma, o regime Talibã teve que ser deposto. As forças militares dos EUA, trabalhando em conjunto com milícias afegãs anti-Talibã, no final de 2001, derrotaram o governo teocrático do Mulá Omar instalado em Cabul, obrigando seus remanescentes a fugirem para o Paquistão. Por todo o ano de 2002 e início de 2003, as Forças Armadas dos EUA conduziram intensas operações militares por todo o Afeganistão, a fim de eliminar as



últimas células da Al Qaeda e de seus simpatizantes afegãos. Ao longo desse mesmo período, as agências de informações dos EUA trabalharam estreitamente com a inteligência e a polícia paquistanesas, a fim de prender diversos líderes e militantes da Al Qaeda. O governo George W. Bush esperava que o Talibã — banido no Afeganistão e em desordem no Paquistão — fosse desmantelado por Musharraf<sup>27</sup>.

No entanto, Musharraf não o fez. O valor do Talibã afegão e dos grupos afiliados, como a HQN, para a segurança paquistanesa ultrapassou os possíveis benefícios de eliminá-los segundo uma perspectiva que mais interessava aos EUA. Segundo se crê, entre 2002 e 2004, Omar evitou atrair a atenção para si mesmo no Paquistão. Por sua vez, o governo de Islamabad manteve-se vigilante quanto ao rumo das políticas norte-americanas na região.

Cada vez mais, a liderança paquistanesa não gostou do que viu. Primeiro, o novo governo em Cabul, liderado por um pashtun, o Presidente Hamid Karzai, parecia estar sujeito a grande influência de

Apoiadores da organização islâmica Difa-e-Pakistan (Conselho de Defesa Paquistanês) queimam uma bandeira norte-americana enquanto gritam frases de ordem, protestando contra ataques de veículos aéreos não tripulados em seu país, Karachi, Paquistão, 8 Nov 13. (Athar Hussain, Reuters)

outros grupos étnicos afegãos, considerados hostis às aspirações paquistanesas de segurança e demasiadamente próximos a interlocutores indianos. Segundo, ele considerava que os Estados Unidos estavam muito interessados no Iraque, desejosos de invadi-lo e sair totalmente do Afeganistão. No final de 2004, esses temores pareciam se confirmar, quando os Estados Unidos anunciaram que, nos próximos dois anos, começariam uma transferência gradual da liderança da missão no Afeganistão para a OTAN<sup>28</sup>. Por último, Musharraf se preocupava com as políticas mais amplas dos EUA na região. Ele se sentiu traído pela crescente obsessão de Washington com a Índia. Os Estados Unidos ofereceram uma alternativa diplomática a Nova Delhi, finalizando os detalhes de um acordo de programa nuclear civil com o país, algo que não foi oferecido ao Paquistão. Musharraf considerou

isso um ato desleal. Os Estados Unidos exibiam velhos hábitos, tornando-se um parceiro pouco confiável, pronto para sair prematuramente do Afeganistão e deixando o Paquistão vulnerável à instabilidade lá existente. Sob a perspectiva paquistanesa, os Estados Unidos exerciam seu próprio jogo de duplas intenções.

Já em 2004, Omar tinha regenerado o comando militar e político do Talibã afegão de dentro do Paquistão. Previsivelmente, o Paquistão deixara que ele se reorganizasse. Em 2006, um Talibã afegão renovado se infiltrou nas províncias de Kandahar e Helmand, ameaçando o plano dos EUA de sair do Afeganistão.

Ao mesmo tempo, agências de inteligência norte-americanas, inglesas e de outros países ocidentais começaram a rastrear, ao longo da fronteira afegã-paquistanesa, um número surpreendente de planos complexos e espetaculares de atentados terroristas contra suas respectivas terras natais. Fabricantes de bombas egípcios e professores de artes marciais sauditas foram identificados, trabalhando ao lado de jihadistas britânicos, norte-americanos e europeus ocidentais em refúgios localizados no oeste do Paquistão, visando a lançarem ataques entre os anos de 2005 e 2007, cujos efeitos poderiam ter sido devastadores. Dentre os potenciais alvos estavam pontes e aeroportos norte-americanos e aeronaves britânicas<sup>29</sup>.

Preocupados com o novo centro do terrorismo internacional e o ressurgimento do Talibã afegão, em 2006 e 2007, os Estados Unidos formularam duas análises estratégicas relacionadas àquela região — uma começada durante o final do mandato do governo George W. Bush e a segunda, em 2009, durante os primeiros meses da administração Obama. Ambos os documentos afirmaram que, embora os Estados Unidos tivessem vários interesses estratégicos na região do Sul da Ásia, o objetivo de contraterrorismo permanecia primordial. Ademais, tanto o Afeganistão quanto o Paquistão continuavam sendo alvo da cobiça de terroristas internacionais como áreas de refúgio e “santuários” e que, no caso de uma eventual queda do governo afegão e da sobrevivência da Al Qaeda, a região tornar-se-ia novamente um local seguro para extremistas islâmicos determinados a, “matar tanto quantos pudessem do nosso povo”<sup>30</sup>.

As análises políticas norte-americanas, em 2008 e 2009, resultaram na elaboração de uma estratégia “Af-Paq”, além de uma melhoria no engajamento

civil-militar no âmbito das forças dos EUA e da OTAN, entre 2009 e 2012. O surgimento de pessoal militar, diplomático e de inteligência, no Afeganistão durante esse período, teve por objetivo enfraquecer o Talibã e ganhar tempo para que Cabul desenvolvesse um governo crível, além de uma força militar capaz de derrotar o Talibã sozinha. Os Estados Unidos ofereceram incentivos militares e econômicos para o Paquistão se tornar um “parceiro estratégico” em toda sua plenitude. Porém, Islamabad nunca abandonou o Talibã por completo. Quando o Presidente Barack Obama, em um discurso proferido na academia militar de West Point no dia 1º de dezembro de 2009, anunciou o fatídico cronograma que limitava o período de permanência das tropas norte-americanas na região, o Paquistão advertiu os Estados Unidos quanto aos riscos da linha de ação escolhida por Washington e manteve seu próprio conceito de guerra contra o terror<sup>31</sup>.

A limitada cooperação em contraterrorismo do Paquistão, depois de 2009, incluiu o compartilhamento de informações sobre terroristas internacionais e uma relutante aceitação de uma campanha de veículos aéreos não tripulados (VANT) dos EUA contra chefes terroristas na parte ocidental do seu país. Ao mesmo tempo, o Paquistão adotou uma postura ambígua quando lhe foi solicitado empenho para suprimir ou eliminar o Talibã afegão e a HQN. O Paquistão culpou a liderança incompetente do Afeganistão e o déficit de inteligência nas operações desencadeadas pelos EUA e OTAN, argumentando (e continua a fazê-lo) que se trata de um movimento insurgente nativo do Afeganistão, cujas reivindicações são alimentadas pela inépcia do governo de Cabul. A parceria em contraterrorismo entre os EUA e o Paquistão, entre 2009 e 2014, produziu resultados variados: por um lado, uma redução notável nas atividades da Al Qaeda e de outros grupos terroristas internacionais por todo o Paquistão ocidental e no leste do Afeganistão; mas, por outro lado, a manutenção de uma insurgência Talibã frustrantemente implacável.

Depois da incursão realizada pelas forças de operações especiais dos EUA que eliminou Osama bin Laden, em maio de 2011, perto de um complexo militar paquistanês, a tentativa de uma parceria estratégica entre os dois países veio inexoravelmente a baixo. Uma força militar dos EUA, para treinar, equipar e aconselhar um esforço de contrainsurgência no Paquistão, chegou ao

seu máximo de 650 pessoas, em 2009; diminuiu para aproximadamente 200 pessoas, em meados de 2015; e caiu para, no máximo, 60 pessoas, em 2017. A assistência militar dos EUA aos esforços de contraterrorismo paquistaneses se tornou menos generosa e mais condicionada a termos e resultados. As parcerias militares e econômicas entre os EUA e o Paquistão declinaram consideravelmente, de um patamar de US\$ 3,5 bilhões em 2011 para menos de US\$ 1 bilhão em 2016 (ainda assim, boa parte desse valor foi suspensão por não atender às condições impostas por Washington, além de um tuíte do Presidente Trump, em janeiro de 2018, ameaçando cortar o apoio à Islamabad)<sup>32</sup>. Embora com menos frequência, os Estados Unidos continuaram a conduzir ataques por meio de VANT contra alvos designados como terroristas internacionais ou seletos militares afegãos homiziados no território paquistanês.

Em 2013, o Presidente Obama anunciou a intenção de os EUA transferir a liderança das operações de contrainsurgência contra o Talibã para as próprias forças afegãs, antes do final de 2014, e retirar tudo, menos uma pequena força contraterrorista e um escritório de ligação do Afeganistão, antes do final de 2015. Essa segunda tentativa de se retirar do Afeganistão encontrou mais um percalço em meados de 2015. Naquele ano, enquanto as forças de segurança nacionais afegãs se esforçaram para manter o território diante de operações revigoradas do Talibã, os Estados Unidos descobriram um campo de treinamento surpreendentemente grande da Al Qaeda em Shorabak, um distrito controlado pelo Talibã a oeste de Kandahar. Isso levou à execução de uma operação combinada de 200 militares americanos e soldados das forças especiais afegãs com o intuito de erradicar o reduto terrorista no outono de 2015<sup>33</sup>.

Quase ao mesmo tempo, o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS, na sigla em inglês) surgiu no Afeganistão. Um número pequeno, mas “barulhento”, de jihadistas islâmicos nativos — a maioria deles provenientes de dissidências entre grupos militantes locais de longa duração, como o Talibã paquistanês — se declarou ser afiliado do ISIS e designou seu movimento como ISIS-Khorasan (ISIS-K)<sup>34</sup>. O Presidente Obama prestou atenção ao desenvolvimento do ISIS-K e à renovação da Al Qaeda. Os Estados Unidos frearam sua retirada e ajustaram levemente suas regras de engajamento. Outro esforço norte-americano para sair do Afeganistão foi frustrado por preocupações

persistentes com relação ao terrorismo. A relação de Washington com o Paquistão chegou ao seu ponto mais baixo desde o 11/9, a despeito da revisão das opções estratégicas para o Sul da Ásia iniciada, em 2017, pela administração Trump<sup>35</sup>. Em Islamabad, autoridades civis e militares assumiram uma postura do tipo “eu te disse” diante dessa segunda tentativa frustrada de os EUA saírem do Afeganistão.

Paralelamente ao declínio da relação entre os EUA e o Paquistão pós-2011, o governo de Islamabad tem fortalecido sua relação com a China. Estima-se que o acordo que estabelece o Corredor Econômico China-Paquistão, anunciado no início de 2015, injetará US\$ 50 bilhões, ao longo da próxima década, na sempre frágil economia paquistanesa, para construção, infraestrutura e desenvolvimento do programa nuclear. Ademais, o Paquistão tem recebido, cada vez mais, equipamentos militares provenientes da China, tornando-se menos dependente dos EUA.

Desde o final de 2017, a postura estratégica paquistanesa tem sido regida por algo conhecido como “Doutrina Bajwa” — nome do comandante do exército e, por conseguinte, autoridade mais poderosa do país, Gen Qamar Javed Bajwa. De acordo com sua doutrina não escrita, mas frequentemente citada, o Paquistão deixou de receber ultimatos dos Estados Unidos e do resto do mundo sobre como deve fazer mais para erradicar o terrorismo em seu próprio território. Ao contrário, é o resto do mundo que deve se perguntar como fazer mais para ajudar o Paquistão<sup>36</sup>. A Doutrina Bajwa sugere que há pouco em termos de “influência” que os Estados Unidos podem exercer, atualmente, para compelir o Paquistão a mudar sua opinião histórica e inalterável com relação ao Talibã afegão e à HQN.

## **Escopo Essencial para a Cooperação: Além do Jogo de Duplas Intenções**

Uma importante base de concordância mútua sobre colaboração no contraterrorismo entre os Estados Unidos e o Paquistão tem se perdido nas crescentes recriminações entre os dois países sobre o Talibã afegão e a HQN. Os Estados Unidos e o Paquistão têm concordado — e parecem propensos a manterem essa concordância — sobre certos grupos terroristas islâmicos que julgam devem ser atacados e, frequentemente, sobre como atacá-los. A despeito das divergências e da existência de pontos de atrito, em geral, a cooperação

**Tabela 3. Campanha Secreta de Ataques de VANT dos EUA no Paquistão**

Anos	Governo dos EUA	Número de ataques de VANT no Paquistão	Militantes eliminados (estimado)	Civis paquistaneses mortos (estimado)	Terroristas notáveis confirmados mortos
2004-08	Bush G. W.	46	266	128	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nek Mohammad (Talibã)</li> <li>• Abdul Rehman (Talibã)</li> <li>• Abu Khabab al Masri (Al Qaeda [AQ])</li> </ul>
2009-14	Bush, G. W. e Obama	342	2.064	143	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sa'ad bin Laden (AQ)</li> <li>• Ilyas Kashmiri (AQ)</li> <li>• Baitullah Mehsud</li> <li>• (Tehrik-i-Taliban Pakistan [TTP])</li> <li>• Tahir Yuldashev</li> <li>• (Islamic Movement of Uzbekistan)</li> <li>• Hakimullah Mehsud (TTP)</li> <li>• Maulvi Nazir (Talibã)</li> <li>• Badruddin Haqqani</li> <li>• (Rede Haqqani [HQN])</li> </ul>
2015-16	Obama	13	62	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulá Mansour (Emir do Talibã)</li> <li>• Ustad Ahmad Farooq (AQ)</li> <li>• Adam Ghadan (AQ)</li> </ul>
2017-18	Trump	12	45	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abu Bakar Haqqani (HQN)</li> <li>• Abdul Raheem (AQ)</li> </ul>
		413	2.437	275	

(Tabela pelo autor)

bilateral na área do contraterrorismo tem contribuído para a consecução de muitas metas políticas comuns, especialmente, o objetivo político constante dos EUA: a prevenção de um ataque terrorista devastador contra o território norte-americano ou seus ativos no exterior. Entre as muitas evidências frequentemente desconsideradas, três exemplos dos êxitos dessa parceria em contraterrorismo merecem destaque.

Primeiro, as agências de inteligência e de segurança do Paquistão e dos EUA atuaram de forma coordenada em ações que resultaram na morte ou captura de mais de cem chefes e agentes do terrorismo internacional. Além disso, essa cooperação já interrompeu ou

preveniu várias dezenas de atentados terroristas que poderiam ter um efeito catastrófico. Entre 2001 e 2003, a cooperação produziu dezenas de detenções e mortes de agentes do alto escalão da Al Qaeda e outras organizações afiliadas. Muitas dessas operações — como aquela que levou à captura do arquiteto dos atentados de 11/9, Khalid Sheikh Mohammad — ocorreram durante operações no próprio Paquistão<sup>37</sup>. Outros esforços colaborativos coletaram informações necessárias dentro do Paquistão para interromper e mesmo desmantelar grupos terroristas islâmicos na Indonésia, Malásia e em outros lugares<sup>38</sup>. Do final da década de 2000 até os dias atuais, as informações coletadas no

Paquistão têm inibido ou impedido ataques terroristas de vulto planejados por grupos e chefes jihadistas em diversos países. Tal colaboração capturou Younis al-Mauritani, um jovem agente da Al Qaeda no Paquistão, antes que seu plano para desencadear ataques terroristas espetaculares, na Europa ocidental, pudesse ser colocado em prática<sup>39</sup>. Há razões de sobra para acreditar que o Paquistão e os Estados Unidos podem continuar a colaborar nesses tipos de atividades no futuro.

Segundo, desde 2004, os Estados Unidos e o Paquistão já cooperaram em ataques de VANT contra os principais líderes e grupos de terroristas internacionais por todo o Paquistão ocidental. Essa cooperação tácita tem sido, frequentemente, ocultada de uma opinião pública fracionada diante da controvérsia que o tema suscita. O ISI trabalha secretamente com os Estados Unidos, ajudando na maioria dos ataques, por vezes, fornecendo descrições detalhadas dos alvos e avaliando danos. Por questões internas, porta-vozes e oficiais de relações públicas do Paquistão já negaram seu envolvimento e protestaram contra os ataques norte-americanos como uma violação da soberania paquistanesa.

Entre 2004 e 2007, a postura política dos EUA e do Paquistão em relação aos ataques de VANT já passou por quatro etapas distintas: a fase inicial, entre 2004 e 2008, sob a administração Bush; a fase da Estratégia Af-Paq durante o governo do Presidente Obama, entre

**Tabela 4. Mortes Americanas e Afegãs, 2001–2017**

Anos	Número de militares dos EUA mortos	Número de afegãos das forças de segurança mortos (estimado)	Número de civis afegãos mortos (estimado)
2001	12	N/A	N/A
2002	49	N/A	N/A
2003	48	N/A	N/A
2004	52	N/A	N/A
2005	99	N/A	800+
2006	98	N/A	1.000+
2007	117	1.012	1.523
2008	155	1.106	2.100
2009	317	928	2.412
2010	499	1.480	2.777
2011	418	1.950	3.021
2012	310	3.400	2.769
2013	127	4.700	2.969
2014	55	4.380	3.710
2015	22	7.000	3.545
2016	14	5.500	3.498
2017	17	5.200	3.438
<b>Total</b>	<b>2.409</b>	<b>33.856</b>	<b>35.000+</b>

(Tabela pelo autor)

2009 e 2014; uma terceira fase, marcada pela redução dos ataques, ainda, sob a administração Obama, entre os anos de 2015 e 2016; e, por fim, uma quarta fase, caracterizada por um renovado número de ataques sob a presidência Trump, em 2017 e 2018 (veja a Tabela 3)<sup>40</sup>.

Acredita-se que mais de 2.500 militantes tenham morrido durante a execução de mais de 400 ataques de drones tornados públicos. Muitos dos oponentes eliminados estavam nas principais listas de procurados dos EUA. Dezenas de líderes seniores da Al Qaeda foram

abatidos nos anos iniciais da campanha. Além disso, muitos chefes e agentes de grupos terroristas internacionais foram mortos, como militantes do Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), o Movimento do Turquistão Oriental e jihadistas chechenos, por exemplo.

A campanha secreta de VANT, também, ajudou o Paquistão a eliminar vários membros de seus grupos jihadistas mais ameaçadores, incluindo Tehrik-e-Taliban Pakistan e Tehreek-e-Nafaz-e-Shariat-e-Mohammadi. A atuação secreta permitiu que unidades militares e as agências de inteligência aparentassem não estarem envolvidas, obtendo o benefício de segurança<sup>41</sup>.

Antes do final do governo Obama, os Estados Unidos e o Paquistão tinham expandido a cooperação, incluindo ataques contra grupos que ambos consideravam uma ameaça, como ISIS-K. Os Estados Unidos continuam a conduzir ataques limitados de VANT contra chefes do Talibã afegão e da HQN identificados no Paquistão. Ataques contra esses grupos são uma fonte de atrito entre os dois países, mas ainda não levaram a um ultimato paquistanês que exigisse que os Estados Unidos parassem ou a quaisquer ameaças de derrubada de VANT norte-americanos no espaço aéreo paquistanês. Isso sugere que os bombardeios podem continuar de uma maneira secreta e prudente.

Terceiro, há provas circunstanciais de que o Paquistão exerça um papel limitador na escala e no âmbito dos ataques do Talibã afegão contra militares e outro pessoal dos EUA no Afeganistão. Evidente desde 2001, o papel do Paquistão parece ter se tornado, especialmente, importante a partir de 2015. O ISI certamente tem ajudado a impedir o acesso do Talibã a armas mais letais e poderosas. Em mais de 17 anos de operações aéreas contínuas, as aeronaves dos EUA e de coalizão da OTAN nunca reportaram o fogo de armas antiaéreas modernas. Nunca houve relatos de operações nas quais o Talibã afegão ou a HQN tenham empregado artilharia de maior calibre ou veículos blindados (e.g., carros de combate ou viaturas de transporte de pessoal). Decerto, a parceria em contraterrorismo entre os EUA e o Paquistão tem contribuído para essa realidade — e isso deve ser um benefício contínuo, enquanto essa parceria permanecer em vigor.

Desde 2015, as mortes de militares dos EUA por ano têm diminuído significativamente — atingindo mínimos históricos em 2016 e 2017 (veja a Tabela 4)<sup>42</sup>. Naturalmente, parte dessa redução pode

ser explicada pelo número decrescente de tropas norte-americanas por todo o Afeganistão — 9.800 soldados em 2016 e 2017, aproximadamente um décimo da quantidade desdobrada em 2011 — e por menos militares americanos designados a lugares isolados, em apoio às operações de contrainsurgência das forças de segurança afegãs. Contudo, o declínio bastante significativo de ataques diretos a instalações militares dos EUA não parece ter ocorrido espontaneamente. É bem provável que o interesse do ISI em limitar os ataques às forças militares dos EUA tenha exercido um papel importante. Trata-se de algo que os Estados Unidos devem ser capazes de, no futuro, incentivar continuamente nos paquistaneses.

## Interesses e Ações Norte-Americanas — De Ouvidos Surdos à Colaboração Sustentável

Às vezes, uma dose de pressão e atrito adicionais no trato com parceiros de segurança vacilantes podem produzir bons resultados estratégicos. Todavia, mais frequentemente, os formuladores de política obtêm melhores resultados quando se empenham na resolução de problemas complexos por meio da cooperação para se alcançar resultados minimamente aceitáveis.

O objetivo principal — e minimamente aceitável — das políticas dos EUA sobre o Afeganistão e o Paquistão permanece o mesmo desde 12 de setembro de 2001, isto é, que nenhum desses lugares volte a ser um antro de organizações jihadistas internacionais tramando, planejando e executando ataques terroristas catastróficos contra o território dos EUA ou seus principais interesses no exterior. Na realidade, os Estados Unidos têm sido bem-sucedido nesse objetivo. Não houve quaisquer ataques terroristas catastróficos em solo norte-americano ou contra seus bens principais no exterior provenientes do Afeganistão ou do Paquistão, desde 2001. As tramas mais perigosas descobertas no Paquistão ocidental durante o período de 2004 a 2011 foram impedidas graças à colaboração entre Washington e Islamabad. Apesar dos esforços óbvios da Al Qaeda, em 2015, nenhum novo grande campo de treinamento terrorista foi reativado no Afeganistão. A cooperação no contraterrorismo entre os dois países já ajudou o Paquistão a não se tornar um centro exportador de terror internacional. A continuada presença militar e de inteligência dos EUA no Afeganistão tem sido fundamental para isso.

Ao mesmo tempo, permanece altamente improvável que no futuro o Paquistão concorde com Washington ou Cabul sobre a necessidade de dismantelar permanentemente o Talibã afegão ou a Rede Haqqani. O recente êxito declarado pelo Paquistão na supressão das suas principais ameaças terroristas domésticas durante a Operação *Zarb-e-Azb* já reforçou uma percepção justa do seu método de contraterrorismo. Os princípios fundamentais da Doutrina Bajwa fazem com que qualquer esforço de pressão adicional dos EUA sobre o Paquistão esteja fadado ao insucesso. A resposta indiferente do Paquistão ao tuite do Presidente Donald Trump, de 4 de janeiro de 2018, que suspendeu os US\$ 900 milhões em assistência à segurança paquistanesa; o desinteresse das autoridades em Islamabad quando a Subsecretária para o Sul da Ásia, Alice Wells, em janeiro, tentou transmitir outra mensagem do descontentamento norte-americano; e o sorriso educado, mas perplexo, na cara do Primeiro-Ministro paquistanês Abbasi, em março de 2018, quando o Vice-Presidente dos EUA Mike Pence lhe disse que Islamabad “precisa fazer mais para lidar com a presença continuada do Talibã, da Rede Haqqani e de outros grupos terroristas operando no seu país”, demonstram a futilidade de se tentar pôr mais pressão sobre o Paquistão hoje<sup>43</sup>.

A alternativa para os Estados Unidos é manter, no Afeganistão, uma força militar e de inteligência prudente, de baixo efetivo, a fim de inibir qualquer retorno de entidades terroristas internacionais e trabalhar profissional e deliberadamente em cooperação com os paquistaneses para fazer frente aos grupos terroristas de um modo considerado razoável por esse país.

A performance histórica dos EUA na luta contra terroristas ao lado do Paquistão está longe de ser perfeita. No entanto, o desempenho histórico do êxito contra o terrorismo sem a participação do Paquistão, durante o período de 1992 a 2001, foi muito pior. A situação delicada e ainda perigosa exige a manutenção, de alguma forma, do engajamento militar dos EUA com Rawalpindi (sede do quartel-general do Exército paquistanês), embora em um nível reduzido em comparação com os últimos 17 anos. Decerto essa abordagem corresponderá bem mais às necessidades mínimas de segurança dos EUA do que, simplesmente, um abandono total da parceria em contraterrorismo e a supressão de interações entre as forças militares de ambos os países, como algumas pessoas recomendam<sup>44</sup>.

Apesar do influxo de dinheiro chinês, desde 2015, o Paquistão permanece um Estado extremamente volátil. Ele pode cometer erros de cálculos acerca das intenções indianas e ver-se envolvido em uma grande guerra fronteiriça, onde seu arsenal nuclear tático pode ser usado — com os danos catastróficos subsequentes. É provável que Islamabad mantenha suas relações com uma infinidade de grupos militantes islâmicos considerados importantes para a consecução dos interesses de segurança paquistaneses nas regiões de Jammu e Caxemira, no Afeganistão e contra a Índia. Ao mesmo tempo, as forças armadas do Paquistão continuarão seguindo um curso seletivo de operações de contrainsurgência contra grupos jihadistas considerados inimigos pelo Estado paquistanês. O apoio ostensivo ou secreto dos EUA para os esforços paquistaneses contra grupos militantes opostos ao seu governo deve ser mantido. Além disso, os Estados Unidos deveriam fazer um melhor trabalho como mediador entre as forças armadas afegãs e paquistanesas, a fim de limitar conflitos entre ambas — que têm se tornado mais letais entre 2016 e 2018, depois da retirada de conselheiros militares dos EUA e fechamento de seus postos de controle na fronteira<sup>45</sup>.

No mínimo, os EUA devem manter bases capazes e flexíveis em Cabul e Bagram para controlar os esforços de contraterrorismo no Afeganistão e no Paquistão e oferecer uma opção estratégica para lidar com as possibilidades preocupantes no Paquistão<sup>46</sup>. Forças de operações especiais e equipes de inteligência dos EUA, adequadamente apoiadas, podem localizar e atacar militantes assinalados por agências de segurança paquistanesas, ao mesmo tempo que admitem que não receberão informações abrangentes sobre alvos de diversos outros grupos militantes que Islamabad não considere uma ameaça. Uma capacidade de inteligência norte-americana autônoma será necessária para proporcionar dados especiais e de contraterrorismo aos meios dos EUA, que os serviços de informações afegãos não poderão fornecer e que não se pode esperar que o ISI o faça<sup>47</sup>.

Não parece sensata a postura anunciada pelo governo do Presidente Trump de eliminar completamente o sistema de cooperação militar para o enfrentamento ao terrorismo entre os EUA e o Paquistão. Em vez disso, seria mais prudente adotar uma política capaz de sustentar a colaboração bilateral, ainda que limitada, com concessões flexíveis de até US\$ 750 milhões por ano,

junto com concessões continuadas de apoio relacionadas à economia de até US\$ 500 milhões por ano e mais US\$ 300 milhões por ano em programas mais amplos de assistência à segurança<sup>48</sup>. Essas quantias de dinheiro não compelirão os serviços militares e de inteligência paquistaneses a terminarem suas relações inúteis com uma variedade de grupos militantes salafistas jihadistas. Contudo, esse dinheiro ajudará a sustentar o diálogo americano-paquistanês nos fóruns militares e civis de contraterrorismo, mantendo abertas as possibilidades da troca de informações críticas e — se necessário — ações conjuntas em resposta a crises.

Em última análise, a manutenção de uma presença continuada de segurança militar e de informações estratégicas dos EUA no Afeganistão é a melhor opção contra os riscos inerentes à presença de vários grupos terroristas globais operando na região, que frequentemente se confundem com os grupos militantes no Paquistão<sup>49</sup>. É possível que a estratégia para o Sul da Ásia do governo Trump, de agosto de 2017, consiga reequilibrar apropriadamente a presença de forças dos EUA no Afeganistão — acrescentando e redefinindo a missão de mais 4.000 membros da inteligência militar, assessores para as unidades afegãs e unidades de ataque aéreo, capazes de

ajudar as forças de segurança afegãs a manterem o Talibã à distância e prevenir o retorno de um refúgio para a Al Qaeda ou qualquer outro grupo terrorista internacional.

Os EUA precisam ajustar uma estratégia quase perfeita, menos direta e mais sutil em relação ao Paquistão — algo que não seja “tão quente” nem “tão frio”. Washington pode continuar a deter e impedir grandes ameaças terroristas no Paquistão, trabalhando com as autoridades em Islamabad em esforços de contraterrorismo limitados, mas mutuamente benéficos, que têm demonstrado resultados importantes ao longo dos últimos 17 anos.

Entendido em seu contexto mais amplo, o jogo de duplas intenções do governo de Islamabad é, na realidade, um jogo de duplas intenções para ambos, o Paquistão e os Estados Unidos. É igualmente frustrante para os dois lados, mas permanece como algo que pode ser aperfeiçoado por Washington de uma maneira que continue a atender ao seu principal objetivo estratégico no contraterrorismo global. ■

*As opiniões expressas neste artigo são responsabilidades do autor e não refletem necessariamente as posições da National Defense University, do Departamento de Defesa ou do Governo dos EUA.*

## Referências

1. Dennis Kux, *The United States and Pakistan, 1947–2000: Disenchanted Allies* (Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press with Johns Hopkins University Press, 2001), especialmente os capítulos 3–6.
2. Peter Bergen, *Holy War Inc.: Inside the Secret World of Osama Bin Laden* (New York: Simon and Schuster, 2002), p. 96–102; Steve Coll, *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden from the Soviet Invasion to September 10, 2001* (New York: Penguin Books, 2014): p. 340–41.
3. Lawrence Wright, *The Looming Tower: Al Qaeda and the Road to 9/11* (New York: Vintage Books, 2006), p. 416–20; Coll, *Ghost Wars*, p. 410–11.
4. Coll, *Ghost Wars*, p. 411.
5. Steve Coll, *Directorate S: The C.I.A. and America's Secret Wars in Afghanistan and Pakistan* (New York: Penguin Press, 2018), p. 50–57.
6. Stephen P. Cohen, *Shooting for a Century: The India-Pakistan Conundrum* (Washington, DC: Brookings Institute Press, 2013), p. 7–17; C. Christine Fair, *Fighting to the End: The Pakistan Army's Way of War* (Oxford, UK: Oxford University Press, 2014), p. 136–53.
7. Central Intelligence Agency, “South Asia: Pakistan”, The World Factbook, acesso em: 25 mai. 2018, [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print\\_pk.html](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_pk.html);
8. Central Intelligence Agency, “South Asia: India”, The World Factbook, acesso em: 25 mai. 2018, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>.
9. International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics, 2016* (London: Routledge, February 2016), p. 250–56, 279–82.
10. Shuja Nawaz, “The First Kashmir War Revisited”, *India Review* 7, no. 2 (2008): 115–54; John R. Schmidt, *The Unraveling: Pakistan in the Age of Jihad* (New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2011), p. 24–27.
11. Rizwan Hussein, *Pakistan and the Emergence of Islamic Militancy in Afghanistan* (Burlington, VT: Ashgate Press, 2005), p. 55–62.
12. Ibid., p. 63–85; Barnett Rubin, *The Fragmentation of Afghanistan* (New Haven, CT: Yale University Press, 2002), p. 83–84.
13. Coll, *Ghost Wars*, p. 67–68.
14. Ahmed Rashid, *Taliban* (Oxford, UK: Pan Books, 2000), p. 17–35; Coll, *Ghost Wars*, p. 190–220.

14. Fair, *Fighting to the End*, p. 112–32.
15. "U.S. 'Threatened to Bomb' Pakistan", BBC, 22 Sep. 2006, acesso em: 9 mai. 2018, [http://news.bbc.co.uk/2/hi/south\\_asia/5369198.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/5369198.stm); Tony Karon, "Why Pakistan's Musharraf Can Count on U.S. Support", *Time* (website), 12 Feb. 2002, acesso em: 9 mai. 2018, <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,202629,00.html>.
16. Pervez Musharraf, *In the Line of Fire: A Memoir* (New York: Free Press, 2006), p. 199–207; Coll, *Directorate S*, p. 53–55.
17. K. Alan Kronstadt e Kenneth Katzman, *Islamist Militancy in the Pakistan-Afghanistan Border Region and U.S. Policy*, CRS [Congressional Research Service] RL34763 (Washington, DC: CRS, 21 Nov. 2008), p. 4–14, acesso em: 9 mai. 2018, <https://www.fas.org/spp/crs/row/RL34763.pdf>; Daud Khattak, "Evaluating Pakistan's Offensives in Swat and FATA", *CTC Sentinel*, no. 10 (October 2011), p. 9–11, acesso em: 11 mai. 2018, <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2011/11/CTCSentinel-Vol4Iss103.pdf>.
18. Stephen Tankel, "Confronting Pakistan's Support for Terrorism: Don't Designate, Calibrate", *The Washington Quarterly* 39, no. 4 (Winter 2017): p. 167–68.
19. Anotações do autor, briefing militar paquistanês sobre a continuação de operações contra militantes contrários ao Estado nas regiões ocidentais do país, National Defense University, Washington, DC, 27 Abr. 2015.
20. Stephen Tankel, "Beyond the Double Game: Lessons from Pakistan's Approach to Islamist Militancy", *Journal of Strategic Studies* 41, no. 4 (2016): p. 559, 565–69.
21. Anotações do autor, briefing militar paquistanês
22. Os números são derivados das anotações do autor durante briefings de oficiais paquistaneses superiores na National Defense University, Washington, DC, 27 Abr. 2014 e 19 Abr. 2015; Yaroslav Trofimov, "In Its Own War on Terror, Pakistan Piles Up Heavy Losses", *The Wall Street Journal* (website), 10 Mar. 2014, acesso em: 9 mai. 2018, <http://www.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304691904579348820227129270>; Anwar Iqbal, "Pakistan Losses in War on Terror Fail to Impact U.S. Discourse", *Dawn*, 9 Jan. 2018, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.dawn.com/news/1381731>; Web Desk, "80,000 Pakistanis killed in U.S. 'War on Terror': Report", *The Express Tribune* (website), 29 Mar. 2015, acesso em: 11 mai. 2018, <https://tribune.com.pk/story/860790/80000-pakistanis-killed-in-us-war-on-terror-report/>; Imran Mukhtar, "Pakistan suffered \$107b Loss due to Terror War", *The Nation* (website), 5 Jun. 2015, acesso em: 11 mai. 2018, <http://nation.com.pk/islamabad/05-Jun-2015/pakistan-suffered-107b-loss-due-to-terror-war>; Zahid Gishkori, "50,000 Killed, \$80 Billion Loss Incurred in War on Terror, NA Told", *The Express Tribune* (website), 5 Dec. 2014, acesso em: 11 mai. 2018, <https://tribune.com.pk/story/802231/50000-killed-80b-loss-incurred-in-war-on-terror-na-told/>; "Fatalities in Terrorist Violence in Pakistan, 2003-2018", South Asian Terrorism Portal (SATP), acesso em: 11 mai. 2018, <http://www.satp.org/satporgtp/countries/pakistan/database/casualties.htm>.
23. Sara Tannhauser e Christoff Leuhrs, "The Human and Financial Costs of Operations in Afghanistan and Iraq", in *Lessons Encountered: Learning from the Long War*, eds. Richard D. Hooker Jr. e Joseph C. Collins (Washington, DC: National Defense University Press, 2015), p. 425–26.
24. Tim Craig e Carol Morello, "After Years of Delays, Pakistan Cracks Down on Violent Islamists", *The Washington Post* (website), 28 Dec. 2014, acesso em: 11 mai. 2018, [http://www.washingtonpost.com/world/after-years-of-delays-pakistan-cracks-down-on-violent-islamists/2014/12/28/cbce12fa-8d58-11e4-ace9-47de1af4c3eb\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/after-years-of-delays-pakistan-cracks-down-on-violent-islamists/2014/12/28/cbce12fa-8d58-11e4-ace9-47de1af4c3eb_story.html); Deedar Hussain Samejo, "Pakistan Launches Decisive Battle Against Terrorism", *The Diplomat* (website), 4 Jul. 2014, acesso em: 11 mai. 2018, <http://thediplomat.com/2014/07/pakistan-launches-decisive-battle-against-terrorism/>.
25. C. Christine Fair, "The Pakistan Army's Foray into North Waziristan: Get Used to Disappointment", *War on the Rocks*, 7 Jul. 2014, acesso em: 11 mai. 2018, <http://warontherocks.com/2014/07/the-pakistan-armys-foray-into-north-waziristan-get-used-to-disappointment/>; Sameer Lalwani, "Actually, Pakistan is Winning its War on Terror", *Foreign Policy*, 10 Dec. 2015, acesso em: 11 mai. 2018, <http://foreignpolicy.com/2015/12/10/actually-pakistan-is-winning-its-war-on-terror/>.
26. Fair, "The Pakistan Army's Foray into North Waziristan".
27. Steve Coll, "Looking for Mullah Omar", *The New Yorker* (website), 23 Jan. 2012, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.newyorker.com/magazine/2012/01/23/looking-for-mullah-omar>.
28. Coll, *Directorate S*, p. 222–25.
29. *Ibid.*, p. 234–42.
30. Office of the Press Secretary, "Remarks by the President on a New Strategy for Afghanistan and Pakistan", The White House, 27 Mar. 2009, acesso em: 11 mai. 2018, <https://obama-whitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-a-new-strategy-afghanistan-and-pakistan>; Office of the Press Secretary, "Remarks by the President in Address to the Nation on the Way Forward in Afghanistan and Pakistan", The White House, 1 Dec. 2009, acesso em: 11 mai. 2018, <https://obama-whitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-address-nation-way-forward-afghanistan-and-pakistan>.
31. Office of the Press Secretary, "Remarks by the President on a New Strategy for Afghanistan and Pakistan".
32. Paul Mcleary e Dan De Luce, "Trump Administration Threatens to Cut Aid to Pakistan. Does it Matter?", *Foreign Policy*, 23 Aug. 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <http://foreignpolicy.com/2017/08/23/trump-administration-threatens-to-cut-aid-to-pakistan-does-it-matter/>.
33. Dan Lamothe, "Probably the Largest' al-Qaeda Training Camp Ever Destroyed in Afghanistan", *The Washington Post* (website), 30 Oct. 2015, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2015/10/30/probably-the-largest-al-qaeda-training-camp-ever-destroyed-in-afghanistan/>; Bill Roggio and Caleb Weiss, "Taliban Promotes 4 Previously Unidentified Training Camps in Afghanistan", *Long War Journal*, 26 Jun. 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.longwarjournal.org/archives/2017/06/taliban-promotes-4-previously-unidentified-training-camps-in-afghanistan.php>.
34. Thomas F. Lynch III, "After ISIS: Fully Reappraising U.S. Policy in Afghanistan", *The Washington Quarterly* 38, no. 2 (Summer 2015): p. 119–44.
35. Husain Haqqani e Lisa Curtis, *A New U.S. Approach to Pakistan: Enforcing Aid Conditions without Cutting Ties* (briefing paper, Washington, DC: Hudson Institute, February 2017), acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.hudson.org/research/13305-a-new-u-s-approach-to-pakistan-enforcing-aid-conditions-without-cutting-ties>.

36. Kamal Alam, "The Bajwa Doctrine: The Pakistani Military Has Done More than Enough", *RUSI Newsbrief* 38, no. 1 (February 2018), acesso em: 11 mai. 2018, <https://rusi.org/publication/newsbrief/bajwa-doctrine-pakistani-military-has-done-more-enough>.
37. Terry McDermott e Josh Meyer, "Inside the Mission to Catch Khalid Sheikh Mohammed", *The Atlantic* (website), 2 Apr. 2012, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2012/04/inside-the-mission-to-catch-khalid-sheikh-mohammed/255319/>.
38. Daniel L. Byman, "How Foreign Intelligence Services Help Keep America Safe", Brookings Institution (blog), 17 May 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/05/17/how-foreign-intelligence-services-help-keep-america-safe/>.
39. Agence France-Presse (AFP), "Senior al-Qa'ida Leader Younis al-Mauritani has been Arrested by U.S., Pakistan Spy Agencies", *The Australian* (website), 6 Sep. 2011, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.theaustralian.com.au/news/world/senior-al-qaida-leader-younis-al-mauritani-has-been-arrested-by-us-pakistan-spy-agencies/news-story/feb2e98584bd1794b5125c611454b086?sv=a8013606dc2f9164ce3f4b7b486f1b0e>.
40. Peter Bergen et al., "Drone Strikes: Pakistan", New America Foundation, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.newamerica.org/in-depth/americas-counterterrorism-wars/pakistan/>; Bill Roggio and Alexandra Gutowski, "U.S. Drones Strike Jihadists in Pakistan", *Long War Journal*, 15 Sep. 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.longwarjournal.org/archives/2017/09/us-drones-strike-jihadists-in-pakistan.php>; Bill Roggio, "Senior al Qaeda, Taliban, and Allied Jihadist Leaders Killed in U.S. Airstrikes in Pakistan, 2004–2017", *Long War Journal*, 14 Jun. 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.longwarjournal.org/pakistan-strikes-hvts>.
41. Peter Bergen e Jennifer Rowland, "Drones Decimating Taliban in Pakistan", CNN, 3 Jul. 2012, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.cnn.com/2012/07/03/opinion/bergen-drones-taliban-pakistan/index.html>; Roggio and Gutowski, "U.S. Drones Strike Jihadists in Pakistan".
42. Ian S. Livingston e Michael O'Hanlon, "Afghanistan Index", Brookings Institution, 25 May 2017, acesso em: 11 mai. 2018, [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/21csi\\_20170525\\_afghanistan\\_index.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/21csi_20170525_afghanistan_index.pdf); Human Rights Service of the United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA), "Afghanistan: Protection of Civilians in Armed Conflict Annual Report 2017" (Kabul, Afghanistan: UNAMA, 15 Feb. 2018), acesso em: 11 mai. 2018, [https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan\\_protection\\_of\\_civilians\\_annual\\_report\\_2017\\_final\\_6\\_march.pdf](https://unama.unmissions.org/sites/default/files/afghanistan_protection_of_civilians_annual_report_2017_final_6_march.pdf).
43. Naveed Siddiqui, "U.S. Diplomat Alice Wells Acknowledges Pakistan's Role in Countering Terrorism", *Dawn*, 15 Jan. 2018, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.dawn.com/news/1383099>; Aswar Iqbal, "PM, Pence Review Afghan Peace Push Amid Signs of Thaw", *Dawn*, última atualização 17 Mar. 2018, acesso em: 11 mai. 2018, <https://www.dawn.com/news/1395829>.
44. Fair, "Pakistan's Security Shift is Pure Fiction".
45. Shamil Shams, "Worst Border Clashes in Years: Are Afghanistan and Pakistan at War?", *Deutsche Welle*, 7 May 2017, acesso em: 11 mai. 2018, <http://www.dw.com/en/worst-border-clashes-in-years-are-afghanistan-and-pakistan-war/a-38743051>; "Two Pak Soldiers Martyred in Afghan Border Clash", *The Nation* (website), 16 Apr. 2018, acesso em: 11 mai. 2018, <https://nation.com.pk/16-Apr-2018/two-pak-soldiers-martyred-in-afghan-border-clash>.
46. Thomas F. Lynch III, "Post-2014 Afghanistan & the Looming Consequences of Strategic Misappreciation", *Orbis* 59, no. 2 (Spring 2015): p. 181–98.
47. Lynch, "After ISIS".
48. Alan Kronstadt, *Pakistan-U.S. Relations: Issues for the 114th Congress*, CRS R44034 (Washington, DC: CRS, 14 May 2015), p. 16. Os números citados se situam na parte inferior da gama de apoio norte-americano fornecido ao Paquistão nessas amplas categorias entre 2010 e 2016 encontrados nesta fonte.
49. Lynch, "After ISIS".



Carros de combate M1A2 Abrams patrulham áreas rurais durante exercício no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (JRTC), em Fort Polk, Louisiana. (JRTC, Exército dos EUA)

# Como o Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto se Adaptou às Operações de Combate em Larga Escala?

Cel David Doyle e

Ten Cel Aaron Coombs, Exército dos EUA

Sem iluminação e com quase 100% de umidade relativa do ar, durante uma sufocante noite de verão, o som pode ser ouvido muito longe. O barulho de viaturas blindadas Bradley e de carros de combate T-80 passando ruidosamente a oeste da “Estrada da Artilharia” contrasta com a fadiga dos soldados; o ruído inconfundível chega ao ouvido dos defensores conforme eles oscilam entre a consciência e a inconsciência. Então, em alguns momentos frenéticos, surge a coluna blindada dos “ariananos” e um volume crescente de fogos anti-carro distorce os primeiros relatos da situação enviados pela rede de rádio de comando e de coordenação de fogos. Esses momentos breves e decisivos de engajamento de armas e quadros integrados caracterizam a operação defensiva da brigada de combate (Brigade Combat Team — BCT\*), e o sucesso ou o fracasso de seus pelotões e companhias correspondem à consecução dos objetivos futuros dessa grande unidade: realizar o combate em profundidade, executar de forma integrada a coleta de informações e a condução de fogos conjuntos, e aprestar a força para a ação subsequente.

Ao contrário da Força-Tarefa Smith, dos anos iniciais da Guerra da Coreia, as BCT de infantaria chegam ao Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (JRTC, na sigla em inglês) bem preparadas, bem equipadas e bem treinadas para o ambiente de treinamento de “ação decisiva” e têm a distinta vantagem de serem capazes de aprender e aprimorarem-se por meio do adestramento, ao invés do combate. Em *America’s First Battles, 1776–1965* (*As Primeiras Batalhas dos EUA, 1776–1965*, em tradução livre), os editores Charles E. Heller e William A. Stofft examinam a prontidão do Exército dos EUA durante os primeiros grandes eventos de combate de cada uma das suas guerras, desde a Revolução Americana até a Guerra do Vietnã<sup>1</sup>. Uma deficiência na doutrina, táticas, treinamento e prontidão geral das forças do Exército dos EUA, no início das operações de combate de larga escala, frequentemente resultaram na derrota no campo de batalha ou em vitórias custosas que estimularam a necessidade de adaptar-se e prevalecer no decorrer do conflito. Conforme as exigências impostas às BCT de infantaria têm mudado das operações de estabilização e de contrainsurgência para a preparação para as operações de combate em larga escala, o JRTC já se adaptou para

prepará-las para os ambientes conhecidos, antecipados e prováveis, nos quais elas precisarão combater e vencer.

Quando assumiu a função de Comandante do Exército, em agosto de 2015, o Gen Ex Mark Milley estabeleceu a prontidão como sua prioridade número um, enfatizando a importância de que as unidades sejam capazes de “combater esta noite”, com pouco ou nenhum aviso prévio, contra um adversário com um poder de combate quase equiparado<sup>2</sup>. Embora o Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*) não defina explicitamente o termo “operações de combate em larga escala”, para este artigo, adotaremos aquilo que já está expresso em nossa doutrina: durante as operações de combate de maior envergadura, uma BCT de infantaria é apenas um elemento de uma operação terrestre que envolve várias divisões, combatendo como parte de uma força conjunta. Em um exemplo recente, a invasão do Iraque, em 2003, ilustra claramente que as BCT de infantaria são componentes importantes de uma campanha muito mais ampla, que pode incluir múltiplos comandos divisionários, operando como elementos de manobra.

No JRTC, a luta pelo país fictício de Atropia é a “primeira batalha” de cada BCT de infantaria. Uma oportunidade para se testarem em uma experiência decisiva que se aproxima da realidade, estimulando o crescimento necessário para se obter maior prontidão para o combate. O JRTC adentra as BCT de infantaria do Exército dos EUA para que possam lutar e vencer em uma operação de combate de larga escala, atendendo à orientação do Comando das Forças do Exército e do Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC) dada aos centros de treinamento de combate. Este artigo, contudo, se concentra em três maneiras específicas que o JRTC fornece experiência decisiva que satisfaça à intenção do Comandante do Exército. Primeiro, os rodízios de ambiente de treinamento de ação decisiva do JRTC permitem que as unidades experimentem e aprendam com seus próprios fracassos. Segundo, o adestramento no JRTC ajuda as BCT de infantaria a questionar as premissas e a derrubar as expectativas que seus comandantes aprenderam durante as últimas décadas de operações de contrainsurgência. E, por fim, a estrutura do JRTC proporciona cenários “escalonáveis” e flexíveis, que criam incerteza enquanto otimizam os objetivos de treinamento das BCT de infantaria.

[\*Brigade Combat Team (BCT) – conjunto de armas combinadas que consiste no elemento básico de emprego das formações táticas do Exército dos EUA (com base na definição constante do *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, August 2018) — N. do T.]

## O Fracasso como um Estímulo

*Enquanto o sistema de veículo aéreo não tripulado (VANT) Shadow da BCT monitora outro local, um destacamento de esclarecedores embarcados é surpreendido por um obstáculo de arame farpado com minas explosivas no lado extremo de uma curva e é destruído em poucos minutos por fogos de canhões 30 mm provenientes de duas viaturas de combate de infantaria BMP-2 [Boyevaya Mashina Pekhoty]. Os esclarecedores, destinados a missões desembarcadas com mísseis anticarro Javelin, estão mortos nas viaturas. Sem uma bateria de artilharia em apoio direto, sem flexibilidade para coordenar os fogos de morteiro e sem suficientes recursos de engenharia disponíveis para abrir uma brecha no obstáculo, horas se passam sem que haja progresso em direção ao objetivo de reconhecimento da tropa; o regimento é impedido por um inimigo que não pode ser ultrapassado ou derrotado.*

O JRTC engloba aproximadamente 90.000 hectares de área de treinamento na porção centro-norte do Estado de Louisiana — muito do qual é o mesmo terreno utilizado pelo Gen Ex George Marshall durante as Manobras de Louisiana, em 1940–1941. O atual JRTC mantém seu compromisso histórico em relação às Manobras de Louisiana por meio do princípio fundamental que rege seu Grupo de Operações: “O JRTC é a experiência decisiva e derradeira de treinamento. Preparamos as unidades para que possam combater e vencer em ambientes

**O Cel David S. Doyle, Exército dos EUA,** é Comandante do Grupo de Operações do Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (JRTC), em Fort Polk, Louisiana. É bacharel pela Academia Militar dos EUA, em West Point, e possui títulos avançados pela Escola de Estudos Militares Avançados e do National War College. Serviu em várias funções de comando e de estado-maior, incluindo o 3º Batalhão Rangers, o Pentágono e a Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais no Afeganistão. Serviu no Haiti, no Iraque e no Afeganistão.

**Ten Cel Aaron Coombs, do Exército dos EUA,** é aluno do U.S. Army War College e serviu recentemente como observador/treinador de Comando de Missão para BCT no JRTC. Desde sua graduação pela Academia Militar dos EUA, em 1997, serviu em várias unidades convencionais e de operações especiais, durante desdobramentos e treinamento, como oficial de infantaria.

mais complexos. Inspiramos profissionais. Gozamos de credibilidade e respeito”<sup>3</sup>. Os recentes rodízios de treinamento de ação decisiva no JRTC têm sido exercícios com múltiplos sucessos, bem como múltiplos fracassos, não muito diferentes das Manobras de Louisiana. As tropas bem lideradas demonstram proficiência e letalidade no nível pequenas unidades, mais ainda têm dificuldade com os 14 dias de imersão completa e com a grande complexidade das manobras e do apoio a uma BCT de infantaria em terreno restritivo. A integração dos meios de uma BCT de infantaria organizada para o combate segundo sua missão é desafiadora; raramente é obtida apropriadamente contra uma força oponente capaz e determinada, que não dá trégua e que exige que uma unidade concentre seus recursos para ter êxito.

Um dos métodos utilizados pelo JRTC para adestrar nossas BCT de infantaria é apresentando-lhes problemas de grande escala, replicados tanto quanto possível às condições de combate, e permitindo que elas se responsabilizem tanto por seus sucessos quanto por seus fracassos. Já se foi o tempo dos postos avançados de combate e das bases de operações avançadas. Não há mais pistas de instrução de situação [Tipo de treinamento que se concentra em uma única tarefa — N. do T.] que ensinam as técnicas de contrainsurgência mais atualizadas para as companhias, pelotões e soldados. Devido à experiência na ação decisiva, às condições ambientais e à ameaça inimiga híbrida extremamente bem equipada, as BCT de infantaria saem com uma percepção de si próprias e uma consciência dos ajustes que lhes fazem melhor preparadas do que um mero treinamento realizado na sede. Elas saem, também, com uma justa confiança acerca de sua prontidão para desafios futuros.

O que as BCT de infantaria aprendem frequentemente com seus fracassos em sua zona de ação é a dificuldade do controle de terreno e de movimento. Poucos sabem que os meios motorizados constantes dos quadros de organização e de distribuição de material se estendem por mais de 18,5 km quando colocados em intervalos de 20 metros. A maioria não foi treinada para acreditar que, embora uma área de apoio de brigada consuma mais de 8 hectares, ela pode ser escondida em uma mata e sobreviver a um inimigo determinado e capaz. Um número ainda menor de soldados reconhece a necessidade de posicionar, de forma provisória, postos de comando por breves períodos de

tempo e planejar períodos de operação de, no máximo, 24 a 48 horas no mesmo local, a fim de salvaguardar as estruturas de comando e controle e, também, para sobreviver.

Quando os comandantes se vêm diante da frustração ou da falta de sincronização da BCT de infantaria, segue-se a adaptação. O método decisivo do JRTC permite que as unidades se desenvolvam além dos sucessos, porquanto analisam minuciosamente os fracassos, e experimentam, de primeira mão, as lições que lhes prepararão para as operações de combate em larga escala. Normalmente, antes do final de um rodízio de 14 dias, as unidades podem lidar melhor com os desafios das operações de combate em larga escala que lhes pareciam insuperáveis no primeiro ou segundo dia.

### **Superando as Expectativas da Contrainsurgência**

*Existem apenas dois tipos de planos no JRTC: aqueles que têm alguma chance de serem bem-sucedidos e aqueles que certamente não serão exitosos. Nesta noite, observadores de conduta e instrutores esperam ansiosamente pelo combate, a fim de testar se as forças azuis podem alcançar uma vitória. Nas horas de escuridão total, as forças oponentes sondam, avaliando as defesas. Elas agem mais rápido do que o tempo gasto para processar as missões de tiro das forças azuis e apresentam múltiplos dilemas, até a ação decisiva. Vítima da sua perspectiva obtida ao longo dos últimos 16 anos, a BCT depende demasiadamente da precisão ao invés da massa, e do controle positivo em vez dos controles processuais necessários para aplicar simultaneamente fogos terrestres e aéreos, a fim de derrotar forças inimigas em uma escala não enfrentada desde a invasão do Iraque, em 2003. O controle centralizado exercido por um posto de comando de BCT requer um longo tempo de execução e espera até que a fumaça das explosões se dissipe para que o terreno se torne visível novamente antes de desencadear mais fogos. De certo, isso não produzirá o volume de fogo necessário para uma vitória.*

Semelhante às Manobras de Louisiana, em 1940–1941, os rodízios no JRTC requerem movimento e manobra em uma escala maior, além de melhor eficácia na integração das armas e quadros do que aquilo que já é praticado pela maioria das unidades. Nenhum rodízio é exatamente igual ao outro, mas todos, de uma maneira geral, envolvem alguns ataques de escalão BCT de infantaria; pelo menos uma defesa contra uma ameaça híbrida, incluindo forças motorizadas e blindadas; e um exercício de tiro real que inclui a manobra de duas companhias de



O excepcional desempenho da 3ª Divisão de Infantaria (3ª Div Inf) e da 101ª Divisão Aeroterrestre (101ª) no início da Operação *Iraqi Freedom*, em março de 2003, é um excelente exemplo das unidades preparadas do Exército que ajudam a força conjunta a obter sua vitória. Essa preparação não foi desenvolvida rapidamente, foi construída bem antes de essas unidades atravessarem a linha de partida e era essencial para seu êxito. Graças a muitos anos de preparação para a manobra de armas combinadas e do adestramento conduzido por essas unidades, a 3ª Div Inf e a 101ª tiveram sucesso em dismantelar um exército maior, atingindo seus objetivos com baixas mínimas e fazendo isso com uma velocidade considerada impossível por muitos.

– Gen Ex Mark A. Milley,  
Exército dos EUA





Militares do 2º Batalhão, 4º Regimento de Infantaria, avançam durante um exercício de tiro real no JRTC, em Fort Polk, Louisiana. (JRTC, Exército dos EUA)

cavalaria e de dois batalhões de infantaria com fogos de morteiros, artilharia orgânica, aviação de ataque e apoio aéreo aproximado; bem como um combate em profundidade que desafia a capacidade da BCT de infantaria de coletar informações, realizar a busca de alvos e desencadear fogos em profundidade. Ao longo de 14 dias, a BCT de infantaria reposicionar-se-á três ou quatro vezes, executando entre quatro e oito mudanças de posto de comando. É exigido que a unidade realize suas obrigações táticas, bem como seus requerimentos de colaboração com o comando da força-tarefa conjunta (JTF-21), um quartel-general simulado comandado por um general de duas estrelas, hipoteticamente encarregado de outras cinco brigadas independentes. A BCT de infantaria precisa cumprir tudo isso ao mesmo tempo que coordena os esforços de oito ou mais formações valor batalhão, regimento ou força-tarefa, além de vários outros recursos orientados para a missão, frequentemente, incluindo parceiros internacionais.

Uma expectativa que o JRTC ajuda a BCT de infantaria a superar é que, diferente da maioria das experiências dessa grande unidade ao longo dos últimos 16 anos, ela não é o esforço principal, nem é responsável pela zona de ação mais importante — ela apoia as grandes unidades adjacentes dentro do cenário apresentado. Como resultado, a BCT de infantaria não pode depender sobremaneira dos recursos de apoio dos escalões superiores (Divisão e Corpo de Exército). Tampouco, ela pode conduzir seu

próprio cronograma de execução, alheia ao contexto geral. Todas as ações da unidade no JRTC precisam ser incluídas dentro do mais amplo cenário. Por exemplo, a Figura 1 ilustra um rodízio recente, no qual a BCT de infantaria, alguns meios disponíveis e as forças de operações especiais adjacentes são representados em azul. Todas as outras unidades, no escalão JTF-21 e abaixo, são simuladas ou incorporadas no ambiente de treinamento sintético [sintético é composto de uma simulação virtual construtiva mais jogos de guerra — N. do T.] por meio de uma simulação construtiva, para fins de perspectiva e contexto.

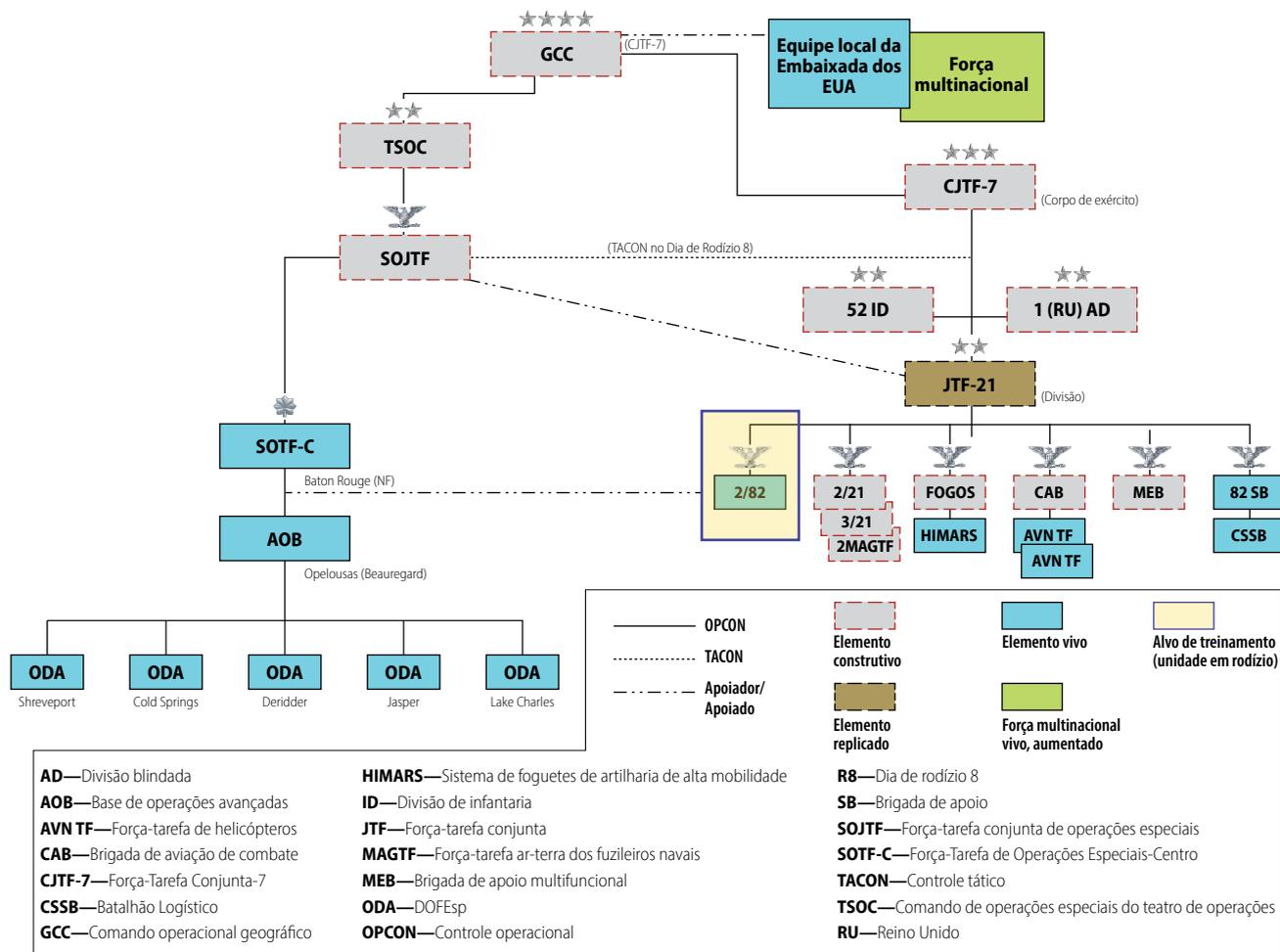
A BCT de infantaria talvez seja o foco do treinamento, mas ela não representa a preponderância do poder de combate. Complicando a situação, quase todas as atividades previstas durante um rodízio de ação decisiva são colocadas à prova, até mesmo os elementos de apoio se veem em contato diário com forças inimigas. A manobra é executada em terreno com poucas estradas pavimentadas e poucas áreas abertas — condições que não permitem a concentração de recursos aleatoriamente.

O emprego das leis do conflito armado e as regras de engajamento em um ambiente muito mais letal, também, é algo diferente das experiências vividas pelas BCT de infantaria até então. O emprego proativo e permissivo de fogos exige previsão, tanto para o ressuprimento quanto

para as repetidas mudanças de posição, a fim de evitar fogos de contra-bateria e contra-morteiro ou ataque terrestre. As BCT de infantaria aprendem como “transformar a artilharia em um problema logístico”, conforme elas se sentem mais à vontade para realizar preparações e desencadear fogos não observados; executando fogos de contra-bateria com mais frequência; e aplicando grandes volumes de fogos de neutralização em apoio às manobras em áreas edificadas devido às imposições táticas. Em “Atropia”, o limite máximo de baixas de civis e de não combatentes é raramente superado, e quase nunca até aproximado devido às experiências dos comandantes no Iraque e no Afeganistão, desde 2009<sup>4</sup>. A concentração e a capacidade de resposta dos fogos necessários para conseguir efeitos no JRTC exige planejamento centralizado e controles processuais claramente entendidos, que são apoiados por medidas de controle gráficas até o

nível companhia. Esse entendimento comum permite a descentralização necessária para empregar morteiros, artilharia orgânica da BCT de infantaria, sistemas de armas de ataque e apoio aéreo aproximado, para engajar simultaneamente múltiplas formações inimigas.

Uma expectativa final associada às operações de contrainsurgência que o JRTC ajuda as BCT de infantaria a descartar é a dependência do apoio imediato, seja a evacuação aero-médica ou o reabastecimento de emergência em face de um consumo imprevisto de gêneros. Incapaz de planejar e prever, devido à falta de relatórios logísticos, o batalhão logístico (*Combat Sustainment Support Battalion — CSSB*) dedica rotineiramente a maioria dos seus meios e recursos para o reabastecimento de emergência de uma classe específica de suprimento, a fim de evitar o colapso da BCT. Um exercício logístico de reabastecimento de emergência, onde problemas militares



(Foto cortesia do JRTC, Exército dos EUA)

**Figura 1. Estrutura Recente da Força de Exercícios do Centro de Adestramento e Prestamento Conjunto (JRTC)**

simulados se sucedem um após o outro, é realizado no segundo dia de treinamento. Conforme o CSSB atrasa a entrega de suprimento classe V [munições de vários tipos], a prioridade imediata muda para o fornecimento de água para as unidades de cavalaria e de infantaria. O foco singular no suprimento de água por quase 48 horas, por sua vez, prejudica a entrega oportuna de material necessário para construir uma malha de obstáculos e estabelecer áreas de destruição para as operações defensivas. No final, um padrão contínuo de reabastecimento de emergência impede que a BCT obtenha e mantenha a iniciativa. Além disso, unidades empenhadas em ações ofensivas frequentemente sofrem centenas de baixas, com as taxas das companhias de vanguarda excedendo a capacidade disponível das evacuações médicas.

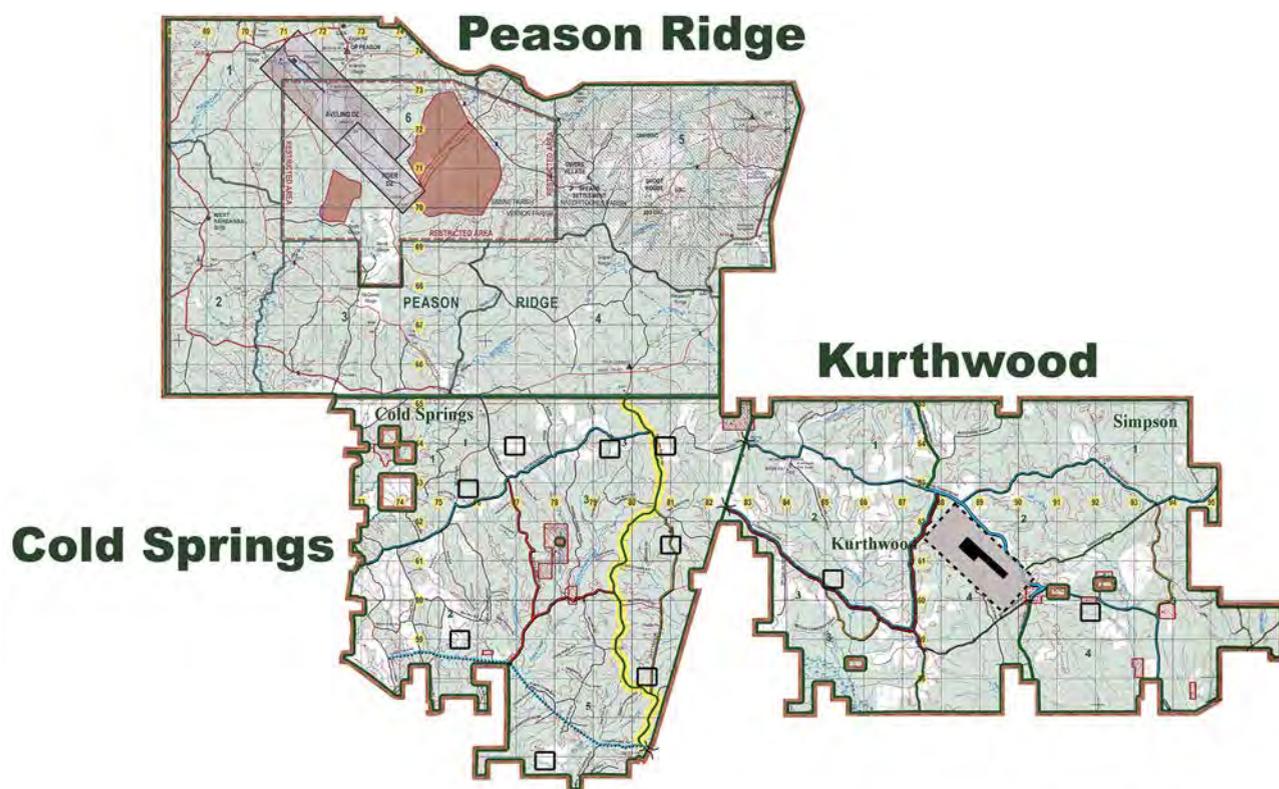
Muitas vezes, as unidades aprendem que a melhor coisa que se pode fazer para salvar a vida de um soldado é vencer o combate, ao invés de solicitar uma evacuação médica de nove procedimentos (“9 Line Medevac”). O empecilho mais comum para a evacuação de baixas e equipamentos, e o seu eventual retorno ao combate, é a incapacidade de se chegar até os feridos, os mortos e os equipamentos perdidos pela

unidade. Ao longo da maior parte dos últimos 16 anos, esse procedimento não era problema e foi aceito como uma espécie de fato consumado.

Assim sendo, uma maneira que o JRTC prepara as BCT de infantaria para as operações de combate de larga escala é demonstrando que muitas das técnicas adotadas para as operações de contrainsurgência no Iraque e no Afeganistão, ao longo das últimas décadas, não são efetivas em um campo de batalha de alta intensidade e de maior letalidade.

## Um Ambiente de Treinamento Flexível

*O comandante de divisão observa a sala depois de analisar seu caderno verde. Insatisfeito com o progresso da BCT, ele pondera em voz alta se um esforço de reabastecimento de emergência proveniente de um recurso da força-tarefa conjunta, como o CSSB, além de conceder-lhes mais 24 horas, proporcionaria o tempo e os suprimentos necessários para completarem os trabalhos nas áreas de destruição e permitiria alcançar os objetivos principais de treinamento. Apesar da falta de previsão e da má gestão do tempo pela BCT, ela acabou de resolver seus problemas de comunicações e emitiu uma*



(Foto cortesia do JRTC, Exército dos EUA)

**Figura 2. Expansão da Área de Treinamento no Norte**



Engenheiros em apoio à 2ª BCT, 10ª Divisão de Montanha, constroem posições defensivas durante o exercício de adestramento no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto (JRTC), em Fort Polk, Louisiana. (JRTC, Exército dos EUA)

*ordem; a oportunidade de treinamento é demasiadamente importante para ser desperdiçada. Sem hesitação, o comandante do grupo de operações concorda com o adiamento de 24 horas, desencadeando uma mudança de planejamento que tem impactos por todo o JRTC. O quartel-general da JTF-21, os observadores e avaliadores de conduta, os responsáveis pelos problemas militares simulados, os funcionários terceirizados de apoio e até mesmo o inimigo imediatamente se ajustam.*

O JRTC, também, se adapta para ajudar unidades a se preparem melhor para as operações de combate de larga escala ao proporcionar um ambiente de treinamento flexível, com os melhores recursos para atingir quaisquer objetivos de adestramento da BCT de infantaria. Nenhum rodízio é semelhante a outro, cada um é adaptado para a unidade em adestramento. O acréscimo recente de 17.000 hectares de área de treinamento, que complementa os 15.000 hectares da Área de Adestramento Peason Ridge e os aproximadamente 52.000 hectares da Área Fullerton proporciona grande flexibilidade no design de cenários ao comandante do Grupo de Operações [O Grupo de Operações é responsável pelo planejamento, execução, observação e o controle de cada rodízio no JRTC — N. do T.]. O comandante, com um entendimento da intenção do comandante das Forças e orientado pelos objetivos de treinamento de um comandante de divisão, controla intensivamente o cenário por múltiplos meios. Fatores de

influência incluem uma força oponente incomparável, uma célula do escalão superior, um cenário sintético mais amplo, forças de operações especiais, unidades adjacentes, problemas militares simulados que fornecem contexto às cidades e vilarejos de “Atropia” e uma equipe de observadores de conduta e avaliadores. O grau de controle e a capacidade de resposta permitem que o comandante do grupo de operações aumente ou reduza pressão sobre a BCT de infantaria através dos seus escalões e funções de combate, para expor as deficiências, reforçar os objetivos de treinamento e criar múltiplos dilemas para tirar o máximo proveito dos 14 dias de treinamento.

Os observadores/treinadores dos oficiais superiores, junto com o treinador mais antigo (tipicamente o comandante ou subcomandante de Divisão) e a célula de controle do exercício se reúnem duas vezes por dia para avaliar o progresso da BCT de infantaria, fazer recomendações e ajustar o cenário para obter o máximo rendimento do treinamento. Essas análises resultam frequentemente em mudanças do cenário de treinamento dentro de 24 a 48 horas e permitem o emprego de todos os recursos para ajudar a BCT a cumprir suas obrigações perante o comandante do componente terrestre em um campo de batalha futuro. Entre os cenários recentes, houve dois assaltos aeroterrestres quase simultâneos, que ocorreram durante a execução de operações de entrada forçada [operações para

capturar e controlar posições, como cabeças de ponte aérea ou cabeças de praia ou uma combinação dessas — N. do T.]; o adestramento de uma BCT Stryker, em janeiro de 2016; a inclusão de duas forças-tarefa de aviação diferentes, que apoiaram a força-tarefa conjunta e a BCT de infantaria; e o treinamento da 1ª Brigada de Assistência às Forças de Segurança, antes do seu primeiro desdobramento.

## O JRTC 2025 — Seu Desenvolvimento e Relevância

O JRTC não para de evoluir. Muito, ainda, precisa ser feito para proporcionar o melhor treinamento disponível a cada BCT de infantaria. Semelhante às BCT que passam pelo JRTC 10 ou 11 vezes por ano, o Centro é imperfeito, tem consciência disso e está sujeito a um constante estado de mudança e melhoria. O conceito “JRTC 2025” inclui um aumento do espaço útil de manobra por meio de mais redes rodoviárias, zonas de pouso e áreas de posicionamento nas recém-adquiridas áreas de treinamento Simpson, Kurthwood e Cold Springs (veja a Figura 2). Planos estão em andamento para expandir os exercícios de tiro real, permitindo incorporar a execução simultânea de todos os três batalhões de manobra de uma BCT de infantaria. O caminho a ser seguido inclui conceitos para uma rede digital tática que seja totalmente integrada, visando a abranger os meios disponíveis, as comunicações e as forças adjudicadas.

Essas mudanças não apenas melhorarão o treinamento de uma BCT de infantaria, mas também proporcionarão melhores oportunidades para tiros reais mais longos e operações de manobra mais abrangentes, necessárias para preparar nossas grandes unidades e seus futuros comandantes para as operações de combate de grande escala. Entre os próximos anos, o JRTC irá completar mais

duas pistas de adestramento de batalhão ou regimento com tiro real e aumentar a participação de parceiros de coalizão nos ciclos de treinamento, do nível atual de companhia para o escalão batalhão. O rodízio futuro de ambiente de treinamento de ação decisiva — quando combinado com o aumento de companhias mecanizadas, de aviação, Stryker ou das companhias frequentemente alocadas de meios de engenharia, químicos, polícia do Exército e de assuntos civis — frequentemente incluirá mais de 6.000 militares, mais de 30 aeronaves e mais de mil veículos terrestres, tudo operando conjuntamente.

## Conclusão

O JRTC já mudou seu design de cenário, expandiu sua área de treinamento — tanto real quanto sintética — e abandonou a tendência da última década de empregar pistas de instrução de situação de batalhão. Já identificou deliberadamente formas para treinar a BCT de infantaria a combater no seu escalão, para que possa integrar imediatamente e vencer nas operações de combate de larga escala. Ao prover uma experiência de treinamento decisivo às grandes unidades e permitir que elas analisem seus próprios fracassos, bem como seus sucessos; ao ajudá-las a superar as expectativas referentes às operações de contrainsurgência e desafiar as perspectivas obtidas ao longo dos últimos 16 anos, adotando um design de cenários flexível e adaptável, o JRTC continua a evoluir, para melhor preparar as BCT de infantaria para as operações de combate de maior envergadura. Embora ainda muito precise ser feito, o JRTC continuará a fornecer o que nossas BCT de infantaria do Exército necessitam para se desdobrarem por todo o mundo com pouca antecedência, se integrarem a uma Divisão de outros componentes terrestres, combater e vencer imediatamente como parte de uma força conjunta ante qualquer ameaça. ■

---

## Referências

1. Charles E. Heller e William A. Stofft, eds., *America's First Battles, 1776–1965* (Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1986).
2. Gen. Mark A. Milley, “39th Chief of Staff Initial Message to the Army”, Army.mil, 1 Sep. 2015, acesso em: 19 jun. 2018, [https://www.army.mil/article/154803/39th\\_Chief\\_of\\_Staff\\_Initial\\_Message\\_to\\_the\\_Army](https://www.army.mil/article/154803/39th_Chief_of_Staff_Initial_Message_to_the_Army); Chief of Staff of the Army, Memorandum for All Army Leaders, “Army Readiness Guidance, Calendar Year 2016–17”, 20 Jan. 2016, acesso em: 19 jun. 2018, <https://www.army.mil/e2/>

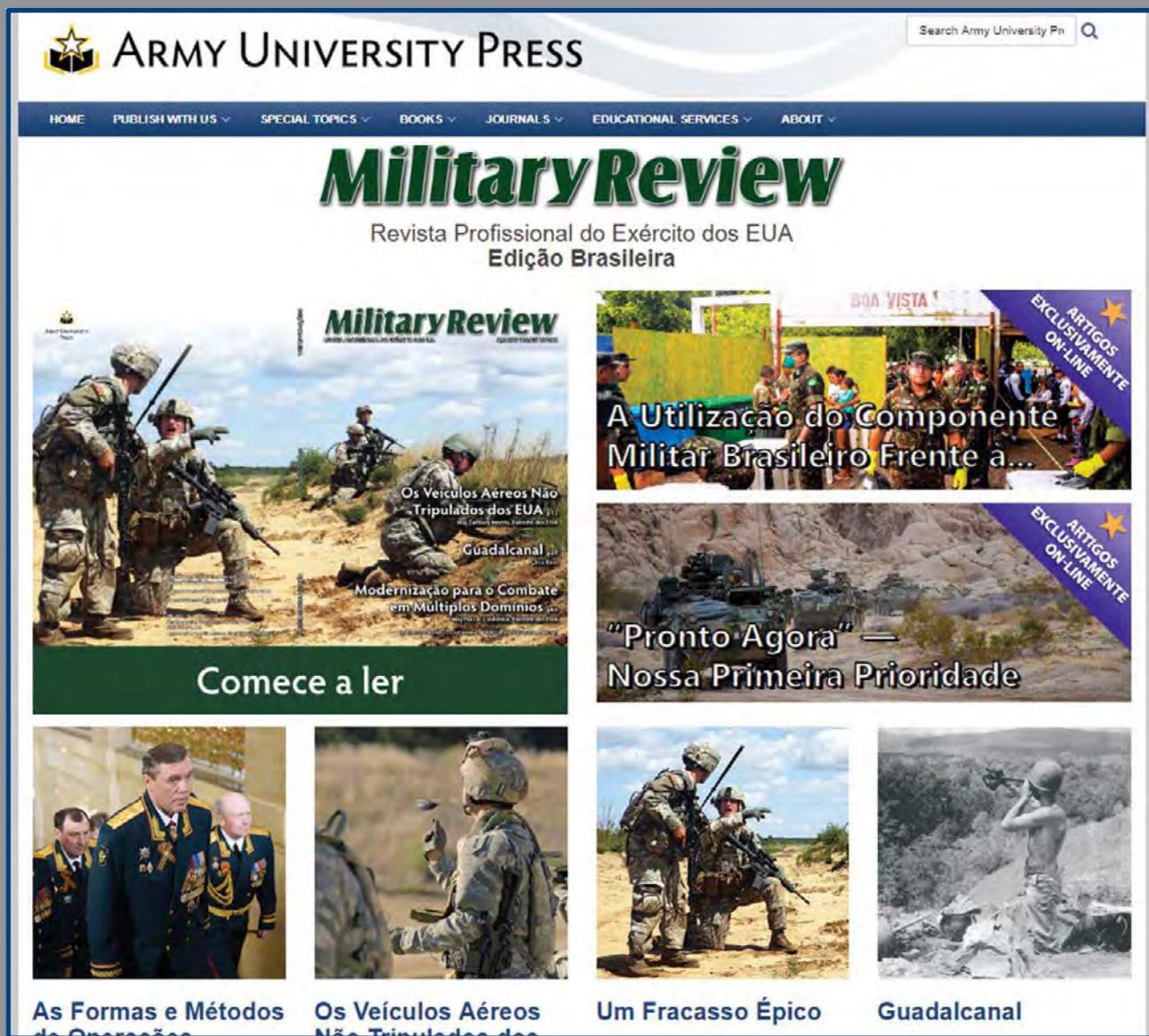
[downloads/rv7/standto/docs/army\\_readiness\\_guidance.pdf](https://www.army.mil/e2/downloads/rv7/standto/docs/army_readiness_guidance.pdf).

3. Operations Group, Joint Readiness Training Center (website), última atualização em 4 Jun. 2018, acesso em: 19 jun. 2018, <http://www.jrtc-polk.army.mil/ops/>.
4. O limite máximo de baixas de não combatentes é a quantidade designada de baixas civis que uma unidade pode infligir durante uma operação militar antes de buscar autorização do comando superior.

# Você sabia?

Agora é possível acessar as últimas edições da *Military Review* em inglês, português e espanhol, assim como edições anteriores, em nosso novo site:

<https://www.armyupress.army.mil/>



The screenshot displays the Army University Press website interface. At the top, the logo for Army University Press is visible, along with a search bar. Below the logo is a navigation menu with options: HOME, PUBLISH WITH US, SPECIAL TOPICS, BOOKS, JOURNALS, EDUCATIONAL SERVICES, and ABOUT. The main heading is "Military Review" in a large, bold, green font, with the subtitle "Revista Profissional do Exército dos EUA Edição Brasileira" underneath. The central focus is a large image of the magazine cover, which features soldiers in a desert environment. The cover text includes "Os Veículos Aéreos Não Tripulados dos EUA", "Guadalcanal", and "Modernização para o Combate em Múltiplos Domínios". Below the cover image is a green banner with the text "Comece a ler". To the right of the cover image are two article teasers. The first is titled "A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente a..." and is marked as "ARTIGOS EXCLUSIVAMENTE ON-LINE". The second is titled "'Pronto Agora' — Nossa Primeira Prioridade" and is also marked as "ARTIGOS EXCLUSIVAMENTE ON-LINE". Below these are four smaller images with captions: "As Formas e Métodos de Operações", "Os Veículos Aéreos Não Tripulados dos", "Um Fracasso Épico", and "Guadalcanal".

Além disso, o site oferece os seguintes recursos e informações:

- Download de seus artigos favoritos em formato PDF
- Diretrizes para autores
- Pesquisa e livros
- Estudos de caso e visitas a locais de batalhas históricas (*Staff Rides*)
- Apoio à instrução em História Militar
- Resenhas de livros
- Artigos publicados exclusivamente *on-line*